



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA - UNB
FACULDADE UNB DE PLANALTINA - FUP
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM MEIO AMBIENTE E
DESENVOLVIMENTO RURAL - PPG/MADER

EDINEIDE SOARES DA ROCHA

O PAPEL DA FORMAÇÃO E DA PRODUÇÃO AGROECOLÓGICA
NA PROMOÇÃO DA AUTONOMIA POLÍTICA E ECONÔMICA DE
MULHERES SEM TERRA EM LUTA PELO TERRITÓRIO EM
PLANALTINA, DISTRITO FEDERAL

Planaltina – DF
2021

EDINEIDE SOARES DA ROCHA

**O PAPEL DA FORMAÇÃO E DA PRODUÇÃO AGROECOLÓGICA NA
PROMOÇÃO DA AUTONOMIA POLÍTICA E ECONÔMICA DE
MULHERES SEM TERRA EM LUTA PELO TERRITÓRIO EM
PLANALTINA, DISTRITO FEDERAL**

Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Meio Ambiente e Desenvolvimento Rural (PPG-Mader), da Faculdade UnB de Planaltina (FUP), Universidade de Brasília (UnB), como parte dos requisitos necessários para obtenção do título de Mestra em Meio Ambiente e Desenvolvimento Rural.

Orientadora: Professora Dra. Mônica Celeida Rabelo Nogueira

Co-orientadora: Professora Dra. Janaína Deane de Abreu Sá Diniz

Planaltina – DF
2021

EDINEIDE SOARES DA ROCHA

**O PAPEL DA FORMAÇÃO E DA PRODUÇÃO AGROECOLÓGICA NA
PROMOÇÃO DA AUTONOMIA POLÍTICA E ECONÔMICA DE MULHERES SEM
TERRA EM LUTA PELO TERRITÓRIO EM PLANALTINA, DISTRITO FEDERAL**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Meio Ambiente e Desenvolvimento Rural (PPG-Mader) da Faculdade UnB de Planaltina (FUP) como parte dos requisitos necessários para obtenção do título de Mestre.

Aprovada em 9 de novembro de 2021.

BANCA EXAMINADORA

Professora Dr^a Mônica Celeida Rabelo Nogueira
Faculdade UnB Planaltina
(Orientadora)

Professora Dr^a Eliene Novaes Rocha
(Examinadora Externa)

Professora Dr^a Regina Coelly Fernandes Saraiva
(Examinadora Interna)

Sérgio Sauer
(Examinador Interno, Suplente)

Ficha catalográfica elaborada automaticamente, com os dados fornecidos pela autora.

SR672p Soares da Rocha, Edineide
O PAPEL DA FORMAÇÃO E DA PRODUÇÃO AGROECOLÓGICA NA
PROMOÇÃO DA AUTONOMIA POLÍTICA E ECONÔMICA DE MULHERES SEM
TERRA EM LUTA PELO TERRITÓRIO EM PLANALTINA, DISTRITO
FEDERAL / Edineide Soares da Rocha; orientadora Mônica
Celeida Rabelo Nogueira; co-orientadora Janaina Deane de
Abreu Sá Diniz. -- Brasília, 2021.
187 p.

Dissertação (Mestrado - Mestrado em Meio Ambiente e
Desenvolvimento Rural) -- Universidade de Brasília, 2021.

1. Mulheres Sem Terra. 2. Processos formativos. 3.
Agroecologia. 4. Reforma Agrária. I. Rabelo Nogueira,
Mônica Celeida, orient. II. Deane de Abreu Sá Diniz,
Janaina, co-orient. III. Título.

Às minhas amadas filhas: Jasminy, Aline Cristina e Isabela; aos meus amadíssimos Lorena Cristina e Luiz Felipe, meus netos; à minha amada mãe, dona Edite; às minhas queridas irmãs Elizarda e Gisele; ao meu pai, Manoel Soares da Rocha (*in memoriam*) e ao meu companheiro Elzo e a todas as mulheres Sem Terra, em especial às mulheres interlocutoras desta pesquisa, do Acampamento 8 de Março e do Assentamento Pequeno William, pela colaboração, paciência e dedicação que foram essenciais para que eu pudesse concluir esta dissertação.

Sejam decididas e queiram vencer

Sempre penteadas

Sempre enfeitadas

Com torso de chita

Com laço de fita

Com flor no cabelo

E com muito zelo

Com bom parecer

Parecendo Rosa

Parecendo Anita

Seguindo o modelo

De Cristo também

Pensando no bem

Elegantemente

Isto é o que convém

Ser estudiosa

Pra ser valorosa

Para estar presente

Pra ser consciente

E poder falar

Corriqueiramente

Com desembaraço

Muito fluentemente

Politicamente

Com muita emoção

Mulheres que educam

A população

Muito dedicadas

À formação

Estudam com afinco

Desdobrando em cinco

Mesmo sendo uma

São revolução

Pois fazem da luta

Do seu dia a dia

Uma cantoria

De muita ação

São sempre bonitas

Olgas ativistas

*Que tem decisão
São as Margaridas
São sempre queridas
Muito aguerridas
Sempre em ação
Dedicam-se à vida
Pois querem crescer
Estudo e lida
Sem esmorecer
São todas queridas
Apaziguadoras
Muito oradoras
Que como pastoras
Façam oração
Colocando Deus
Em primeiro lugar
Para acalmar
Qualquer confusão
Com a Bíblia na mão
É leitura e ação
Se todos querem paz
Vivam em paz então
Para sempre ser
Eterno vir a ser
Com muito prazer
Quem sabe o que é isto
Deve entender
Nós somos as lindas
Do MST.*

Todas as mulheres do MST.

por Manu Camile

AGRADECIMENTOS

A Deus pela vida que me deste e que constitui em um eterno aprendizado e oportunidade.

Ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra - MST e às famílias assentadas e acampadas pela Reforma Agrária do DF e Entorno, por me fazerem acreditar, dia após dia, na transformação social de homens, mulheres e do ambiente.

À minha família, por toda a dedicação e compreensão pelas minhas escolhas, pelo amor e carinho nesse caminhar lado a lado da vida. À minha orientadora, Mônica Nogueira, e à co-orientadora, Janaína Diniz, pela contribuição e compromisso na construção desta pesquisa. Obrigada por tudo!

Aos membros da banca professoras Regina Coelly Fernandes Saraiva, Eliene Novaes e Sérgio Sauer, pelas contribuições a esta pesquisa.

Ao professor Sérgio Sauer, especialmente, pela concessão de auxílio de estudos e pesquisa, pelo período de cinco meses, o que me deu condições objetivas de garantir a conclusão do meu processo formativo e de pesquisa.

Ao Programa de Pós-Graduação em Meio Ambiente e Desenvolvimento Rural (PPG-MADER), ao companheiro da Secretaria da Pós-Graduação, Aristides Dourado, por toda sua dedicação à turma de 2019 e, em especial, à professora Regina Coelly Fernandes Saraiva, que acreditou e não desistiu de mim nos momentos mais difíceis por que passei, em decorrência do acidente gravíssimo, que levou o meu companheiro a um leito de UTI, em coma por 26 dias, bem como durante todo o processo de reabilitação dele, entre os anos de 2020 a 2021.

Ao companheirismo e solidariedade de amigos e amigas que, de alguma forma, contribuíram com a elaboração desta dissertação. Meu muito obrigada! Às professoras Michelly F. M., Elias, Laura Maria Goulart Duarte, Caroline Gomide, Stela Maria França, Osanette, Suzi Theodoro e ao professor Rafael Litvin Villas-Bôas.

Às manas do meu coração: Barbara Loureiro, Julie Wetzel, Lyvian Sena e Sabrina Mendes, pela escuta, orientação e contribuições nos momentos de dificuldades e incertezas. Aos companheiros de instância do MST/DFE: Marco Antônio Baratto e Rafael Bastos, pelo apoio e confiança.

Um agradecimento muito especial à turma de 2019 do Mader, que esteve ao meu lado, nas minhas dificuldades pessoais, acadêmicas e financeiras vivenciadas nesta caminhada de

mestranda. Com o carinho e apoio de vocês, caminhei e cheguei até aqui. E na certeza que, com vocês, andei melhor!

Por um mundo onde sejamos socialmente iguais,
humanamente diferentes e totalmente livres.

(Rosa Luxemburgo).

RESUMO

O retorno para a terra exige esforço de reorganização social e política de mulheres e homens, em acampamentos e assentamentos. O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) enfrenta enormes desafios na luta pela terra, pela reforma agrária e pela transformação social de seus militantes e dos territórios ocupados pela bandeira do movimento, inclusive nas estratégias dos processos formativos, organizativos e produtivos. A agroecologia, no movimento, tem sido difundida por meio desses processos formativos, como instrumento de fortalecimento e luta contra o sistema capitalista do agronegócio. Algumas das formações são dirigidas especificamente para mulheres Sem Terra, articulando gênero e agroecologia. Para investigar os efeitos dessas formações sobre a participação e a autonomia política e econômica de mulheres Sem Terra, esta pesquisa ouviu 21 mulheres do MST, dentre elas, 13 moradoras do Acampamento 8 de Março e do Assentamento Pequeno William em Planaltina, Distrito Federal, em rodas de conversa, entrevistas semiestruturadas e caminhadas transversais por seus lotes, realizadas entre 2019 e 2021, que participaram das formações do MST; a outra parte foi composta por coordenadoras dessas formações. Este trabalho apresenta a análise dos resultados relativos à interlocução com essas 21 mulheres Sem Terra, que participaram de processos formativos ou não. O método de pesquisa incluiu ainda a rememoração de fatos e situações, pela autora, militante, dirigente do MST/DFE e moradora do Acampamento 8 de Março, bem como da observação direta e participante de formações realizadas pelo movimento no Acampamento 8 de Março e no Assentamento Pequeno William. Os resultados obtidos da pesquisa revelam que as formações têm contribuído efetivamente para o protagonismo e a autonomia das mulheres Sem Terra, a partir da articulação entre teoria e prática, na medida em que abrem espaço para o apoio mútuo entre elas, para o enfrentamento da violência, a quebra do silenciamento, a produção de alimentos saudáveis, a geração de renda e a projeção de novas sujeitas políticas.

Palavras-chave: Mulheres Sem Terra; Processos formativos; Agroecologia; Reforma Agrária.

ABSTRACT

The return to the land requires an effort of social and political reorganization of women and men, in camps and settlements. The Landless Rural Workers Movement (MST) faces enormous challenges in the struggle for land, for agrarian reform and for the social transformation of its militants and the territories occupied by the movement's flag, including in the strategies of training, organizational and productive processes. Agroecology in the movement has been disseminated through these training processes, as an instrument to strengthen and fight against the agribusiness capitalist system. Some of the trainings are specifically aimed at Landless women, articulating gender and agroecology. In order to investigate the effects of these trainings on the participation and political and economic autonomy of Landless women, this research interviewed 21 women from the MST, including 13 residents of Camp 8 de Março and the Pequeno William Settlement in Planaltina, Distrito Federal, in conversation circles, semi-structured interviews and transversal walks through its lots, carried out between 2019 and 2021 that participated in the MST training; the other part was composed of coordinators of these trainings. This work presents the analysis of the results related to the dialogue with these 21 Landless women, who participated in training processes or not. The research method also included the recollection of facts and situations, by the author, militant, leader of the MST/DFE and resident of Camp 8 de Março, as well as direct and participant observation of trainings carried out by the movement in Camp 8 de Março and in Pequeno William Settlement. The results obtained from the research reveal that the trainings have effectively contributed to the protagonism and autonomy of Landless women, based on the articulation between theory and practice, as they open space for mutual support among them, to face violence, the breaking of silencing, food production of healthy foods, generating income and projecting new political subjects.

Keywords: Landless Women; Formative processes; Agroecology; Land reform.

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1 - CATEGORIAS PREVISTAS PARA ANÁLISE

LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1 - POPULAÇÃO DE PLANALTINA POR SEXO, DISTRITO FEDERAL	45
GRÁFICO 2 - ORDENAMENTO TERRITORIAL DE PLANALTINA, DF	46

LISTAS DE FIGURAS

FIGURA 1 - REUNIÃO DO COLETIVO DE MULHERES SEM TERRA DO MST/DFE NO ACAMPAMENTO 8 DE MARÇO.	28
FIGURA 2 - OFICINA DE CARTAS COM AS MULHERES SEM TERRA NO ASSENTAMENTO PEQUENO WILLIAM	29
FIGURA 3 - MONUMENTO DE FUNDAÇÃO PEDRA FUNDAMENTAL	42
FIGURA 4 - MONUMENTO DE FUNDAÇÃO PEDRA FUNDAMENTAL	43
FIGURA 5 - PRIMEIRA ENTRADA, SENTIDO BRASÍLIA, DF – FORMOSA, GO	44
FIGURA 6 - CENTRO HISTÓRICO	47
FIGURA 7 - AVENIDA INDEPENDÊNCIA	47
FIGURA 8 - ENTRADA DO ASSENTAMENTO PEQUENO WILLIAM	49
FIGURA 9 - ENTRADA DO ACAMPAMENTO 8 DE MARÇO	53
FIGURA 10 - IMAGEM AÉREA DA FAZENDA TOCA DA RAPOSA	65
FIGURA 11 - MULHERES SEM TERRA DO ACAMPAMENTO 8 DE MARÇO, EM JORNADA DE LUTA	70
FIGURA 12 - LINDAURA MEDRADO TRANSFORMANDO SUA PARCELA COM DIVERSIDADE	79
FIGURA 13 - A PRODUTORA E FORMADORA DO MST CHIQUINHA, QUEM PLANTA, COLHE!	80
FIGURA 14 - CESTAS SOLIDÁRIAS PRONTA	82
FIGURA 15 - RECEBIMENTO DA PRODUÇÃO	84
FIGURA 16 - MONTAGEM DAS CESTAS	84
FIGURA 17 - CESTAS PERSONALIZADAS PRONTAS PARA A ENTREGAR	85
FIGURA 18 - TOTONHA NO SEU QUINTAL	88
FIGURA 19 - GUTA E SEUS ARTESANATOS DE FIBRA DE BANANEIRA	91
FIGURA 20 - LIA MÃO NA TERRA	93
FIGURA 21 - LIA NO MEIO DE SUA ROÇA	93
FIGURA 22 - ANDREIA EM SUA PARCELA NO GABRIELA MONTEIRO	96
FIGURA 23 - ANDRÉIA PARTICIPANDO DA MÍSTICA	97
FIGURA 24 - GRACINHA NA SUA ROÇA COLHENDO FEIJÃO GUANDU	99
FIGURA 25 - GIL REGANDO SUA HORTA EM SUA PARCELA	101
FIGURA 26 - BÁRBARA FAZENDO SEUS ARTESANATOS	103
FIGURA 27 - BÁRBARA COLHENDO CENOURAS E BERINJELA	104
FIGURA 28 - DRICA FERNANDES PRONTA PARA O PLANTIO DAS BANANEIRAS EM SUA PARCELA	106
FIGURA 29 - VALDENI E SUA PRODUÇÃO CONSORCIADA NA SUA PEQUENA ROÇA	108
FIGURA 30 - DONA EDITE E SEU PLANTIO DE FEIJÃO EM SUA PARCELA NO ASSENTAMENTO PEQUENO WILLIAM	110
FIGURA 31 - ZELÂNDIA E SUA PRODUÇÃO NO QUINTAL	112

FIGURA 32 - IRAÍZA EM SUA PARCELA	114
FIGURA 33 - DONA MARIA EM SEU QUINTAL	116
FIGURA 34 - O QUINTAL COMO UM DOS REFÚGIOS FAVORITOS DE DONA EDITE.	119
FIGURA 35 - O ARTESANATO É OUTRO DOS REFÚGIOS FAVORITOS DE DONA EDITE.	119
FIGURA 36 - MANU E SEU SORRISO DISCRETO, EM SUA CASA, CANTANDO E POETIZANDO.	123
FIGURA 37 - OFICINA DO RAJ NO ACAMPAMENTO 8 DE MARÇO COM A MANUZITA	124
FIGURA 38 - NEUDA EM SUA ROÇA.	126
FIGURA 39 - ROSALINA, MINHA MÃE DO CORAÇÃO	128
FIGURA 40 - MÍSTICA DE TROCA DA BANDEIRA NO ACAMPAMENTO 8 DE MARÇO	130
FIGURA 41 - MOMENTO DE ESTUDO E FORMAÇÃO	132
FIGURA 42 - FESTIVAL INTERNACIONAL LITERÁRIO DA UTOPIA. OLHA ELAS!	133
FIGURA 43 - CAPA DO CADERNO DE ORIENTAÇÕES PARA O I ENCONTRO NACIONAL DAS MULHERES SEM TERRA	139
FIGURA 44 - PROGRAMAÇÃO DO I ENCONTRO NACIONAL DAS MULHERES SEM TERRA	140

LISTA DE MAPAS

MAPA 1 - RIDE	40
MAPA 2 - ORGANIZAÇÃO ESPACIAL DO ASSENTAMENTO PEQUENO WILLIAM	51
MAPA 3 - LOCALIZAÇÃO DO ACAMPAMENTO 8 DE MARÇO E DA ESECAE	55

LISTAS DAS ABREVIATURAS E SIGLAS

AMORA – Associação de Moradia Popular do DF e Entorno

APP – Área de Preservação Permanente

ASPRAFES - Associação dos Produtores Rurais e Agricultores Familiares Esperança

ASSOVILES - Associação dos Moradores da Vila Estrutural

ATJR – Associação dos Trabalhadores e Trabalhadoras e da Juventude Rural

CF – Constituição Federal

CP – Consulta Popular

CCU - Contrato de Concessão de Uso

CODEPLAN - Companhia de Planejamento do Distrito Federal

CNPq – Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico

CPT – Comissão Pastoral da Terra

DER – Departamento de Estradas de Rodagem

DF – Distrito Federal

DFE – Distrito Federal e Entorno

DP – Direção Política

EJA - Educação de Jovens e Adultos

ESECAE - Estação Ecológica de Águas Emendadas

EMATER - Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural

ENFF – Escola Nacional Florestan Fernandes

FIOCRUZ – Fundação Osvaldo Cruz

FM – Frente de Massa

FUP – Faculdade UnB de Planaltina

GDF - Governo do Distrito Federal

IBAMA - Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis

IFB – Instituto Federal de Brasília

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IBRAM - Instituto Brasília Ambiental

INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

LA – Licença Ambiental

LODF – Lei Orgânica do Distrito Federal

LPJ – Levante Popular da Juventude
MDA – Ministério do Desenvolvimento Agrário
MG – Minas Gerais
MTD – Movimento de Trabalhadores por Direito
MST – Movimento dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais Sem Terra
NB – Núcleo de Base
OMS – Organização Mundial de Saúde
ONU – Organização das Nações Unidas
PA – Programa Agrário do MST
PCI – Partido Comunista Italiano
PDAD - Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílios
PDA – Projeto de Desenvolvimento de Assentamentos
PW – Pequeno William
RA – Região Administrativa
RAP – Reforma Agrária Popular
RB – Relação de Beneficiários
RIDE – Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno
SAF – Sistema Agroflorestal
SISAN – Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional
TCC – Trabalho de Conclusão do Curso
TERRACAP – Companhia Imobiliária de Brasília
UnB – Universidade de Brasília

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	17
2. OCUPAR, RESISTIR E PRODUZIR	35
2.1 DISTRITO FEDERAL E ENTORNO: UMA CONFORMAÇÃO DO MST NO TERRITÓRIO DE CERRADO E NA LUTA PELA TERRA	36
2.2 HISTÓRIA E RESISTÊNCIA DA LUTA DO ASSENTAMENTO PEQUENO WILLIAM E DO ACAMPAMENTO 8 DE MARÇO EM PLANALTINA - DF	41
2.2.1 Planaltina: riquezas históricas e culturais nas áreas urbana e rural.....	41
2.2.2 Zonas Rurais e Ecológicos em Planaltina, DF.....	48
2.2.4 Acampamento 8 de Março	52
3. O PROCESSO CONCEITUAL E HISTÓRICO DA AGROECOLOGIA: DESAFIOS E PERSPECTIVAS PARA IMPLEMENTAR A REFORMA AGRÁRIA POPULAR.....	57
3.1 UM PROJETO DA AGRICULTURA EM DISPUTA NO ACAMPAMENTO 8 DE MARÇO: LUTAMOS POR AGROECOLOGIA	60
3.2 AGROECOLOGIA: BANDEIRA DE LUTA DAS MULHERES SEM TERRA, PRODUZINDO AUTONOMIA ECONÔMICA E POLÍTICA	66
3.3 O MACHISMO EXISTE E DEIXA MARCAS: NÓS SENTIMOS NO LOMBO. COM O MST E AGROECOLOGIA PODEMOS NOS TRANSFORMAR!	69
3.4 PARTICIPAÇÃO, FORMAÇÃO E AGROECOLOGIA: CAMINHOS PARA A ORGANIZAÇÃO FUTURA DAS MULHERES SEM TERRA EM TEMPOS DE PANDEMIA ..	73
3.4.1 O MST DF e as Mulheres Sem Terra em alerta! Mulheres se movimentam com agroecologia em tempos de isolamento	78
3.4.2 As Mulheres Sem Terra do Acampamento 8 de Março: organização e comercialização da produção agroecológica	83
4. MULHERES SEM TERRA DO MST: DA INVISIBILIDADE AO PROTAGONISMO - MEMÓRIAS, O QUE MOVIMENTA A LUTA	86
4.1 QUEM SÃO ELAS?	87
4.1.1 Dona Antônia (Totonha).....	88
4.1.2 Dona Gustavina (Guta)	90
4.1.3 Maria Teixeira (Lia).....	92
4.1.4 Andreia.....	95
4.1.5 Maria das Graças de Jesus Santana (Gracinha)	99
4.1.6 Nalvecir Evangelista Silva (Gil)	101
4.1.7 Maria Barbara Pereira Santos (Barbara)	103
4.1.8 Adriana Fernandes (Drica).....	105

4.1.9 Valdeni de Sousa Bispo	107
4.1.10 Edite Ribeiro Sousa.....	109
4.1.11 Zelândia Maria de Jesus.....	111
4.1.12 Iraíza.....	113
4.1.13 Maria de Jesus Silva (Dona Maria do Soneca)	115
4.2 A FORMAÇÃO SE DÁ A PARTIR DA TEORIA E DA PRÁTICA: ELAS SÃO A MINHA INSPIRAÇÃO!	117
4.3 FORMAÇÃO E TRANSFORMAÇÃO: TODAS E TODOS PRECISAM!	130
4.4 I ENCONTRO NACIONAL DAS MULHERES SEM TERRA.....	138
4.5 FEMINISMO CAMPONÊS POPULAR: MULHERES SEM TERRA NESSE ENGAJAMENTO.....	141
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	145
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	151
APÊNDICE I – Questionário semiestruturado.....	157
APÊNDICE II – Roteiro de entrevistas	159
APÊNDICE III – Termos de consentimento: modelo e assinaturas	162

1. INTRODUÇÃO

A luta pela terra, empreendida pelo Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST), tem exigido um amplo esforço de reorganização social e política de homens, mulheres, jovens e adultos. Nos acampamentos e nos assentamentos estabelecidos a partir da luta, muitos são os desafios cotidianos para que as famílias possam viver e produzir coletivamente. A vida em comunidade exige capacidade de organização, com processos de tomada decisão, muitas vezes sob forte pressão e com recursos escassos. As famílias organizadas discutem e planejam as atividades coletivas, a continuidade da luta e a articulação de oportunidades e parceiros para consolidarem a conquista da terra.

A história de muitos trabalhadores e trabalhadoras Sem Terra que se integram ao movimento reflete processos de migrações forçadas para as médias e grandes cidades, em decorrência da acumulação de terras em várias regiões pelo país. Esses trabalhadores e trabalhadoras encontram no MST, então, a oportunidade de retorno à terra, de reaprender o modo de produção agrícola e a vida em comunidade. Mas, em rigor, esses trabalhadores e trabalhadoras, quando se veem reunidos em acampamentos e assentamentos, precisam se reinventar enquanto comunidade para encontrar formas de se manterem na terra e de torná-la produtiva.

Nesse contexto, os processos formativos do movimento Sem Terra visam preparar esses sujeitos para a construção coletiva dos acampamentos e assentamentos. As formações são uma realidade em nível nacional e tratam dos mais diferentes temas como: questão agrária, educação popular, direitos sociais, relações de gênero, dentre outros temas. Esses processos formam novos militantes do MST, mas visam também desenvolver a capacidade de leitura da realidade, de construção de estratégias políticas, de organização e produção, dos trabalhadores e trabalhadoras que retornam à terra.

Esses processos são planejados de modo a promover a igualdade de gênero na participação dos cursos. Isso porque na maioria das vezes há uma presença maior de homens nessas formações. A presença e a participação das mulheres são dificultadas pela sobrecarga dos afazeres domésticos, pelo cuidado com os filhos e com a casa. No entanto, essa realidade vem mudando nos últimos anos. Como as formações visam o desenvolvimento da consciência dos trabalhadores e trabalhadoras rurais Sem Terra e de capacidades para sua participação nos processos de organização e produção sustentável, pode-se supor que as mulheres que participam

nessas formações ampliam o seu potencial para planejar, decidir e atuar nos acampamentos, assentamentos e demais espaços políticos.

O Acampamento 8 de Março, em Planaltina no Distrito Federal, conta com um forte protagonismo de mulheres, desde a quarta ocupação da área¹. A primeira ocupação ocorreu em 2004. A quarta, em 2012, ocasião em que a ocupação da área foi planejada e executada pelas mulheres Sem Terra da direção do MST do Distrito Federal e Entorno (MST/DFE). As mulheres, então, lideraram as articulações e as frentes de trabalho para a ocupação.

O Assentamento Pequeno William, por sua vez, foi um espaço propulsor para o debate de gênero e agroecologia pelo MST/DFE. Foi ali onde o debate e a prática sobre gênero e agroecologia começaram a ganhar importância e serem internalizados na mente das famílias. Isso ocorreu a partir dos encontros, seminários e reuniões do movimento Sem Terra no Pequeno William, desde 2007, época em que esse assentamento ainda era um acampamento.

O Assentamento Pequeno William foi uma escola de formação e consciência política para os trabalhadores e trabalhadoras Sem Terra, voltada para o tema da agroecologia. Em especial para as mulheres que se colocaram como protagonistas da luta do MST/DFE no próprio assentamento. Na Relação de Beneficiários (RB) do Pequeno William, das 22 (vinte e duas) famílias assentadas, 19 (dezenove) tiveram mulheres como as titulares de suas parcelas junto ao Instituto Nacional de Colonização de Reforma Agrária (INCRA). Esse foi um resultado do debate e da luta sobre relações de gênero no MST/DFE, uma conquista do direito dessas mulheres de terem seus nomes como titulares. O Assentamento Pequeno William foi o primeiro organizado pelo MST/DFE em que a maioria das parcelas tiveram mulheres como titulares. Para as mulheres do MST/DFE foi uma conquista muito importante para as suas vidas e tudo isso, somente foi possível pela luta acirrada e coletiva delas.

A minha relação enquanto pesquisadora no contexto desta investigação científica está muito ligada e presente no cotidiano de luta e conquista desses espaços de luta. Primeiro, por ser filha de uma militante do MST, que é assentada da reforma agrária, no Assentamento Pequeno William. Segundo, pela minha própria condição de militante do MST e identidade como mulher Sem Terra, que está acampada no 8 de Março desde 2012, ano de origem do acampamento.

¹ Discutirei as etapas de conquista da terra, conforme a ação do Movimento de Trabalhadores e Trabalhadoras Sem Terra (MST), no Capítulo 1.

As trajetórias de vida e de luta por agroecologia das mulheres Sem Terra do Acampamento 8 de Março e do Assentamento Pequeno William foi o que me motivou a participar e conhecer mais a realidade das mulheres Sem Terra nesses territórios em construção. Por isso, ao iniciar a apresentação desta pesquisa, julgo que devo também socializar o meu memorial com os leitores deste trabalho, porque acredito que o meu caminhar nessa vida possibilitou e contribuiu para as minhas escolhas, que acabaram por convergir na presente dissertação de mestrado.

A presente dissertação dá continuidade à pesquisa que iniciei ainda na Especialização em Residência Agrária: Matrizes Produtivas da Vida no Campo, com foco sobre formação, cooperação, agroecologia e organização de assentamentos, no campus de Planaltina da Universidade de Brasília. Na finalização da especialização defendi o Trabalho de Conclusão do Curso (TCC) “Sustentabilidade dos agricultores acampados e assentados da reforma agrária na região do Cerrado de Planaltina-DF”, em 2015. Essa primeira experiência de pesquisa me motivou a seguir estudando o território em que estou inserida como acampada e do qual faço parte, na luta pelo direito social de acesso à terra. Mas antes mesmo do meu ingresso no MST, as minhas origens e trajetória me vinculavam à terra e à luta por uma vida digna.

Minha história, minhas memórias

Assim como muitas mulheres e meninas que nasceram em famílias pobres do interior, especialmente as nordestinas, minha trajetória de vida não fugiu aos eventos de vulnerabilidade, racismo e sexismo. Nascida no interior da Bahia, minha família saiu da área rural para buscar uma vida melhor em uma cidade maior, onde meus irmãos e eu poderíamos ter acesso à escola e ao trabalho. Problemas de alcoolismo paterno e subemprego acompanharam minha primeira infância. Minha mãe, mulher resistente, ensinava o pouco que sabia às crianças da família e aos vizinhos. Eu fui alfabetizada por minha mãe. Como é recorrente entre as meninas pobres, logo tive que cuidar de meus irmãos menores e fazer serviços domésticos, para liberar meus pais para os trabalhos que apareciam. Outras vezes precisava vender bolinhos na rua para conseguir algum dinheiro, que ajudava nas despesas da casa.

Aos 12 anos, ainda que por um período curto, fui trabalhar em Goiânia – GO como babá de uma criança. Porém, a saúde de minha mãe ficou comprometida e ela passou a fazer um tratamento em Brasília, para onde meu pai e dois dos meus irmãos já haviam imigrado. Não tardou para que toda família se mudasse para a Capital Federal. Foi um período de dificuldades,

medo e desamparo, porque fomos morar em barracos de madeirite de apenas um cômodo, com banheiro coletivo entre outros inquilinos do lote, na Região Administrativa de Ceilândia Norte. Éramos onze pessoas, entre adultos, adolescentes e crianças, que dormíamos em quatro colchões de solteiro no chão. A solidariedade e o acolhimento do povo do Distrito Federal (DF) eram importantes e bem-vindos como forma de aquecimento mútuo aos nordestinos recém-chegados na Capital do país.

No DF, meu primeiro trabalho foi como empregada doméstica e depois como babá. Eu tinha apenas uma folga por mês e em vários momentos sofri várias formas de assédio, humilhação e ameaças (inclusive com armas), que marcaram minha vida. Voltei a estudar em um curso noturno e na sequência, em um supletivo. Como uma sina ou falta de oportunidade, aos dezessete conheci e me apaixonei por um homem dez anos mais velho do que eu. Logo engravidei. Em janeiro de 1995, nasceu minha primeira filha. Com poucas oportunidades tivemos que morar no mesmo local da minha família. Aos dezoito anos, junto com minha mãe, iniciamos a luta por moradia. Foi a primeira vez que me envolvia em uma ação de luta coletiva. Ocupamos uma área e fomos morar em barraco de lona e papelão, em uma ocupação urbana, que resultou na primeira conquista, ainda que tenha sido em um terreno no entono do antigo “lixão” de Brasília, na Estrutural. Aprendemos que a união de pessoas em situação de vulnerabilidade social pode resultar em conquistas e, assim fundamos a Associação dos Moradores da Vila Estrutural (ASSOVILES). Não era raro que tivéssemos vários enfrentamentos com a polícia para impedirmos o cumprimento de diversas liminares de despejos expedidas pelo Governo do Distrito Federal. No meio dessa luta e, então com dezenove anos, engravidei pela segunda vez.

Assim que minha segunda filha nasceu, houve um confronto com a polícia em função de uma ordem de despejo das famílias. Este episódio a levou a perder mais de 50% da visão. As adversidades não cessaram. Meu companheiro tornou-se alcoólatra e as cenas de violência física e psicológicas se repetiam. Eu que já tive que lutar por moradia, aprendi a ser resistente. Me separei. Neste período eu trabalhava como auxiliar de serviços gerais. A separação motivou-me a voltar a estudar à noite. Aprendi que o conhecimento e a organização são aliados de luta por novas oportunidades. Junto às minhas companheiras, passamos a lutar não só por moradia, mas, também por saneamento básico e outras políticas públicas, tais como o acesso à água, energia e escola, aos transportes e ao posto de saúde.

Concluí o ensino médio, graças à existência da Educação de Jovens e adultos (EJA). Mais experiente, conheci um novo companheiro que me incentivou a voltar para os estudos. Por meio de um Programa do GDF, que concedia Bolsas Universitárias, fui aprovada e contemplada com uma bolsa para o curso de Ciências Contábeis. No entanto, em 2009 engravidei da minha terceira filha. Como estudava e trabalhava, tive que cursar a faculdade à noite. Aos 34 anos concluí o curso superior em Bacharel em Ciências Contábeis, por meio do programa de Bolsa Universitária. A partir de estágio em um escritório de contabilidade, passei para o quadro de funcionários e trabalhei nela. Após mais de três anos, saí e abri meu próprio escritório.

Em meu negócio próprio, flexibilizei meus horários e dias de trabalho, para sobrar mais tempo para a família e para a militância, ligada ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), no qual já vinha atuando organicamente desde 2011. Essa inserção possibilitou meu ingresso no curso de Especialização Lato Sensu “Residência Agrária: Matrizes Produtivas da Vida no Campo: Formação em Cooperação, Agroecologia e Cultura com Ênfase na Organização Social”, realizado na Faculdade UnB (FUP). O curso era organizado em regime de alternância, com tempo universidade e tempo comunidade.

Por influência de minha mãe, eu passei a militar de forma mais intensa no MST em maio de 2011, quando assumi tarefas no acampamento Canaã, no setor de finanças. Esse trabalho me proporcionou entender o processo e a gênese do Movimento, bem como da realidade da luta pela terra, trabalho e moradia digna. No Movimento aprendi que a luta é necessária para a transformação social do ser humano e da sociedade.

Em 2012 participei, junto com várias companheiras, das atividades do Dia Internacional das Mulheres da Jornada de Luta do 8 de Março. Essa foi a minha primeira participação em uma manifestação massiva, junto com uma multidão de pessoas desconhecidas, que tinham em comum o mesmo objetivo, a luta pela a terra e por direitos. E eu, vislumbrava de emoção naquele momento, pela oportunidade de estar ali recebendo e dividindo o pouco ou quase nada que tínhamos, entre companheirada do Movimento Sem Terra.

O MST foi a melhor escola de formação política, ideológica e de solidariedade que já tive. Participei da quarta ocupação do Movimento Sem Terra na Fazenda Toca da Raposa, que resultou no Acampamento 8 de Março, onde moro até hoje. A experiência de pesquisa e de luta me motivaram a seguir estudando temas ligados a questão agrária, com foco na agroecologia, que fazem parte da minha história a luta pelo direito social de acesso à terra.

O MST possibilitou-me a continuidade em minha formação intelectual, ideológica e profissional, dando-me oportunidade de participar de vários cursos no DF, assim como em outros estados brasileiros, além de conhecer experiências proporcionadas aos Sem Terra. A partir da luta no Movimento Sem Terra tive a oportunidade de fazer a primeira de várias viagens de avião, para conhecer e aprender outras culturas pelo nosso Brasil. Sem deixar no esquecimento, também são de grande importância a minha entrada na Universidade de Brasília (UnB) como educanda no Projeto Residência Agrária Especialização de 2013 a 2015, e minha colaboração na coordenação político- pedagógica do Projeto Residência Agrária Jovem em 2015 a 2017, projetos articulados e parceiros como os movimentos sociais do campo, Escola Nacional Florestan Fernandes – ENFF, Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - Incra, Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq e Programa Nacional na Educação na Reforma Agrária – Pronera. Tudo isso aconteceu devido à minha condição de acampada da Reforma Agrária e à militância no MST.

No Movimento Sem Terra conquistei a minha identidade de ser uma mulher Sem Terra, aprender a viver em coletividade e tirar a minha renda do trabalho cooperado. O MST me forjou militante orgânica da luta pela a terra e contra as injustiças sociais. Foi onde tive oportunidade de liderar pessoas e ser liderada pela bandeira do movimento.

No MST sou nucleada, fui coordenadora de setor de finanças, fui dirigente do setor de produção da Regional DF, fui dirigente política do MST DF e até então, estou dirigente do setor de formação do DFE, coordenei a brigada do Congresso do Povo e a brigada de solidariedade no DF.

O Movimento Sem Terra me libertou das cercas do latifúndio da ignorância do saber e das grades que me aprisionava devido ao vírus do machismo que me cercava. O movimento possibilitou a minha formação e me preparou, enquanto formadora de nova consciência. Diante deste cenário de luta e desafios, fui motivada a continuar a me desafiar a estudar e pesquisar sempre mais sobre a escolha de ser uma mulher Sem Terra.

Para situar a pesquisa

O Acampamento 8 de Março e o Assentamento Pequeno William estão localizados na região administrativa de Planaltina, no Distrito Federal. As duas áreas estão no bioma Cerrado, no Centro-Oeste do país. Um bioma ameaçado pela ocupação desordenada e pela produção

agropecuária de larga escala, fortemente associada a processos de degradação socioambiental. No Distrito Federal, soma-se a esses fatores a especulação imobiliária.

O bioma Cerrado tem cerca de 2 milhões de Km², o que equivale a um quarto do território² nacional. Seus ecossistemas são fundamentais para a sobrevivência das diferentes espécies animais e vegetais. Segundo o IBGE (2020), o bioma Cerrado ocorre principalmente no Planalto Central Brasileiro e ocupa aproximadamente 24% do território brasileiro. O Cerrado é reconhecido como a savana mais rica do mundo em biodiversidade.

Com a transferência da Capital Federal para a região Centro-Oeste do Brasil, no início da década de 1960, o Cerrado começa a sofrer alterações em sua vegetação, devido à expansão pecuária e agrícola sobre ele, atendendo aos preceitos da Revolução Verde, que foi baseada no uso intensivo do solo, de fertilizantes solúveis, desmatamentos e uso de máquinas pesadas. Nessa década, a região Centro-Oeste se converteu na nova fronteira de expansão da agricultura brasileira, sendo um projeto lucrativo do agronegócio³, com o apoio da Revolução Verde⁴, enquanto pacote tecnológico implementado no campo.

Esse pacote tecnológico, baseado na modernização dos meios de produção, foi estabelecido segundo uma estratégia de concentração da propriedade privada. No intuito de viabilizar a produção de (*commodities*⁵), em grandes extensões de terra. A evolução desse sistema de produção ampliou o uso de fertilizantes, agrotóxicos, sementes modificadas geneticamente – transgênicas - e tecnologia. De acordo com Delgado *et al.* (2012, p.133) “o pacto do agronegócio foi introduzido com a conquista de mentes e corações pela mídia, pela academia e pela política com representação no Congresso Nacional (bancada ruralista), como salvação da pátria, um modo mais ardiloso e difícil de ser combatido.”

Por outro lado, a Capital Federal, que havia sido construída para abrigar o governo central, também sofreu transformações com o passar dos anos. O ordenamento territorial do DF foi sendo transformado, seja com o surgimento de loteamentos urbanos clandestinos, seja pela

²Aqui, referido como parcela político-administrativa, ou seja, ao território como espaço de gestão do Estado em diferentes escalas e instâncias: federal, estadual e municipal. Essa acepção não se confunde com aquela referida à construção coletiva dos acampamentos e assentamentos, como lugares de pertencimento de trabalhadoras e trabalhadores Sem Terra, idealizados pelo MST.

³ É um conjunto de atividades com manejo de alta tecnologia, que envolvem de forma direta ou indireta, toda a cadeia produtiva agrícola ou pecuária.

⁴ Pacote de inovações tecnológicas adotadas na agricultura a partir dos anos 1960, para a obtenção de maior produtividade e lucratividade, por meio do desenvolvimento de sementes modificadas, agrotóxicos, fertilizantes químicos, máquinas e equipamentos de alta tecnologia.

⁵ São produtos de origem mineral ou vegetal, geralmente em sua forma natural ou com pouco beneficiamento, produzidos com características homogêneas e que são comercializados no mercado internacional. Alguns exemplos de *commodities* são soja, milho, algodão, cana-de-açúcar, ferro e alumínio (DELGADO, 2012).

grilagem de terras públicas rurais. Com o crescimento desordenado e a especulação imobiliária, de um lado, e a expansão da fronteira agrícola, do outro, a região Centro-Oeste, em especial o Distrito Federal, vem sofrendo um grande processo de descaracterização em seu ambiente físico e cultural.

É neste ambiente de disputas que se forma o lócus desta pesquisa. No caso específico do Acampamento 8 de Março e do Assentamento Pequeno William, os movimentos populares que fizeram as respectivas ocupações foram organizados pelo Movimento dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais Sem Terra do Distrito Federal e Entorno (MST/DFE), em núcleos rurais na Região Administrativa VI de Planaltina.

No Movimento Sem Terra, as ocupações nascem a partir do planejamento, da organização e do trabalho de base, que é um processo de mobilização e formação política sobre a luta pela terra. Por meio do trabalho de base são recrutados novos participantes para o movimento, pessoas que perderam seu território⁶ e sofrem com a exclusão social. No MST, elas podem se engajar na luta pela terra.

No DF e Entorno, o trabalho de base é realizado pelos militantes do MST nas regiões periféricas. O trabalho de base é importante para aumentar a adesão de novos militantes e não haver redução das massas no movimento. Assim, tornam-se fundamentais as ações de trabalho de base no movimento. Este processo é contínuo e permanente na luta pela terra, para garantir a força das ações e manifestações realizadas pelo Movimento Sem Terra, mas também para o estabelecimento de novos acampamentos e assentamentos da reforma agrária.

Toda ocupação traz o desafio da organização e permanência na terra, em que o trabalho de base segue sendo fundamental. Por isso, o lema do MST é “ocupar, resistir e produzir”, lema que se firmou em congresso do movimento realizado em 2004. Mas a produção em acampamentos e assentamentos do Movimento deve ser conforme um modelo próprio, distinto daquele representado pelo agronegócio, que afinal, acumula terras, gera degradação ambiental e injustiça social. Por isso, desde os anos 2000, o MST estimula a produção agroecológica em seus acampamentos e assentamentos.

Neste processo da realidade concreta e da organização das ações, a resistência ativa do MST passará pela capacidade de dar respostas, principalmente no trabalho de base, com o intuito de conscientizar e estimular, de um lado, a sociedade rural a produzir alimentos

⁶ Aqui, o território tem outra acepção, o de espaço de vida, lugar de enorme diversidade de culturas, em que camponeses constroem sua existência. O território é uma unidade de produção familiar e local, residência da família ou de várias famílias. (FERNANDES, 2001, p. 744).

saudáveis por meio da adoção de práticas que não degradem a natureza, e, de outro, conscientizar novas pessoas no meio urbano, para que valorizem e consumam os produtos advindos da agroecologia⁷.

Em acampamentos e assentamentos, como o 8 de Março e o Pequeno William no Distrito Federal, o MST realizou oficinas, mutirões e seminários para a formação das famílias na produção agroecológica, com forte participação das mulheres. Para que os trabalhadores rurais adotem o manejo agroecológico e, principalmente as mulheres Sem Terra, a agroecologia não pode se resumir ao mero estudo, precisam se casar teoria e prática.

Nesse sentido, a agroecologia é mais que uma disciplina científica, é um projeto de sociedade, que abrange aspectos de organização social e política, conhecimentos e práticas de manejo dos agroecossistemas⁸, com uma perspectiva de futuro, comprometida com a continuidade da vida no planeta Terra. É uma abordagem que também tem permitido discutir a participação das mulheres e as relações de gênero em processos de organização, decisão e produção nos acampamentos e assentamentos.

A luta pela terra no Distrito Federal apresenta características semelhantes às aquelas conduzidas em quase todos os outros estados brasileiros, especialmente no que se refere ao processo de formação das mulheres acampadas e assentadas, com vistas à obtenção da melhoria na produção e, conseqüentemente, maior autonomia econômica e na organização política nos espaços ocupados.

A participação das mulheres na luta pela terra tem sido salientada na literatura sobre desenvolvimento rural vinculando-a, especialmente, à soberania alimentar e à produção agroecológica, bandeiras de luta que materializam novas práticas, agregam valores humanísticos à agricultura camponesa e objetivam condições dignas para a vida no campo. A noção de soberania alimentar apresentada pela Via Campesina, entidade que reúne movimentos sociais e organizações camponesas de todo o mundo, na Cúpula Mundial sobre Segurança Alimentar no ano de 1996, refere-se ao direito dos povos a definir suas próprias políticas e estratégias sustentáveis de produção, distribuição e consumo de alimentos (BORGES, 2018).

A agroecologia surge como um suporte a esse conceito, uma vez que converge com a adesão às práticas agrícolas que consideram a forte relação entre produção e preservação da

⁷ No terceiro capítulo, abordarei o tema da agroecologia, em diálogo com algumas autoras e autores que estudam o tema e contribuições das interlocutoras desta pesquisa no tema.

⁸ Agroecossistema é um conjunto de vidas em diversidade, em um único sistema, que deve ser preservado, ou, manejado de forma responsável e com práticas sustentáveis, com fins de cultivo pela agricultura ou pecuária.

natureza. A agroecologia utiliza práticas e técnicas de caráter mais sustentável como forma de efetuar o manejo de agroecossistemas. Esse tipo de ação é especialmente importante na agricultura camponesa, uma vez que permite que sejam incorporados alguns tipos de matérias-primas derivadas dos recursos naturais disponíveis localmente, transformando-os em produtos para fins de consumo e comercialização.

Baseando-se em autoras como Siliprandi (2009) e Moreira (2019), temos a compreensão de que a agroecologia, enquanto práxis social e produtiva, também se materializa no trabalho, no estudo, na reflexão e na organização popular. Dada a importância de terem garantidas sua autonomia política e econômica, as mulheres Sem Terra que militam nas causas do MST participam desta visão e concretizam suas ações na organização em diversos processos formativos. De modo geral, tais processos se dão a partir da organização política e da busca de reconhecimento nos trabalhos produtivos e do lugar de fala das mulheres nas instâncias organizativas do Movimento.

O desenvolvimento da presente dissertação encontra-se pautado nos processos formativos e produtivos das mulheres Sem Terra, na busca por protagonismo e por autonomia política e econômica, a partir de debates e estudos relacionados às questões de gênero, à produção agroecológica e à luta pela terra organizada pelo o MST/DFE. A história de lutas, resistência e conquistas das mulheres Sem Terra do Acampamento 8 de Março e do Assentamento Pequeno William, localizados na VI Região Administrativa (RA) do Distrito Federal, Planaltina-DF, é exemplar em mudanças que vêm ocorrendo no meio rural brasileiro, por meio das ações formativas idealizadas e realizadas por diversos movimentos sociais do campo, merecendo, portanto, esforço de descrição e análise.

Nesse contexto, a pesquisa buscou responder as seguintes perguntas: *Como se deu a trajetória da luta pela terra no Distrito Federal, o processo de resistência no Acampamento 8 de Março e as conquistas alcançadas no Assentamento Pequeno William? Em que medida os processos formativos do MST e agroecologia promovem a visibilidade, protagonismo para as mulheres Sem Terra diante da luta pela a terra e pela a autonomia política e econômica?*

Objetivo geral

O objetivo geral desta pesquisa foi analisar se as ações formativas, organizativas e produtivas das mulheres Sem Terra acampadas e assentadas no âmbito do MST/DFE, sob os

preceitos da agroecologia e da equidade de gênero, promovem maior autonomia política e econômica?

Objetivos específicos

- (i) Entender como se deu a participação das mulheres no processo de luta pela terra e reforma agrária realizada pelo MST, na região de Planaltina, Distrito Federal.
- (ii) Discutir como a articulação entre gênero e agroecologia fortalece, dá visibilidade e promove a autonomia política e econômica de mulheres Sem Terra do Acampamento 8 de Março e do Assentamento Pequeno William.
- (iii) Descrever e analisar ações e práticas formativas, organizativas e produtivas de base agroecológica das mulheres do Acampamento 8 de Março e do Assentamento Pequeno William.

Procedimentos metodológicos

A presente dissertação baseia-se em uma pesquisa qualitativa, descritiva, baseada em biografias e narrativas sobre as vivências de mulheres Sem Terra do MST/DFE, especialmente as mulheres Sem Terra do Acampamento 8 de Março do Assentamento Pequeno William, tendo como foco de análise os processos de formação e produção agroecológica.

Os dados foram coletados a partir da observação participante e da memória e história de vida das mulheres Sem Terra. Segundo Sauer e Saraiva (2015, p.1) “a memória é entendida como presentificação, possibilitando não só (re)visar e rememorar o passado, mas principalmente (re)construí-lo para que não seja esquecido”. Para Moreira (2002, p. 52), a observação participante é conceituada como sendo “uma estratégia de campo que combina ao mesmo tempo a participação ativa com os sujeitos, a observação intensiva em ambientes naturais, entrevistas abertas informais e análise documental”. Para Gil (2008, p.10) “o estudo de campo procura o aprofundamento de uma realidade específica. É basicamente realizada por meio da observação direta das atividades do grupo estudado e de entrevistas com informantes para captar as explicações e interpretações do ocorrem naquela realidade”.

A observação participante foi adotada durante a realização de rodas de conversa com mulheres assentadas no Pequeno William e mulheres acampadas no 8 de Março. Entre elas tinham mulheres com a tarefa de coordenação, direção e militantes do MST/DFE, com tarefas apenas nos coletivos formados no acampamento e no assentamento.

O caminhar desta dissertação iniciou-se, portanto, a partir de atividades organizadas pelo coletivo de mulheres Sem Terra da direção do Movimento Sem Terra do DF e Entorno,

coletivo este, que estou inserida pela tarefa que contribuo no movimento. Em setembro de 2019, no Assentamento Pequeno William e, em outubro de 2019, no Acampamento 8 de Março, ocorreram as primeiras atividades, com o objetivo de mobilizar, organizar e preparar as mulheres dos acampamentos e dos assentamentos para participarem do I Encontro Nacional das Mulheres Sem Terra, que se realizou em março de 2020.

As rodas de conversas foram ocasiões em que pude observar mais o comportamento das mulheres. Enquanto mobilizadora e formadora do movimento, abordamos temas e categorias relacionadas com o debate de gênero e agroecologia, enquanto tarefa do coletivo de mulheres da direção do MST. As mulheres foram motivadas a falar de suas trajetórias de vida, da luta, da organização e da produção.

A partir das rodas de conversas, organizada pelo o coletivo de mulheres, foram marcados mais dois encontros posteriores, no acampamento e no assentamento, com a participação das mulheres Sem Terra, utilizando dinâmicas, em que as mulheres foram estimuladas a falar, se organizar e participar do encontro.

A roda de conversa trouxe elementos importantes, onde despertei para o desenvolvimento da minha pesquisa de mestrado, tendo como foco a trajetória de luta das mulheres Sem Terra, e o processo de formação e produção agroecológica das mulheres acampadas e assentadas da reforma agrária. Das rodas de conversas, saíram elementos relacionados a autonomia delas ou não. Na Figura 1, as mulheres Sem Terra do coletivo, se reúnem com as mulheres Sem Terra do Acampamento 8 de Março.

Figura 1 - Reunião do coletivo de mulheres Sem Terra do MST/DFE no Acampamento 8 de Março.



Fonte: Coletivo Mulheres do MST/DFE, 2019.

No início de novembro de 2019, ocorreu o segundo encontro com as mulheres Sem Terra do Acampamento 8 de Março, em um formato de oficina, em que as mulheres foram incentivadas a falar de si, por meio da seguinte pergunta: Quem é você? A dinâmica adotada foi a de recortes de gravuras coloridos, colagem e costura. Elas produziram pequenos quadros para se auto representarem. Juntos, os quadros formaram uma grande colcha de retalhos para ornamentar o espaço do I Encontro Nacional das Mulheres Sem Terra⁹.

No final de novembro, foi realizado mais um encontro com as mulheres no mesmo formato de oficina, agora para a escrita de cartas. As mulheres Sem Terra escreveram a sua própria história de vida. Essas cartas foram endereçadas ao I Encontro Nacional das Mulheres Sem Terra, pois muitas das mulheres presentes na oficina não poderiam estar presentes, mas precisavam estar de alguma forma. A Figura 2 ilustra a oficina de cartas realizada no Assentamento Pequeno William para a mobilização e preparação do I Encontro Nacional das Mulheres Sem Terra.

Figura 2 - Oficina de cartas com as mulheres Sem Terra no Assentamento Pequeno William



Fonte: Coletivo Mulheres do MST, DFE, 2019.

Durante o encontro algumas cartas foram selecionadas e apresentadas em outras linguagens, como parte das místicas, como poesia ou apenas lidas, dando visibilidade às

⁹ Irei abordar sobre o I Encontro Nacional das Mulheres Sem Terra no quarto capítulo desta dissertação.

experiências e, com o cuidado de não divulgar o nome de cada mulher, visto que algumas das cartas traziam confidências, segredos, desafios e perspectivas futuras de vida para elas.

Essas rodas de conversas me motivaram a ouvir mais algumas dessas mulheres para o desenvolvimento da minha pesquisa de mestrado. Percebi que as rodas de conversas constituíam um método importante de incentivo para as mulheres falarem de si e trazerem elementos que respondessem às minhas questões norteadoras.

Assim, em dezembro de 2019 realizei mais duas rodas de conversa, uma com as mulheres Sem Terra do Acampamento 8 de Março e outra com as do Assentamento Pequeno William, em dias diferentes. Nessas rodas apresentei o tema e a intencionalidade da minha pesquisa de mestrado, que abordava a luta e as experiências daquelas mulheres no território, a partir do debate de gênero e da agroecologia.

Na roda de conversa do Acampamento 8 de Março, realizada na tarde do dia 19 de dezembro, participaram 15 mulheres. A roda de conversa do Assentamento Pequeno William contou com a participação de 10 mulheres e foi realizada dias antes, na tarde do dia 12 de dezembro. Ali, depois de apresentada a pesquisa, foi feito o convite para elas participarem da construção deste trabalho que não seria somente da pesquisadora, mas delas também, por serem as protagonistas da história a ser narrada, uma história construída coletivamente.

A partir dessas rodas de conversa, identifiquei 10 mulheres acampadas no 8 de Março e 10 mulheres assentadas no Pequeno William, além de duas dirigentes do MST/ DFE, para entrevistar individualmente, com base em um roteiro previamente elaborado com perguntas fechadas e semiabertas. Segundo Vergara (2009), este tipo de entrevista permite conhecer a opinião e experiência que a entrevistada teve e tem sobre o tema pesquisado além de possibilitar a reelaboração do roteiro, a partir das compreensões da entrevistadora. Na pesquisa, cujos resultados apresento aqui, foram realizadas questões mais gerais no início da entrevista, seguidas por questões mais específicas como forma de colher a opinião e as experiências das mulheres entrevistadas. Foram tomadas as cautelas necessárias para não direcionar ou confundir as entrevistadas como: evitar adjetivos que qualifiquem ou desconstruam aspectos positivos e negativos dos temas abordados. Portanto, foram evitadas integralmente questões que expressassem os valores da entrevistadora.

Parte das entrevistas foram realizadas no ambiente da casa e do lote das minhas interlocutoras. A partir das oficinas, me convidei a passar com cada uma das entrevistadas uma tarde ou uma manhã, para observar, conhecer e aprender um pouco do trabalho, da rotina e das

experiências delas. Assim, pude fazer com elas uma prosa individual, para que elas ficassem mais à vontade e com liberdade para falar sobre si, respondendo ao roteiro de forma descontraída. Elas aceitaram a proposta e marcamos as possíveis datas para as entrevistas individuais.

Foram entrevistadas mulheres com perfis distintos. O primeiro grupo foi composto por mulheres com participação na luta do Acampamento 8 de Março e da conquista do Assentamento Pequeno William. Este grupo teve o papel relevante de informar sobre a história da luta e resistência conduzidas nessas áreas. Como são pessoas de longo histórico na luta pela terra, elas puderam oferecer uma narrativa sobre a participação em processos formativos e, também, as dificuldades, objetivos e conquistas realizadas até o presente momento. Esse grupo também deu sua percepção sobre efeitos ao longo do tempo das ações formativas, organizativas e produtivas no processo de autonomia política e econômica das mulheres Sem Terra assentadas e acampadas.

O segundo grupo engloba as dirigentes, coordenadoras e organizadoras das ações formativas e produtivas conduzidas nas duas áreas e no Distrito Federal e Entorno. Junto a essas mulheres, pude ouvir sobre as experiências, planejamentos e propostas dos processos, das ações e das práticas formativas, organizativas e produtivas conduzidas junto às mulheres Sem Terra.

Elas compartilharam a percepção que têm sobre os efeitos dessas ações na conservação do meio ambiente e na soberania e segurança alimentar das famílias e comunidades, assim como, quais as razões da não participação de algumas mulheres nas ações formativas, suas percepções também sobre como se dá a participação delas, as dirigentes, no MST.

No terceiro grupo, entrevistei mulheres que não fizeram cursos específicos do movimento, mas que travam a luta diariamente na prática cotidiana, que se alimentam da organicidade do Movimento Sem Terra e assim, forjam-se como militantes, mesmo sem terem feitos cursos.

Os três grupos de entrevistadas foi, assim, composto por mulheres que tiveram participação ou não em processos formativos do MST. Nesta pesquisa busquei investigar em que medida a formação promove participação mais frequente nas ações do MST, como as mulheres Sem Terra percebem sua autonomia política e econômica desde a participação nos processos formativos, e se elas percebem efeitos dessas ações formativas, organizativas e produtivas sobre a conservação do meio ambiente e na soberania e segurança alimentar das famílias e comunidades, assim como também colhi sugestões para aperfeiçoar esses processos

formativos. Ao longo das entrevistas, utilizei mais a escuta, por aprender e entender que o bom líder deve escutar mais o povo e falar menos, para melhorar a análise dos fatos narrados. Foi importante acolher as contribuições, as sugestões e as medidas propostas pelos grupos de mulheres entrevistadas para a melhoria e desenvolvimento desta pesquisa, que compreendo como uma construção coletiva das mulheres Sem Terra.

Dentro do universo das mulheres entrevistadas, deixo em destaque no Quadro 1 mulheres Sem Terra¹⁰ como mulheres inspiradoras para outras mulheres do movimento, no contexto da luta, formação e produção. Eu, enquanto militante, sou a semente germinado para o conhecimento dessas mulheres.

Partindo das respostas das entrevistadas, o conteúdo das entrevistas foi formalizado em categorias que permitiram uma melhor organização dos dados para as análises. O quadro a seguir sintetiza as categorias e tópicos encontrados.

Quadro 1 - categorias previstas para análise.

Processos formativos, organizativos e produtivos do MST no DF.	Mulheres Sem Terra
	Reforma Agrária/ Luta pela a terra
	Machismo/Violências
	Agroecologia/ sustentabilidade
	Autonomia política/econômica

Fonte: Elaborado pela autora.

¹⁰ No terceiro capítulo, essas quatro mulheres serão apresentadas em uma seção específica.

Estas categorias foram investigadas nos três grupos participantes da pesquisa. Houve mulheres Sem Terra entrevistadas, que apresentaram documentos e registros fotográficos, o que evidenciava a participação delas nas atividades formalizadas pelo movimento, no assentamento, no acampamento ou na luta externa. Levei em consideração a importância desses documentos e registros para a análise. Além disso, busquei consultar documentos do MST/DFE disponíveis, a fim de conhecer a história da participação das mulheres nas lutas do movimento, no contexto da formação, organização e produção agroecológica ao longo do tempo.

Para desenvolver a pesquisa e compreender o processo da luta, da participação na formação e na produção agroecológica, focalizei ainda a história de vida¹¹ e as memórias das mulheres Sem Terra com quem dialoguei. Assim, a dissertação traz relatos vivenciados pelas mulheres no decorrer da vida e da militância delas no Movimento Sem Terra. O percurso da análise procurou resgatar o vivido a partir da participação e da memória das mulheres Sem Terra acampadas e assentadas da reforma agrária, nos referidos espaços, diante da luta e conquista da terra.

E das minhas próprias lembranças e memórias, sobre a minha participação e contribuição enquanto militante do Movimento Sem Terra, ao longo de 11 anos, também constituem fonte de dados e vivências que analiso neste trabalho. A opção por focalizar a minha própria memória e as das minhas interlocutoras de pesquisa, guarda um sentido particular: a intencionalidade em registrar a história silenciada ou mesmo ignorada ao longo da luta e da vida de muitas mulheres. Ao entender a importância de cada Mulher Sem Terra entrevistada nesta pesquisa e ao trazer a fala delas neste trabalho, procuro incrementar a visibilidade do protagonismo diante da luta delas e do MST.

Portanto, o que apresento nesta pesquisa é também um relato implicado, que dialoga diretamente como a minha história de vida pessoal, profissional, militante e coletiva.

Durante o desenvolvimento da pesquisa foi necessário reajustar expectativas e procedimentos, incluindo novas formas de cuidado, para a realização deste trabalho, devido à calamidade vivida por consequência da pandemia¹² da Covid-19, fato que atingiu mundialmente a vida das pessoas.

Esta dissertação está dividida em quatro capítulos. O primeiro capítulo engloba a introdução, objetivos e metodologias desta dissertação

¹¹ Realidade concreta vivida por cada pessoa,

¹² No segundo capítulo desta dissertação, o tema da pandemia será abordado com mais profundidade.

No segundo capítulo traz a discussão da luta pela terra no Distrito Federal, particularmente na região de Planaltina no DF, sob a perspectiva do MST/DFE e do protagonismo das mulheres Sem Terra nesses processos. Dito de outro modo, no primeiro capítulo busquei fazer um resgate do processo histórico da luta pela terra no território brasileiro, para depois focar a atuação do MST no Distrito Federal e Entorno, na luta por reforma agrária. Trata-se também de um capítulo de contextualização, informando sobre as riquezas patrimoniais, ambientais e a cultura popular da região de Planaltina, bem como sobre a trajetória da ocupação do Acampamento 8 de Março e da conquista do Assentamento Pequeno William para fins de reforma agrária na região.

No terceiro capítulo, abordo a agroecologia e outros conceitos associados, tendo em conta as percepções e compreensões das mulheres Sem Terra, com tarefa de direção e coordenação no MST sobre o tema, além das proposições teóricas de estudiosos. Apresentamos seções com temáticas que se relacionam com a reforma agrária, como os projetos de agricultura em acampamento e assentamentos. Abordaremos o modelo capitalista do agronegócio, a agroecologia como bandeira de luta e instrumento para a autonomia das mulheres Sem Terra, o MST e a agroecologia como instrumento de transformação para as mulheres Sem Terra, contra o machismo, a formação agroecológica e a participação das mulheres Sem Terra como alternativa no fortalecimento e enfrentamento ao isolamento causado pela a pandemia da Covid-19.

O quarto capítulo é baseado nas memórias e histórias das mulheres Sem Terra acampadas, assentadas e com tarefas nas instâncias do movimento, com foco na invisibilidade como realidade e no protagonismo das mulheres como contestação a essa realidade. Há uma breve apresentação do perfil das mulheres acampadas e assentadas foco da pesquisa, com apresentação das mulheres que são inspiração para a pesquisadora. O capítulo aborda o processo de formação com a capacidade de transformação dos homens e mulheres do MST, contextualiza a importância da realização do I Encontro Nacional das Mulheres Sem Terra como espaço formativo que fortalece a autonomia das mulheres e do debate do feminismo camponês popular no âmbito do MST/DFE. A ferramenta da escuta e do diálogo com as entrevistadas do MST/DFE foram fundamentais para os resultados alcançados nesta pesquisa, na conclamação das considerações finais.

2. OCUPAR, RESISTIR E PRODUZIR

A luta pela terra no Brasil tem início com a chegada dos colonizadores, em especial dos portugueses, que visavam à dominação dos povos tradicionais e a exploração dos fartos recursos disponíveis. Desde os anos de 1500, a posse, a propriedade e o acesso à terra vêm ocorrendo de forma irregular e em completo desequilíbrio, com a ocupação do campo de forma desigual e injusta, e com o predomínio do capital sobre a classe trabalhadora camponesa.

Stédile (2005) ressalta que “o período histórico, em que os portugueses invadiram nosso território, em 1500, o fizeram financiados pelo nascente capitalismo comercial europeu, e se apoderaram do território por sua supremacia econômica e militar, impondo as leis e vontades políticas da monarquia portuguesa” (STÉDILE, 2005, p. 19).

No Brasil, a Lei de Terras nº 601, de 18 de setembro de 1850, foi o primeiro instrumento legal a dispor sobre as normas do direito agrário no País. A Lei tratava sobre as terras devolutas do império. Posteriormente, em meados dos do século XX, a Lei 4504/1964, que estabeleceu o Estatuto da Terra, passou a garantir medidas que visam promover a distribuição da terra, mediante a posse e uso, a fim de se fazer justiça social, bem como ampliar as possibilidades de aumento da produção agrícola. No ano de 1988 foi instituída uma nova Constituição, conhecida como Constituição Cidadã. Em seu Art. 184, a Constituição estabelece que:

Compete à União desapropriar por interesse social, para fins de reforma agrária, o imóvel rural que não esteja cumprindo sua função social, mediante prévia e justa indenização em títulos da dívida agrária, com cláusula de preservação do valor real, resgatáveis no prazo de até vinte anos, a partir do segundo ano de sua emissão, e cuja utilização será definida em lei. (BRASIL, 1988).

Segundo o (IBGE, 2007), o Brasil possui uma extensão territorial equivalente a 851.487.659 ha, sendo que, deste total, 330 milhões são utilizados pela agropecuária. Após a sanção a Lei de Terras de 1950, do Código Civil de 1916 e da promulgação da Constituição Federal de 1988, a reforma agrária passou a ser um direito e um dever do Estado para com os cidadãos. De acordo com Melo (2006, p. 239), “essa legislação, expressa autorização para o poder público promover a desconcentração fundiária e atingir as causas estruturais da violência no campo”.

2.1 DISTRITO FEDERAL E ENTORNO: UMA CONFORMAÇÃO DO MST NO TERRITÓRIO DE CERRADO E NA LUTA PELA TERRA

Desde a década de 1980, o Distrito Federal vem sofrendo transformações em sua estrutura fundiária, social, ambiental e política, tanto no meio urbano quanto no rural, o que vem influenciando diretamente a vida das pessoas e do meio ambiente. De acordo com Borges (2018), a construção de Brasília, e sua inauguração em 1960, representou o marco de um conjunto de ações que buscavam modernizar o interior do país, sobretudo o Centro-Oeste. Neste contexto, “a produção agropecuária foi moldada para atender às demandas dos grandes proprietários de terra e especuladores imobiliários em torno do uso da terra, com a consequente exclusão dos trabalhadores e agricultores camponeses”. Tais mudanças têm deixado marcas visíveis pela falta de planejamento, controle, fiscalização e omissão do Estado.

Até a segunda metade do século XX, o Cerrado era praticamente desconhecido e considerado como um "espaço vazio" pela maioria da população brasileira. No entanto, devido ao acelerado crescimento humano e consequente aumento da demanda por produtos agroalimentares a partir da década de 1930, o processo de integração nacional e desenvolvimento da agricultura em larga escala, conhecido como "Marcha para o Ocidente", foi promovida pelo governo federal, estimulada por políticas de instalação de colônias agrícolas, construção de estradas, incentivos à produção agrícola e migração de população excedente de produtores rurais do sul do Brasil para essa região (DUARTE *et al.*, 2020, p. 5).

A expansão da fronteira agrícola para o Centro-Oeste brasileiro ganhou novo impulso nos anos 1950 e 1960, consolidando-se nas décadas seguintes. A transferência da capital do país para a região, Brasília, o uso de modernas tecnologias para produção de soja, com a migração de agricultores do Sul para o Centro-Oeste, a construção de grandes eixos rodoviários e alocação de recursos para pesquisa foram processos associados a essa política. A região sofreu profundas transformações econômicas e sociais induzidas pelo Estado e o Cerrado passa a ser visto como o “celeiro do país”, um espaço vazio a ser ocupado pelas frentes de desenvolvimento do Brasil.

Embora a biodiversidade e as populações locais tenham se tornado cada vez mais vulneráveis ao modelo dominante de exploração agrícola, os povos tradicionais, os extrativistas e uma grande parte dos agricultores familiares, ainda conseguem extrair e produzir para sua subsistência e consumo local sem grandes impactos nos ecossistemas do bioma. (DUARTE *et al.*, 2020, p. 5).

A partir dos anos de 1990, o DF teve um crescimento induzido e muitas das áreas rurais se tornaram urbanas, dando lugar à implantação e construção de condomínios, loteamentos

periféricos e empreendimentos empresariais. Com esse processo crescente de urbanização, o território camponês vem perdendo suas características e riquezas naturais.

O território construído a partir do uso e da apropriação dos recursos naturais, onde se origina processos produtivos, culturais, sociais e políticos. A dimensão do rural incorpora áreas dispersas e concentrações urbanas que se explicam por sua relação com os recursos naturais. Compreende uma ampla diversidade de setores econômicos, interdependentes, envolvendo dimensões não econômicas e estabelecendo relações funcionais com o urbano (CAMPOS; KRAHL, 2006, p. 87).

Desta forma, Brasília, tornou-se palco de disputas por cargos públicos e, também, de grandes mobilizações de lutas, manifestações e aglutinações de pessoas vindas de todas as regiões do País, principalmente do Nordeste. Na busca de emprego e na perspectiva de terem melhores condições de vida, essas pessoas deixaram seus estados de origem e se instalaram nas periferias urbanas e zonas rurais do DF, enfrentando todo o tipo de adversidade, desde a falta de transporte público de qualidade, subemprego, péssimas condições de moradia e trabalho, falta de acesso às políticas públicas para garantir cidadania e autonomia política e econômica.

Os impactos concretos se dão em um desenvolvimento com características predatórias, seja no meio urbano, seja no rural, com um crescimento das desigualdades sociais e um modelo produtivo baseado na superexploração de tecnologias do pacote da revolução verde (GUÉNEAU; DINIZ; NOGUEIRA, 2020). Os interesses capitalistas avançam junto com a mudança da capital federal para Brasília. O projeto do agronegócio e da especulação imobiliária invadiu o Cerrado, causando impactos severos no desenvolvimento das comunidades rurais, no meio ambiente e, principalmente, na vida das mulheres que historicamente se encontram sob a dominação, a exploração e a opressão do sistema capitalista e do patriarcado. Friso que essa realidade, desses impactos, não é somente da região de Cerrado.

Os movimentos sociais que lutam pela terra têm sido um instrumento político e ideológico no enfrentamento e combate das injustiças e das desigualdades sociais na sociedade camponesa do Distrito Federal, bem como em outros pontos do território brasileiro.

O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra - MST foi criado a partir do trabalho de formação política e da articulação da luta pela terra. Para Fernandes (2001, p. 49) “O MST é fruto do processo histórico do campesinato brasileiro. É, portanto, parte e continuação da história da luta pela a terra”. Constituiu-se como um movimento nacional, desde janeiro de 1984, quando foi realizado o seu 1º Encontro Nacional, realizado na cidade de Cascavel, no Paraná. O MST é herdeiro e catalizador das lutas populares que o antecederam em todo o Brasil.

De acordo com Melo (2006) Entre 1979 e 1984, o Movimento foi se consolidando.

Sua fundação se deu no bojo do processo de redemocratização do País, período de ascensão das mobilizações de massa, mais precisamente no I Encontro Nacional de Trabalhadores Rurais Sem Terra, em Cascavel (PR), de 20 a 22 de janeiro de 1984, com a participação de cerca de 150 delegados de 12 estados (Rio Grande do Sul, Santa Catarina, São Paulo, Paraná, Mato Grosso do Sul, Bahia, Espírito Santo, Rondônia, Acre, Roraima e Pará. (MELO, 2006, p. 115).

O MST está organizado em 23 (vinte e três) estados brasileiros e no Distrito Federal, e é aberto para todos os trabalhadores e trabalhadoras, sem distinção de raça, religião e filiação partidária. Todos e todas participam de suas ações sem distinção de idade e identidade de gênero. O Movimento Sem Terra defende a participação da família na luta pela terra e, mais recentemente, estabeleceu que suas instâncias organizativas fossem compostas por 50% de homens e 50% de mulheres, de maneira que as mulheres e a juventude também sejam sujeitos protagonistas no debate, no planejamento, nas lutas e nas conquistas.

Assim, o MST tornou-se o movimento de massa reconhecido mundialmente por sua forma de organização. O próprio MST (2016, p. 9) se define como “um movimento social, de massas, autônomo, que procura articular e organizar os trabalhadores rurais e a sociedade para conquistar a reforma agrária e um Projeto Popular para o Brasil”. Segundo Bourdieu (1989, p. 28), “um movimento social de caráter classista se forja em condições objetivas, materiais, econômicas, mas, também, nas relações e sob condições subjetivas, que estruturam os esquemas de percepção, de visões de mundo e, campos culturais”. O Movimento Sem Terra trabalha e defende a formação dos sujeitos coletivos, dando visibilidade à identidade social e política dos trabalhadores e trabalhadoras inseridos em suas ações. Atua de forma a organizar as famílias para ocupações massivas de terras rurais que não estejam cumprindo a sua função social, prevista e consagrada na Constituição de 1988.

Considerando a função social da terra, o MST visa à ocupação de fazendas griladas, com irregularidades, com histórico de trabalho escravo ou crimes ambientais. Para dar visibilidade às ocupações, o Movimento efetua trancamentos de rodovias federais, estaduais ou municipais e ocupa órgãos gestores e fiscalizadores, de forma a denunciar ou reivindicar espaços para as pautas do Movimento.

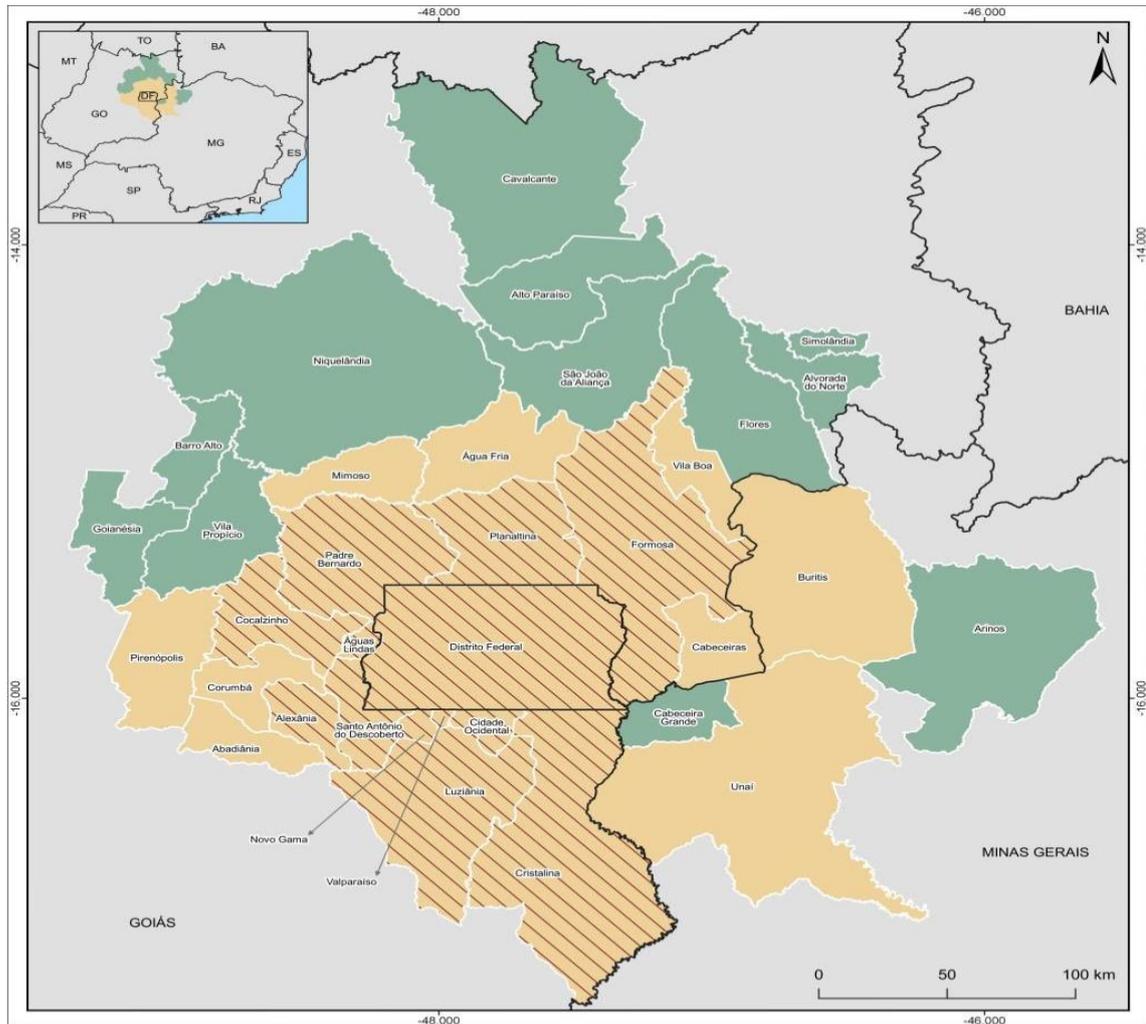
Essa forma de ação do MST está presente no Distrito Federal e Entorno (DFE) desde 1994, a partir da organização de vários acampamentos e assentamentos que visam a reforma agrária. A coordenação Estadual do MST, no Distrito Federal e Entorno, atua e coordena os

trabalhadores rurais Sem Terra, acampados e assentados no território e em alguns municípios localizados no Noroeste Mineiro e do Nordeste Goiano, que compõem a Região Integrada do DF (RIDE). Há acampamentos e assentamentos em outros municípios do nordeste goiano que são coordenados pelo MST de Goiás. Segundo a militante e ex-dirigenta do MST DFE:

Éramos organizados em brigadas, onde tínhamos a tarefa de organizarmos o povo, a partir do trabalho de base que fazíamos nas cidades mais atingidas pelas desigualdades sociais do DF e, nas regiões do noroeste mineiro e do nordeste goiano, ficávamos meses fora de nossa casa, em tarefas do movimento, no intuito de formar novos militantes, aumentando as massas e, assim, abrir novos acampamentos MST. (Neudair, em entrevista realizada em 2021).

O Mapa 1 destaca em amarelo os municípios que compõem a Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno (RIDE), pela Lei Complementar nº 94, de 19 de fevereiro de 1998. O destaque em verde representa os novos municípios que integraram a RIDE, pela Lei Complementar nº 163, de 14 de junho de 2018.

Mapa 1 - RIDE



Limite Estadual
 Área Metropolitana de Brasília - AMB
Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e do Entorno - RIDE/DF
 Municípios pertencentes à RIDE definida pela Lei Complementar nº 94 de 19 de fevereiro de 1998.
 Municípios acrescentados à RIDE pela Lei Complementar nº 163 de 14 de junho de 2018

Município	UF	Distância de Brasília (Km)	Município	UF	Distância de Brasília (Km)	Município	UF	Distância de Brasília (Km)
Abadiânia	GO	118	Cavalcante	GO	310*	Novo Gama	GO	46
Água Fria	GO	118	Cidade Ocidental	GO	42	Padre Bernardo	GO	106
Águas Lindas	GO	47	Cocalzinho	GO	110	Pirenópolis	GO	139
Alexânia	GO	87	Corumbá	GO	128	Planaltina	GO	56
Alto Paraíso	GO	224*	Cristalina	GO	119	Santo Antônio do Descoberto	GO	44
Alvorada do Norte	GO	255*	Formosa	GO	236*	São João da Aliança	GO	155*
Árinos	MG	247*	Flores	GO	79	Simolândia	GO	257*
Barro Alto	GO	202*	Goiânia	GO	237*	Unai	MG	180
Buritis	MG	207	Luziânia	GO	58	Valparaíso	GO	35
Cabeceira Grande	MG	118*	Mimoso	GO	126	Vila Propício	GO	195*
Cabeceiras	GO	139	Niquelândia	GO	260*	Vila Boa	GO	156

A Distância entre os municípios e Brasília foi calculada a partir da saída da sede municipal até a Rodoviária do Plano Piloto, considerando o trajeto mais curto. Para os municípios sinalizados com asterisco (*) a distância foi calculada no Google Maps. Para os demais municípios utilizou-se a distância fornecida pelo DER.

Sistema de Coordenadas Geográficas, DATUM SIRGAS 2000. Fonte: Lei Complementar nº 94 de 19 de fevereiro de 1998; Lei Complementar nº 163 de 14 de junho de 2018. Elaboração: DEURA/CODEPLAN.



Fonte: Codeplan, 2018.

O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra do DF e Entorno (MST/DFE) está organizado em três regionais: Noroeste Mineiro; Nordeste Goiano e Distrito Federal. Nesta pesquisa entende-se acampamento Sem Terra como um lugar de luta e resistência ativa que se constitui logo após a ocupação de terras improdutivas, onde as famílias dividem um espaço

coletivo e ali garantem sua reprodução social. Esta percepção está em acordo com Fernandes (2012, p. 23) que sugere que “o acampamento é um espaço de luta e resistência. É a materialização e uma ação coletiva que torna pública a intencionalidade de reivindicar o direito à terra para a produção e moradia”.

Portanto, um assentamento de reforma agrária é um lugar de afirmação da conquista das famílias, mediante a luta ideológica, coletiva, política e jurídica, onde um grupo de pessoas tem o direito de titularidade de uma parcela de terra para sua moradia e trabalho. Porém, de acordo com o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA (2020) assentamento rural é um conjunto de unidades agrícolas independentes entre si, instaladas pelo INCRA onde originalmente existia um imóvel rural que pertencia a um único proprietário. Para Carter e Carvalho (2010, p. 288) a criação de um novo assentamento e a emissão de posse outorgado pelo Estado é celebrada como uma valiosa “conquista” pelas famílias sem-terra.

2.2 HISTÓRIA E RESISTÊNCIA DA LUTA DO ASSENTAMENTO PEQUENO WILLIAM E DO ACAMPAMENTO 8 DE MARÇO EM PLANALTINA - DF

2.2.1 Planaltina: riquezas históricas e culturais nas áreas urbana e rural

Planaltina é a cidade mais antiga do DF. Era rota de garimpeiros em busca de ouro nas minas da região e de tropeiros que escoavam mercadorias e produtos do comércio colonial. Nasceu em 19 de agosto de 1859 como Distrito de Mestre D’Armas, pertencente ao município de Formosa-GO. O nome foi uma homenagem a um ferreiro residente na região que tinha como trabalho o concerto de armas. Em 1910 o nome foi alterado para Vila de Altamir e, em 1917, para Planaltina.

A título de resgate histórico, é importante destacar que com a vinda da Comissão Cruls, tiveram início os primeiros estudos para a criação da Capital Federal no Cerrado do Planalto Central. O Presidente da República, Epitácio Pessoa, assinou o Decreto nº 4.494 de janeiro de 1922, criando o Assentamento Pedra Fundamental, com imagens presentes nas Figuras 3 e 4, marcando a construção futura da Capital Federal. Em 21 de abril de 1960 foi inaugurada a Capital do Brasil e Planaltina foi dividida em duas partes: Planaltina DF e Planaltina GO.

Figura 3 - Monumento de Fundação Pedra Fundamental



Fonte: Arquivo da autora, 2020.

Figura 4 - Monumento de Fundação Pedra Fundamental



Fonte: Arquivo da autora, 2020.

Planaltina faz parte da Região Administrativa VI do Distrito Federal, a qual foi definida pela Lei nº 4.545 de 10 de dezembro de 1964. A Figura 5 apresenta uma das entradas para acesso à cidade pela a BR - 020.

Figura 5 - Primeira entrada, sentido Brasília, DF – Formosa, GO



Fonte: Arquivo da autora, 2020.

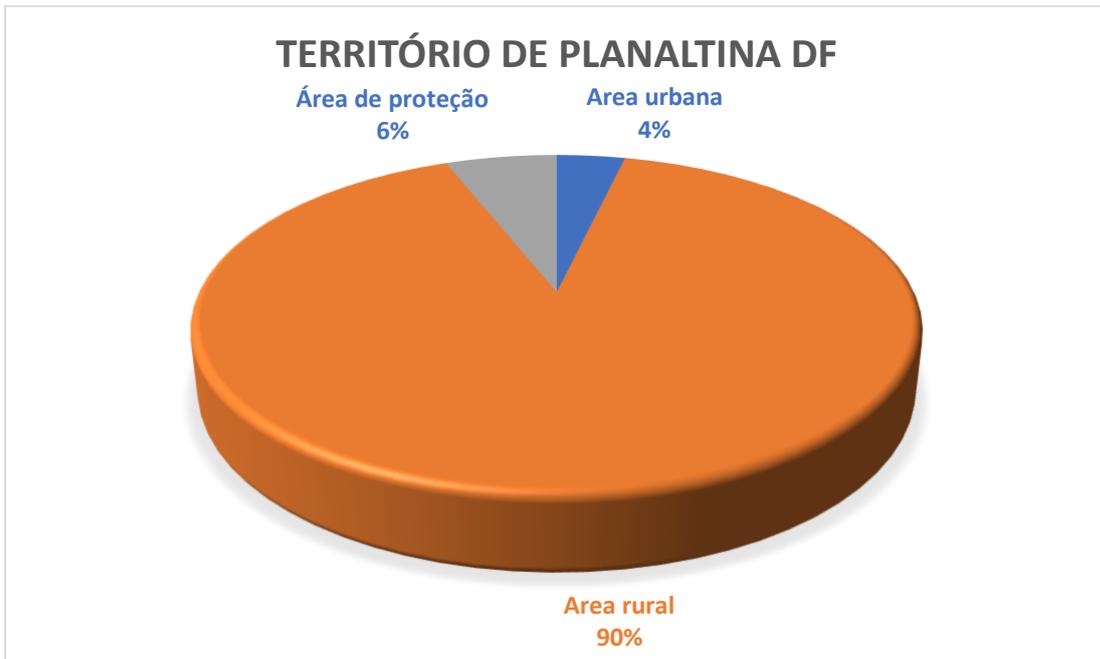
A cidade tem a distância de cerca de 40 km de Brasília e tem uma população de mais de 177.492 mil habitantes. Segundo dados PDAD (2018) a maior parte da população da cidade de Planaltina/DF é composta por mulheres, com 51.7% de sua população. Conforme demonstra o Gráfico 1.

Gráfico 1 - População de Planaltina por sexo, Distrito Federal.

Fonte: Elaborado pela autora, 2021.

A cidade tem o campus da Faculdade de Planaltina (FUP) da Universidade de Brasília (UNB) e o Campus do Instituto Federal de Brasília (IFB) que disponibilizam de cursos técnicos, de graduação e de pós-Graduação para a população e, principalmente para os povos de comunidades tradicionais e do campo. E o povo Sem Terra vem ocupando o espaço acadêmico como parte da luta dos movimentos sociais, por educação e qualificação técnica.

De acordo com a Codeplan (2015) Planaltina DF abrange 5.588,47ha, sendo 3,64% de área urbana 138.860,31 ha (90,40%) de área rural e 9.156.00 ha (5,96%) de área de proteção integral, com um território total de 153.604,78 de hectares. Está localizada no nordeste do Distrito Federal, com limites: Norte estado de Goiás (Planaltina GO); Sul RA VII (Paranoá); Leste estado de GO (Formosa) e Oeste RA V (Sobradinho) e RA XXVIII (Itapoã), como demonstrado no Gráfico 2.

Gráfico 2 - Ordenamento territorial de Planaltina, DF.

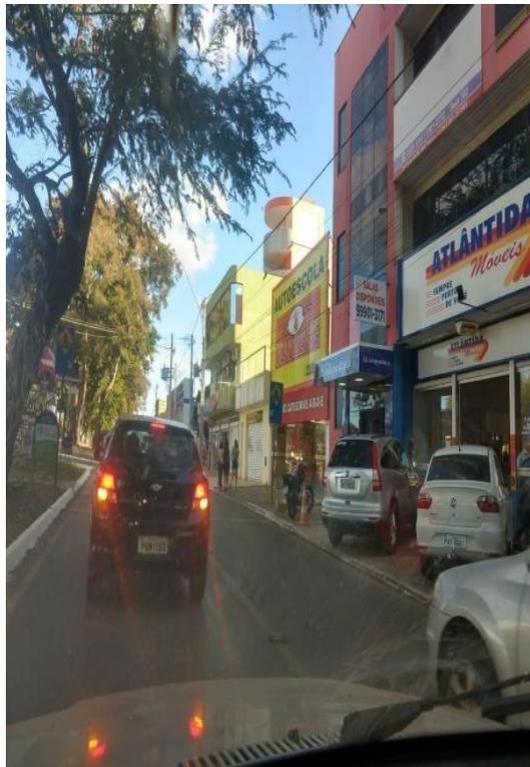
Fonte: Elaborado pela autora, 2021.

A cidade ainda possui características sertanejas e tem vários pontos turísticos, tanto na zona urbana quanto na zona rural. Os mais conhecidos são: a Lagoa Bonita, a Cachoeira do Pipiripau, o Centro Histórico, o Morro da Capelinha e o Vale do Amanhecer. Ocorrem todos os anos a festa do Divino e a encenação da Paixão de Cristo na Sexta-Feira Santa. Por tais características a cidade ficou conhecida por atender várias crenças religiosas com uma grande diversidade e quantidade de igrejas e capelas católicas, e evangélicas na região. Seu perímetro urbano continua crescendo e ainda está em fase de desenvolvimento de sua economia. A cidade comporta aspectos modernos e históricos conforme ilustram as Figuras 6 e 7, com muitas oportunidades no meio cultural. Existe um movimento de resistência para que sejam mantidas as suas tradições.

Figura 6 - Centro Histórico



Fonte: Arquivo da autora, 2020
Figura 7 - Avenida Independência



Fonte: Arquivo da autora, 2020.

Segundo a Codeplan (2015) a cidade tem 40 escolas públicas, um hospital Regional, um posto e dois centros de saúde, duas delegacias, um posto de atendimento, dois batalhões da polícia militar, uma companhia regional de incêndio e nove postos comunitários de segurança. Planaltina tem seu território, em perímetro urbano e rural, formado por áreas regularizadas e não regularizadas. Tal situação, é resultante das ocupações desordenadas e motivadas pela grilagem de terras, no âmbito da especulação imobiliária e da expansão agrícola pelo agronegócio.

2.2.2 Zonas Rurais e Ecológicas em Planaltina, DF

O município de Planaltina possui grandes áreas rurais, definidas por núcleos rurais, acampamentos e assentamentos da reforma agrária, tais como Pípiripau, Rajadinha, Taquara, Tabatinga, Monjolo, Rio Preto, São José, Fazenda Larga, Santos Dumont e outras. A região tem uma grande variedade de produção que abrange desde hortaliças, frutas, grãos, plantas ornamentais, até animais de grande, médio e pequeno porte, assim como diversas agroindústrias.

A região tem um grande potencial hídrico. Possuem bacias hidrográficas, rios, lagoas e nascentes. A população de Planaltina é abastecida pela bacia hidrográfica do Pípiripau. Políticas de preservação têm sido conduzidas pelos produtores rurais por meio de incentivos e orientações de instituições públicas do governo local e federal (de programa e projetos sustentáveis para produção de água), o que tem facilitado e contribuído para melhorar a qualidade e quantidade de água na região, por meio de práticas de conservação e recuperação de nascentes, da vegetação nativa e do solo. O cuidado com as Áreas de Preservação Permanente (APP) e com as Área de Proteção de Manancial contribuem para o abastecimento do lençol freático na região.

No território de Planaltina/DF há diversidade de áreas ecológicas estão e são pontos turísticos, de lazer e de pesquisa. Podemos citar Bartolomeu Montante, Brejinho, Corguinho, Córrego do Fumal, Córrego Quinze, Mestre D'armas e Pípiripau. A mais importante é a Estação Ecológica de Águas Emendadas - ESECAE. Mas outros são igualmente importantes do ponto de vista da preservação ambiental (Parque Ambiental Colégio Agrícola, Parque Ecológico do DER, Parque Ecológico dos Pequizeiros, Parque Ecológico e vivencial Cachoeira do Pípiripau, Parque Ecológico e vivencial da Lagoa Joaquim de Medeiros, Parque Ecológico e vivencial

Estância, Parque Ecológico e Vivencial Retirinho, Parque Ecológico do Vale do Amanhecer e Parque Ecológico Sucupira).

2.2.3 Assentamento Pequeno William

O Assentamento Pequeno William está localizado na Rodovia DF 128, Km 21, zona rural de Planaltina/DF, com uma área total de 144,1734 hectares, parcelada em 22 chácaras que contemplam 22 famílias. Cada parcela tem cerca de 5,6 hectares e são as mulheres a maioria na condição de titulares das parcelas. Segundo Borges (2018, p. 112) “O Assentamento Pequeno William está localizado a 42 km de Brasília e a 10 km de Planaltina /DF e, também, iniciou sua história em 2004 a partir da ocupação da fazenda Toca da Raposa em Planaltina, organizada pelo MST”. A Figura 8 ilustra a principal entrada do Assentamento Pequeno William.

Figura 8 - Entrada do Assentamento Pequeno William.



Fonte: Arquivo pessoal da autora, 2021.

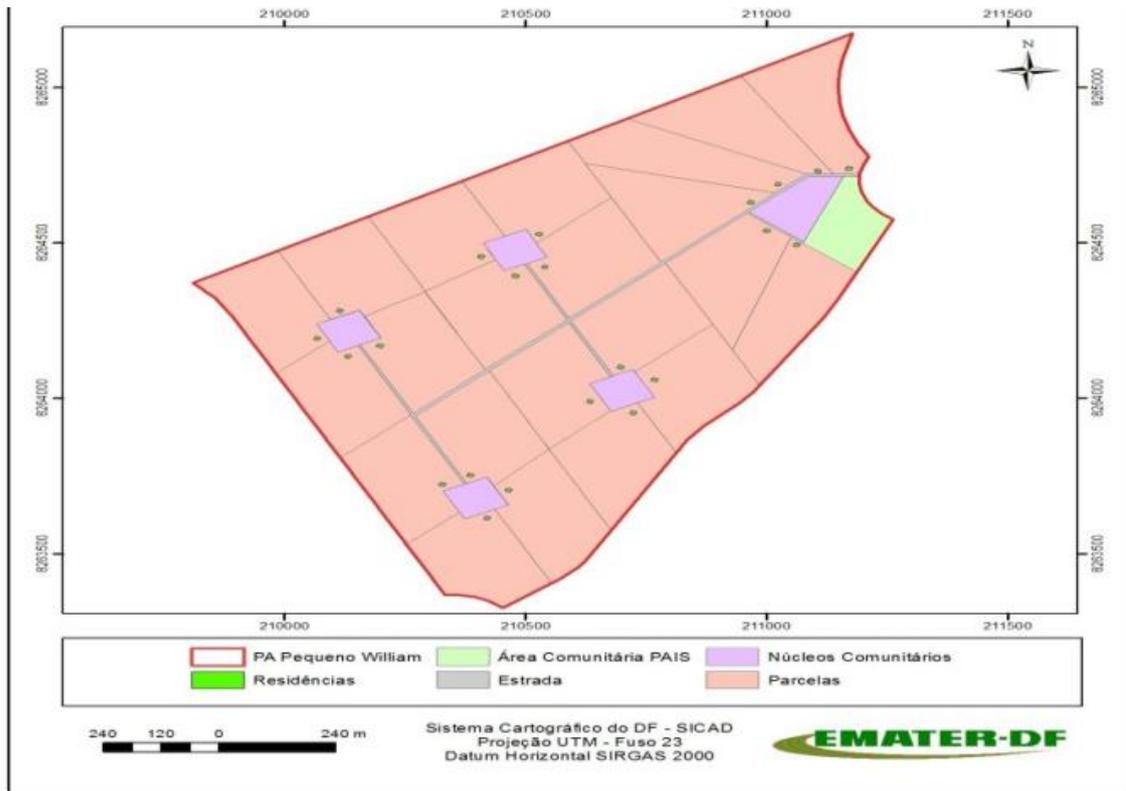
As famílias foram despejadas no mesmo ano por decisão judicial. Porém, o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra organizou as famílias e montou o Acampamento Ireno Alves, próximo a BR-020 em frente à Fazenda Toca da Raposa. As famílias organizadas se dividiram e parte ocupou uma área da Embrapa na fazenda Sálvia, em Planaltina/DF, nas proximidades da BR-020, onde permaneceram até o ano de 2005.

A partir de negociação com o poder público, as famílias do Ireno Alves II foram transferidas para uma área da Polícia Rodoviária Federal na BR-020, a 3 km de Sobradinho/DF, com a promessa de que ficariam ali por 06 meses até serem

assentadas. Em junho de 2005, o acampamento muda seu nome para Pequeno William, em referência e homenagem a uma criança de 2 anos chamada William do Acampamento Ireno Alves que veio a óbito após ingerir água de uma mina contaminada por resíduos de agrotóxicos. Além da criança, várias outras pessoas do acampamento foram encaminhadas ao hospital com sinais de intoxicação após consumir a água contaminada por agrotóxicos (BORGES, 2018, p. 112).

Por cinco anos o Acampamento Pequeno William resistiu naquele local, até ser transferido, em 2010, para uma área próxima ao Instituto Federal de Brasília – IFB em Planaltina/DF, dentro da fazenda Sálvia, onde seria consolidado como assentamento organizado e conquistado pela lutado MST. Em 2011 foi assinada uma portaria para a criação do assentamento e, em 2013, a Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Distrito Federal (EMATER), em parceria com o Instituto Federal de Brasília (IFB) e juntamente com as famílias assentadas, elaboraram o Plano de Desenvolvimento do Assentamento – PDA. Importante destacar que as famílias assentadas estão organizadas em 05 (cinco) núcleos de base (NBs). Sendo 04 (quatro) NBs com cinco famílias e 01 (um) NB com seis famílias, como demonstrado no Mapa 2. Em cada núcleo de base há uma área coletiva, destinada às instalações de uso coletivo. O PDA foi pensado coletivamente pelas famílias assentadas e pelas lideranças do MST que planejaram um assentamento modelo na produção agroecológica. Atualmente é um assentamento que serve como referência na produção orgânica.

Mapa 2 - Organização espacial do Assentamento Pequeno William.



Fonte: Emater, 2013.

As famílias do Assentamento Pequeno William fundaram a Associação dos Produtores Rurais e Agricultores Familiares Esperança (ASPRAFES) no intuito de acessar políticas públicas e disputar chamadas públicas para facilitar a comercialização de seus produtos agrícolas e artesanais. Das vinte e duas parcelas tituladas, dezenove têm o Contrato de Concessão de Uso (CCU) em nome das mulheres do Assentamento. O CCU é um documento que transfere o imóvel rural ao beneficiário da Reforma Agrária em caráter provisório ou definitivo, garantindo ao (a) assentado (a) o acesso à terra, aos créditos e aos programas de governo.

Todos os assentados acessaram algum de tipo de fomento individual, assim como se beneficiaram de algum tipo projeto coletivo. Por meio da luta do MST e do instrumento jurídico da associação do Assentamento, as famílias conquistaram máquinas e equipamentos, insumos e assistência técnica da Emater, facilitando o dia a dia do trabalho agrícola. Do total das famílias assentadas, quatorze tem a certificação orgânica de seus produtos.

O Assentamento Pequeno William é, portanto, resultado da luta dos agricultores(as) sem-terra por Reforma Agrária Popular (RAP). Porém, ainda faltam muitas melhorias para que

se torne modelo de um lugar bom para se viver. Muitas dessas ações são decorrentes da morosidade do Governo em agilizar o processo de liberação da Licença Ambiental (LA), crédito habitação etc.

Implementar a reforma agrária no país depende de um conjunto de medidas governamentais que garantam o direito à terra e às condições de sustentabilidade dos sujeitos do campo, principalmente das mulheres que são as protagonistas em muitas frentes de luta e, em especial, dos cuidados dos bens da natureza, da produção agrícola sustentável e do núcleo familiar. Neste sentido, destaca-se a afirmação:

A participação efetiva das mulheres no processo produtivo, desde o início da construção humana do saber e da prática vinculada à agricultura, sempre foi determinante para a garantia da continuidade dos seres humanos tanto na produção da alimentação, como na preservação ambiental, na garantia de renda-comercialização, ou seja, na reprodução da vida. (NEVES *et al.*, 2013. p. 06).

De acordo com Deere (2004, p. 175) “Sob uma perspectiva de gênero, a reforma agrária brasileira chama a atenção em termos e de sua relativamente baixa de beneficiárias ao comparar-se com outros países latino-americanos”. Na trajetória histórica da luta pela conquista do Assentamento Pequeno William, as mulheres do Movimento Sem Terra têm um processo permanente de formação e capacitação, visando tornar o Assentamento cada vez mais uma referência na preservação do bioma Cerrado, na produção de alimentos saudáveis e na geração de renda para o sustento das famílias assentadas.

2.2.4 Acampamento 8 de Março

O Acampamento 8 de Março está instalado em três hectares no interior da fazenda Toca da Raposa, situada às margens da DF-345 e da BR-020 sentido Brasília à Formosa/GO, localizado na zona rural de Planaltina. O Acampamento tem três hectares de terra para as moradias das famílias acampadas e mais 14 hectares para o trabalho coletivo na produção de alimentos.

O Acampamento é fruto da organização e luta das mulheres Sem Terra contra ações judiciais promovidas pelo grileiro e pelo Estado contra o Movimento Sem Terra, desde o dia 08 de março de 2012. Atualmente, tem 82 famílias acampadas e organizadas em Núcleos de Base (NB) e setores de trabalho coletivo como: Educação, Formação, Direitos Humanos, Finanças, Frente de Massa, Produção, Saúde e Cultura. Por questões de segurança, o

Acampamento tem uma guarita na entrada, como mostra a Figura 09, onde são fiscalizadas as entradas e saídas das famílias nucleadas e dos visitantes.

Figura 9 - Entrada do Acampamento 8 de Março



Fonte: Arquivo da autora, 2020.

O MST fez a primeira ocupação em parte da fazenda Toca da Raposa no dia 25 de outubro de 2004. A fazenda tem uma extensão de terra aproximadamente de 1.700 (mil e setecentas) hectares. Dirigentes do MST relataram que a ocupação em 2004 ocorreu sob a alegação de que a terra pertencia à União e que havia sido grilada por Mario Zinatto, suposto proprietário, que na época arrendava a terra para Bigolin que entrou com pedido de reintegração de posse contra as famílias Sem Terra, um dia após a ocupação.

De acordo com a Fundação Oswaldo Cruz (FIOCRUZ, 2005) a decisão foi contestada pelo ouvidor Agrário Nacional, Desembargador Gercino Jose Filho, do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), que argumentou que a Toca da Raposa estaria em área de propriedade da Companhia Imobiliária de Brasília (Terracap)¹³, que a arrendou a Bigolin,

¹³ Cujá finalidade é gerir o patrimônio imobiliário do Distrito Federal, mediante utilização, aquisição, administração, disposição, incorporação, oneração ou alienação de bens, assim como realizar, direta ou indiretamente obras e serviços de infraestrutura e obras viárias no DF, tem a missão de assegurar a gestão das terras públicas e a oferta de empreendimentos imobiliários sustentáveis, promovendo o desenvolvimento econômico-social e a qualidade de vida da população do distrito Federal e Entorno. (TCDF, 2017).

responsável por práticas caracterizadas como crime ambiental. Sendo assim, a área pública estava sendo grilada de forma privada e criminosa. Nesse contexto, Fernandes (2001) diz que:

A ocupação é uma realidade determinadora, é espaço/tempo que estabelece uma cisão entre latifúndio e assentamento e entre o passado e o futuro. Nesse sentido para os Sem Terra a ocupação, como espaço de luta e resistência, representa a fronteira entre o sonho e a realidade, que é construída no enfrentamento cotidiano como os latifundiários e o Estado. (FERNANDES, 2001, p. 19).

Naquele período de ocupação, o MST identificou que estava sendo armazenada no local uma grande quantidade de produtos altamente tóxicos e com suspeita de serem de venda proibida no Brasil. O MST fez a denúncia e, logo após, houve vistoria do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais renováveis – IBAMA.

Naquele período, segundo relato de uma dirigente do MST, havia grande preocupação com as famílias que estavam ali acampadas, pois as mesmas consumiam a água das minas existentes na Fazenda Toca da Raposa que também alimentavam rios e a Lagoa Bonita, localizada na Estação Ecológica de Águas Emendadas (ESECAE). A ESECAE é uma área protegida e tem acesso controlado, uma vez que nesse local nascem as bacias hidrográficas mais importantes do Brasil. Segundo o Instituto Brasília Ambiental.

A Estação Ecológica engloba também a Lagoa Bonita, nascente do ribeirão Mestre D'Armas e local de relevante beleza e importância ambiental. Sua área de Cerrado, praticamente intacta, abriga fauna ameaçada de extinção, como a anta, a suçuarana, o lobo-guará, entre outros, sendo de grande importância para a realização de pesquisas científicas. Por se tratar de uma Unidade de Conservação de Proteção Integral, as visitas são restritas e apenas ocorrem de forma guiada. (IBRAM, 2020).

De acordo com Fonseca (2008, p. 15) a Estação Ecológica vem sendo objeto de várias pesquisas científica, resultando num rico acervo de conhecimento sobre o Cerrado brasileiro na região do Distrito Federal. O autor ressalta que as águas que ali brotam, numa vereda de seis quilômetros de extensão, correm em duas direções opostas: para o norte, o Córrego Vereda Grande deságua no Rio Maranhão, afluente do Rio Tocantins, que ruma até Belém do Pará.

Nesse percurso, essas águas atravessam o Distrito Federal e os estados de Goiás, Tocantins, Maranhão e Pará. Já o Córrego do Brejinho toma o rumo ao sul, desaguando nos rios São Bartolomeu, Corumbá e Paranaíba, cujas águas desembocam no Rio Paraná e na Bacia do Rio Prata. Elas percorrem, além do Distrito Federal, os estados de Goiás, Minas Gerais, Mato Grosso do Sul, São Paulo e Paraná, além de

nossos países vizinhos Paraguai, Argentina e Uruguai. Essas águas percorrem mais de 5.000 km para o norte e para o sul e, são um elo de unidade do Brasil com a América do Sul (FONSECA, 2008, p. 15).

A Estação Ecológica de Águas Emendadas foi criada pelo fato de ali existirem nascentes de cursos d'água que formam as duas principais bacias hidrográficas do Brasil e também da América do Sul, dos rios Amazonas e Prata.

O Mapa 3 mostra a localização do Acampamento 8 de Março, a extensão da área preservada e controlada nas visitas e as modificações em suas características paisagísticas em torno da Estação Ecológica de Águas Emendadas.

Mapa 3 - Localização do Acampamento 8 de Março e da ESECAE



Fonte: Google Earth.

Próximo a esse ponto, há nascentes e cursos d'água formando a terceira maior bacia hidrográfica do país, a do rio São Francisco. A fazenda Toca da Raposa localiza-se ao lado da Estação Ecológica de Águas Emendadas, são separadas apenas pela rodovia (BR 020).

Com o objetivo de assentar as famílias acampadas e fazer do local um assentamento de reforma agrária baseado nos princípios da agroecologia, com práticas agrícolas sustentáveis.

Há dezesseis anos o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra resiste e persiste na luta para conquistar parte da fazenda Toca da Raposa.

3. O PROCESSO CONCEITUAL E HISTÓRICO DA AGROECOLOGIA: DESAFIOS E PERSPECTIVAS PARA IMPLEMENTAR A REFORMA AGRÁRIA POPULAR

Há quem o diga que a agroecologia é uma ciência, uma disciplina, um tipo de agricultura, um movimento político, uma bandeira de luta, um movimento social, uma forma de vida. Há diversos termos e conceitos de pesquisadores especialistas no tema, porém, precisamos conhecer e entender o que é agroecologia, seus desafios e benefícios.

A agroecologia surge do pensamento ecológico e do resgate das práticas de manejo e saberes tradicionais dos povos. Moreira (2020, p. 101) salienta que “a ecologia como ciência de implicações apresenta importantes fundamentos que embasam a agroecologia como disciplina científica”. A autora ainda ressalta que os povos camponeses, expropriados pela acumulação primitiva capitalista, veem na prática de uma agricultura baseada nos princípios da agroecologia uma possibilidade de autonomia e de melhoria da qualidade de vida.

De acordo com Gliessmann (2001), a agroecologia é a aplicação dos princípios e conceitos da ecologia ao desenho e manejo de agroecossistemas sustentáveis. A agroecologia tem várias definições conceituais, desenvolvidas por inúmeros estudiosos sobre o tema.

Para alguns, trata-se de uma disciplina, para outros uma ciência e, ainda, há quem diga que é uma prática. Sauer e Balestro (2013) dizem que a palavra

agroecologia não está presente, necessariamente, na teia de relações e significados que servem de referência a muitas dessas experiências, o que não significa que princípios e práticas passíveis de serem identificados como ecológicos ou agroecológicos não estejam integrados às formas de manejo de sistemas produtivos desenvolvidas pelos camponeses, agricultores familiares modernizados, extrativistas, povos tradicionais, agricultores urbanos e periurbanos integrados a esses núcleos de inovação (SAUER e BALESTRO, 2013, p. 177).

Segundo o SISAN (2012, p.17) “a agroecologia é tanto uma ciência quanto um conjunto de práticas. Ela foi criada pela convergência de duas disciplinas científicas: agronomia e ecologia”. Como uma ciência, a agroecologia é a “aplicação da ciência ecológica ao estudo, projeto e gestão de agroecossistemas sustentáveis”. Como um conjunto de práticas agrícolas, a agroecologia busca maneiras de aperfeiçoar os sistemas agrícolas imitando os processos naturais, criando, portanto, interações biológicas benéficas e sinergias entre os componentes do agroecossistema.

O uso do termo agroecologia no Brasil é bem recente, teve referência metodológica e conceitual no início dos anos 1990. Segundo Primavesi (2008, p. 07), “a agroecologia é um manejo consciente dos sistemas naturais a favor da produção de alimentos, com solos saudáveis”. Segundo a autora, Sempre que os manejos agrícolas são realizados conforme as características locais do ambiente, alterando-as o mínimo possível, o potencial natural dos solos é aproveitado.

Segundo a autora, por essa razão, a Agroecologia depende muito da sabedoria de cada agricultor desenvolvida a partir de suas experiências e observações locais. Para ela, o manejo agroecológico dos solos se baseia em cinco pontos fundamentais sendo eles: “Solos vivos e agregados (bem estruturados); biodiversidade; proteção do solo contra o aquecimento excessivo, o impacto da chuva e o vento permanente; bom desenvolvimento das raízes e Autoconfiança do agricultor” (PRIMAVESI, 2008, p. 9).

Neste contexto, os Sem Terra, em especial as mulheres, diante da luta e da resistência buscam produzir com agroecologia, procurando se readaptar, para que haja um novo modo de vida. Altieri (2012) afirma que:

A agroecologia emerge como uma disciplina que disponibiliza os princípios ecológicos básicos sobre como estudar, projetar e manejar agroecossistemas que sejam produtivos e ao mesmo tempo conservem os recursos naturais, assim, como sejam culturalmente adaptados e social e economicamente viáveis (ALTIERI, 2012, p. 105).

Segundo Guzmán (2001, p. 36), “a Agroecologia, que propõe o desenho de métodos de desenvolvimento endógeno para o manejo ecológico dos recursos naturais, necessita utilizar, na maior medida do possível, os elementos de resistência específicos de cada identidade local”. No entanto, consideramos que a agroecologia é a coevolução do conhecimento e a prática do sujeito social e sua interação com a natureza, “uma condição para a vida” de todos os agroecossistemas que precisam interagir entre si. Nesta mesma direção, Machado, Santilli e Magalhães (2008), salientam que:

A agroecologia pode ser interpretada como estudo das funções e das interações do saber local, da biodiversidade funcional dos recursos naturais e dos agroecossistemas. Sistemas agroecológicos promovem e se relacionam com a agrobiodiversidade, fazendo interagir valores socioculturais, manejo ecológico os recursos naturais e manejo holístico e integrado dos agroecossistemas. Está presente ainda a noção de sustentabilidade, baseadas em ações socialmente justas, economicamente viáveis e ecologicamente corretas. (MACHADO; SANTILLI; MAGALHÃES, 2008, p. 31).

De acordo com Altieri (2012, p. 104) “a ciência da agroecologia, que é definida como a aplicação dos conceitos e princípios ecológicos para desenhar agroecossistemas sustentáveis, oferece uma base mais ampla para avaliar sua complexidade.” O autor afirma que a agroecologia é o estudo holístico dos agroecossistemas, abrangendo todos os elementos ambientais e humanos. A agroecologia proporciona as bases científicas para a implantação de agroecossistemas biodiversos capazes de subsidiar o seu próprio funcionamento.

Portanto, Sauer e Balestro (2013, p. 181) dizem que: “agroecologia é muito mais do que uma forma de gestão dos recursos naturais, configurando como um novo modo de vida rural, capaz de conjugar valores, qualidade de vida, trabalho, renda, democracia, emancipação política, em um mesmo processo”. Segundo Wezel et al. (2009)

Realizaram um estudo sobre a evolução dos diferentes conceitos de agroecologia ao longo da história. Segundo eles, o termo agroecologia foi usado pela primeira vez na década de 1930 e, até a década de 1960, referia-se somente a uma disciplina científica. Depois desse período, diferentes conceitos emergiram. A agroecologia surgiu como um movimento social e político, seguindo os movimentos ambientais da década de 1960 contra a agricultura industrial. Foi criado o movimento agroecológico que emergiu como uma prática social, em meados dos anos 1980 e, hoje, o termo agroecologia significa tanto uma disciplina científica, como um movimento social e político, assim como uma prática social (WEZEL et al. 2009, p 507).

Conforme Tardin e Guhur (2017)

Sabe-se também que a agroecologia e outras expressões de agricultura ecológica e natural não estão isentas das disputas, seja dos detentores do capital que delas vem-se apropriando como oportunidade de negócios, seja de segmentos diversos da sociedade - ambientalistas, acadêmicas, pesquisadores, consumidores, entre outros, que muitas vezes se orientam por concepções e posicionamentos contrários às lutas camponesas que são efetivadas em permanente combate consciente ao capital. (TARDIN e GUHUR, 2017, p. 4).

De acordo com Siliprandi (2009, p. 18), “a agroecologia é um movimento relativamente novo no Brasil“. Há estudos que mostram que, muitas vezes, são as mulheres quem iniciam a “conversão” da propriedade para sistemas sustentáveis, por estarem mais envolvidas com as propostas que tratam da saúde e da alimentação das famílias.

Nesse sentido, o debate da produção agroecológica é fundamental na vida das mulheres Sem Terra. Elas fazem enfrentamentos massivos e políticos para a conquista da Terra e pelo direito à produção agrícola sustentável. Elas também lutam contra o modelo de produção do agronegócio. A agroecologia, como prática cotidiana, rompe com os paradigmas insustentáveis dos sistemas produtivos e reprodutivos na agricultura camponesa.

3.1 UM PROJETO DA AGRICULTURA EM DISPUTA NO ACAMPAMENTO 8 DE MARÇO: LUTAMOS POR AGROECOLOGIA

A reforma agrária é uma bandeira de luta histórica dos movimentos sociais do campo, onde militantes e dirigentes se organizam em reuniões, assembleias, seminários e encontros para debater, refletir, planejar e encaminhar sobre lutas ideológicas e políticas, relacionado à questão agrária e, assim, pautar, qualificar e ampliar o debate da reforma agrária. Nesse sentido,

[...] nos conflitos sociais no campo brasileiro, onde predominam os conflitos pela terra já é possível se perceber que os camponeses se afirmam como classe social ou, mesmo sem o dizer, defende o campesinato como modo de produção ao reproduzirem político ideologicamente a assertiva de se construírem como um modo de viver e de produzir diferente do modo e produção capitalista. (CARVALHO, 2014, p.19).

A organização é fundamental para a tomada de decisões em acampamentos de reforma agrária. As famílias organizadas pelo MST têm formas em comum de realizar a organização, produção e cooperação, princípios do Movimento Sem Terra e elemento fundamental para o debate e a implantação da reforma agrária.

O acampamento é, portanto, um local de luta, resistência e persistência, um espaço de denúncia da concentração da terra e da renda; assim como um espaço de formação, consciência política e ideológica das famílias acampadas. O acampamento serve como escola para todos os acampados organizados pelo MST que lutam por uma Reforma Agrária Popular (RAP)¹⁴. De acordo com a organizadora e formadora do Movimento Sem Terra Lucinéia Miranda de Freitas, a reforma agrária popular é:

Uma elaboração mais recente por mais nem tanto do Movimento Sem Terra particularmente e ela parte do entendimento de que a Reforma Agrária clássica dos modelos que ela foi pensada e discutida na década de 1960, mas que também integra ali os debates da década de 1980 de fato ela não tem mais espaço na nossa sociedade atual no grau de desenvolvimento do capitalismo. (Lucinéia Miranda de Freitas, em entrevista realizada em 2021).

De acordo com Stédile (2020, p. 22), a RAP “consiste na distribuição massiva de terras a camponeses, no contexto de processo de mudanças de poder nos quais se constituiu uma aliança entre governos de natureza popular, nacionalista, e os camponeses”. Tem por objetivos

¹⁴“um programa de governo que busca democratizar a propriedade da terra na sociedade e garantir o seu acesso, distribuindo-a a todos que a quiserem fazer produzir e dela usufruir” (STÉDILE, 2020, p. 15).

centrais garantir trabalho, renda e moradia para todos os camponeses, além de oferecer produção farta em diversidade, qualidade e com preços acessíveis para o povo brasileiro, gerando segurança alimentar, bem-estar social e melhoria nas condições de vida e nas relações entre sociedade e natureza. Em concordância, a organizadora e formadora do MST relata que:

Os problemas rurais e urbanos nos colocam a necessidade de uma reforma agrária que tem um caráter mais popular, que tem um caráter de democratização são de vários recursos, dos bens comuns, é democratização do território, democratização da cultura, é pensar a soberania alimentar também como democratização do acesso a alimento saudável, culturalmente localizado, é da diversificação e diversidade de produção. (Lucinéia Miranda de Freitas, em entrevista realizada em 2021).

A Reforma Agrária Popular tem elementos fundamentais que permitem romper com o sistema de produção capitalista. Um modo de produção que se desenvolve a partir da exploração do trabalho, da internacionalização de capital e do mercado, assim como da apropriação da terra e dos bens naturais por grandes empresas, no intuito de extração da mais valia¹⁵. Conforme Carcanholo (2011, p. 141), os métodos aplicados pelos capitalistas “contribuem para aumentar o volume total de lucro que obtém do trabalho; só que, nesse caso, pela via do aumento da superexploração do trabalho”.

A reforma agrária popular também pauta que esse cuidado com o meio ambiente ele tá vinculado a superação de outras formas de opressão que tem eh base no que estrutura o modo de produção capitalista e que daí essa estrutura que temos no Brasil é parte desse modo de produção capitalista e daí a gente tá falando do patriarcado e do racismo entendendo que não tem como a gente falar de superação do latifúndio do agronegócio sem superar as relações de opressão contra as mulheres, contra a negritude, os indígenas, povos originários e demais (Lucinéia Miranda de Freitas, em entrevista realizada em 2021).

A partir do contexto histórico e dos desafios, em 2014, no VI Congresso Nacional do MST, realizado em Brasília, o MST atualizou o seu Programa Agrário. O referido programa permite que os agricultores e agricultoras Sem Terra reflitam e entendam as contradições e mudanças ocorridas no meio rural, não só na forma de produzir, mas nas relações sociais, na condução do debate e nas formas de elaborar ou lutar por políticas e programas sustentáveis adequados para o meio ambiente, sem a superexploração dos recursos naturais.

¹⁵ É termo usado por Karl Marx, ao se referir ao processo de exploração da mão de obra assalariada na produção de mercadorias, no qual os patrões se apropriam do trabalho excedente.

O Programa Agrário do MST elaborou 13 tópicos fundamentais para a Reforma Agrária Popular, alguns dos quais são apresentados a seguir:

1. A terra e todos os bens da natureza em nosso território nacional devem estar a serviço social e de todo o povo brasileiro e das futuras gerações. impedindo a concentração da propriedade privada, estabelecendo tamanho máximo de propriedade e eliminando o latifúndio.
2. Construir a soberania alimentar, produzindo alimentos saudáveis em cada região do país, para atender todas as necessidades do povo, de acordo com seus hábitos alimentares e culturais, assim como.
3. O desenvolvimento da produção agrícola deve ser diversificado, utilizando-se de técnicas de produção agroecológicas e máquinas agrícolas socialmente adaptadas.
4. Preservar, multiplicar e difundir as sementes crioulas seja as tradicionais ou melhoradas, de acordo com a diversidade do nosso clima e biomas, para que todos os agricultores tenham acesso a elas; e se mantenha a soberania nacional da produção.
5. A água e as florestas nativas são recursos da natureza e eles devem ser tratados como um direito de todo cidadão. Não pode ser considerado como mercadoria e nem objeto de apropriação privada.
6. Implementar as formas diversas de cooperação agrícola, para desenvolver as forças produtivas e as relações sociais no campo.
7. Impedir que o capital o capital estrangeiro se aproprie de terras, territórios, água, minérios e outros recursos da natureza.
8. O conhecimento deve ser um processo de conscientização, libertação e de permanente elevação cultural de todos e todas que vivem no campo. E combater, permanentemente, todas as formas de preconceito social, para que não ocorra a discriminação de gênero, idade, etnia, religião, orientação sexual etc. (MST, PROGRAMA AGRÁRIO, 2013. p.35; 36; 37)

De acordo com as propostas deste Programa, fica claro que a luta do MST por reforma agrária, não é apenas por terra, é necessário, igualmente, lutar por conhecimento, direitos, igualdade entre mulheres e homens, políticas públicas necessárias para a sobrevivência digna das trabalhadoras e trabalhadores do campo ou da cidade de forma sustentável.

A reforma agrária popular ela só se realiza com a agroecologia porque pensar agroecologia é repensar nossas relações de forma geral nossas relações com a natureza e nossas relações humanas então vai desde o jeito de produzir como eu produzo o que eu produzo. Até as formas de relação que eu tenho com as pessoas do meu entorno, da minha comunidade, da minha família com quem eu me relaciono fora os consumidores do meu produto. (Lucinéia Miranda de Freitas, em entrevista realizada em 2021).

É nesse sentido que a Reforma Agrária Popular e a Agroecologia precisam internalizar-se nas mentes e corações dos Sem Terra, a partir do estudo, da formação e da capacitação, como princípio ativo do MST. O conhecimento é fundamental para as tomadas de decisões nas

escolhas ou mudanças a serem feitas na vida do acampamento e do assentamento que objetiva a tão sonhada reforma agrária popular.

A agroecologia se configura na base estruturante do projeto de reforma agrária popular e a Reforma Agrária Popular começa perspectiva né? De um programa de formação para um caminho de transformações da estrutura agrária e fundiária. (Lucinéia Miranda de Freitas, em entrevista realizada em 2021).

E compreender os motivos e razões para as mudanças necessárias, tanto na vida do produtor e da produtora, enquanto na natureza. O pesquisador e agricultor Ernest Götsch faz uma advertência sobre o estudo da temática:

Aprofunda-te na matéria! Abre os teus sentidos! Tenta perceber as formas dadas pela própria natureza! E tu chegaras a criar laços mais íntimos com ela. Isto acarretará mais sensibilidade nos tratos, nas relações com nossos irmãos (seres vivos) no campo e na floresta, bem como nas relações entre os seres humanos. Assim, a agricultura voltará a ser o que ela era, no sentido da palavra: cultura. Uma tentativa culta de conseguir o necessário daquilo que precisamos para nos alimentarmos, além das outras matérias primas essenciais para a nossa vida, sem a necessidade de diminuir e empobrecer a vida no lugar, na terra. Isto implica em considerarmos um gasto mínimo de energia, onde não cabe maquinaria pesada, agrotóxicos, fertilizantes químicos e outros adubos, trazidos de fora do sistema. A agricultura, dessa forma, passa a ser uma tentativa de harmonizar as atividades da agricultura com os processos naturais de vida, existente em cada lugar que atuamos (GÖTSCH, 1995, p.5).

A agricultura camponesa corresponde a mais de 70% dos alimentos produzidos e colocados na mesa da sociedade brasileira, com variedade e qualidade produtiva, enquanto a agricultura convencional do agronegócio produz commodities em larga escala para a exportação, objetivando maior produtividade e lucratividade. De acordo com Gasparini e Nunes (2020, p.01), no atual contexto, “o capitalismo mundial, agora controlado pelo capital financeiro [...] e pelas grandes empresas privadas transnacionais, passa também a controlar a forma de produção das mercadorias agrícolas”. Os autores ainda afirmam que o capital financeiro e as grandes empresas, não só controlam a produção, mas, também os preços e o volume das mercadorias padronizadas (commodities), a circulação, os insumos, portanto dominam os mercados e ficam com a maior margem da renda agrícola e dos lucros. GASPARINI e NUNES, 2020, p. 1). Nesse sentido, Silva afirma que:

Cabe à agricultura camponesa e a produção de base agroecológica demonstrar a necessidade da superação de formas e práticas de produção, tendo em vista o alto grau de dependência que a circulação financeira de capitais agrícolas e o mercado de terras,

sob a égide do capitalismo, impõem ao planeta, sobretudo aos países subdesenvolvidos ou em desenvolvimento (SILVA, 2017, p. 110).

A agricultura camponesa defendida pelo MST se contrapõe totalmente a do modelo do agronegócio, uma vez que o MST defende a agricultura camponesa com base produtiva na agroecologia. Como afirma Silva (2020 p. 42) “nessa agricultura, a base produtiva se dava na pequena escala, com um alto nível de diversidade (biodiversidade) e produtividade ecológica”.

A agricultura convencional é o modelo produtivo usado pelas grandes empresas do agronegócio. Um projeto lucrativo, onde produz monoculturas em grande escala, com o uso da alta tecnologia mecanizada moderna, insumos químicos e sementes geneticamente modificadas, em grandes extensões de terras. Segundo Gasparini e Nunes (2020, p. 2) “agronegócio, é expressão de uma nova aliança de classe no campo, com enorme força política, econômica e ideológica, transformando-se no principal inimigo das populações que vivem no campo”. Sampaio Junior afirma que:

O predomínio de grandes empresas agrícolas, que organizam sua atividade produtiva tendo como base o controle de vastas extensões de terra e a mobilização de grandes contingentes de mão-de-obra barata para produzir mercadorias em grande escala no regime de monocultura, cristaliza o latifúndio e a superexploração do trabalho como pilares fundamentais da vida econômica e social no campo. Herança não resolvida da economia colonial, tal padrão de organização da agricultura tem revelado surpreendente capacidade de resistir à força do tempo e de opor-se a qualquer iniciativa de democratização do mundo rural. (SAMPAIO JUNIOR, 2012, p. 1).

A agricultura agroecológica é um modelo sustentável que, com o plantio realizado em rotatividade e com diversidade de culturas no mesmo ambiente, sem a introdução de insumos e fertilizantes químicos no solo, nas plantas ou no ar, preserva as características naturais do ambiente, deixando os micro-organismos, bactérias e fungos interagirem entre si e, assim, controlando e preservando as espécies existentes no próprio sistema.

O Acampamento 8 de Março passa por um processo de transição em sua área de ocupação de três hectares para moradia e nos mais quatorze hectares para a produção coletiva de todas as famílias acampadas. O acampamento está instalado em uma pequena parte do interior da fazenda Toca da Raposa, Figura 10, que usa das tecnologias do agronegócio para produzir milho, sorgo e soja, além do cultivo de animais de grande porte, tais como bois e cavalos.

Por mais que as famílias do acampamento usem das técnicas de manejo para uma produção agroecológica em seu pequeno espaço, sua produção ainda não tem selo de

certificação agroecológica, pois o fazendeiro joga no solo e no ar vários tipos de veneno, de fertilizante, fungicida, o que acaba comprometendo a produção do Acampamento 8 de Março que tem sua extensão de 14 hectares para a produção, assim, como a área de 3 hectares do próprio acampamento onde as famílias moram de forma coletiva. A fotografia abaixo, foi tirada, por drone pelo o Myke, parceiro e amigo do MST aqui no DF.

Figura 10 - Imagem aérea da Fazenda Toca da Raposa.



Fonte: Myke Sena, 2021.

Pode-se observar que a fotografia acima demonstra visivelmente a descaracterização do modo de produção do agronegócio na Fazenda Toca da Raposa e da transformação da área, em recuperação, com a utilização do modo de produção da agricultura camponesa usado pelos trabalhadores rurais Sem Terra. E como modo produtivo utilizado, altera as características do ambiente em que se vive ou cultiva. A agroecologia vem como um modelo que se contrapõe ao

modelo destruidor do agronegócio, mas, as técnicas agroecológicas por si só, não dão conta de superar esse desafio como um todo. Os trabalhadores e trabalhadoras Sem Terra lutam por Reforma Agrária Popular e políticas que fortaleçam um modelo agrícola sustentável, e que conscientize a população da sua importância. Ou seja, é preciso ter a terra e mudanças de contexto para que fazer prosperar a conversão agroecológica.

No Movimento Sem Terra do DFE, vê-se um grande potencial nas mulheres para serem as protetoras da natureza e tem como estratégia a prática, baseada nos princípios da agroecologia como perspectiva de conquistar, restaurar e preservar a paisagem do território, onde o movimento ocupa e instala seus acampamento e assentamentos.

Em sua maioria, as mulheres do Acampamento 8 de Março estão presentes na produção agrícola, no cuidado com a família e animais domésticos, como as aves e porcos que servem ao consumo e à geração de renda familiar. As mulheres são responsáveis pela garantia da diversidade produtiva do acampamento, seja nos quintais ou na área coletiva onde é produzida uma variedade de cultura alimentar, assim como ervas medicinais, hortaliças, frutíferas e plantas nativas do bioma Cerrado.

3.2 AGROECOLOGIA: BANDEIRA DE LUTA DAS MULHERES SEM TERRA, PRODUZINDO AUTONOMIA ECONÔMICA E POLÍTICA

A luta das mulheres do campo, em geral, é uma luta contra as injustiças que as cercam e marcam suas trajetórias de vida. As violências sofridas em seus territórios de origem as trazem para a capital do país, onde também se veem expulsas para as regiões periféricas de Brasília. No Distrito Federal, muitas dessas mulheres vêm ocupando os territórios rurais no entorno de Brasília, em busca de condições de sobrevivência e de se reconstruírem enquanto sujeitas capazes de promoverem sua própria autonomia.

As mulheres Sem Terra são estimuladas no conjunto do MST a participar, planejar e executar ações formativas, organizativas e produtivas, tendo como objetivos a construção do conhecimento e a autonomia política e econômica, levando em consideração as questões de gênero e agroecológicas para o desenvolvimento rural sustentável.

A agroecologia faz um uso altamente intensivo do conhecimento. [...] Uma das principais razões pela qual a agroecologia ajuda a manter as rendas nas áreas rurais é pelo fato dela promover a fertilização nas áreas agrícolas. [...] Destaca que os setores da sociedade, em todo o mundo, vêm procurando implementar e disseminar práticas e métodos agroecológicos identificados com um desenvolvimento agrícola com foco

no direito à alimentação, na autonomia das populações mais vulneráveis e em uma relação mais equilibrada com os recursos naturais. [...] Em princípio, a agroecologia pode beneficiar mais as mulheres, porque são elas que encontram mais dificuldades no acesso aos insumos ou subsídios externos. Mas não se deve supor que a possibilidade das mulheres acessarem a agroecologia gerará resultados automáticos, é fundamental que sejam realizadas ações afirmativas dirigidas especialmente às mulheres (SISAN, 2012, p.17, 21 e 30).

Segundo Moreira (2019, p. 68), “as mulheres têm tido uma contribuição fundamental para a agroecologia, uma vez que são protagonistas das práticas agroecológicas e guardiãs da biodiversidade, das sementes e dos saberes”. A autora ressalta, ainda, a relação histórica das mulheres com as sementes desde os primórdios da agricultura, no ato da seleção, domesticação e cultivo (MOREIRA, 2019, p.68).

A partir do ano 2000, ocorre um avanço significativo no protagonismo das mulheres Sem Terra nos debates e, principalmente, na prática da agroecologia, mantendo o foco na soberania e na segurança alimentar, na produção de comida sem veneno para sua família e para a humanidade, assim como na conservação dos recursos naturais.

Uma parte significativa das mulheres camponesas vem se organizando em movimentos sociais que lutam pelo campo e pautam as questões agrárias, têm como objetivo a conquista da terra, acompanhado de políticas públicas. Os movimentos sociais do campo lutam, pela participação e atuação das mulheres nos espaços políticos e de trabalho seja nas direções, coletivos, associações, cooperativas e agroindústrias, nos acampamentos, assentamentos e comunidades rurais das regiões, visto que discutem a necessidade de organização permanente das mulheres na luta pelos seus direitos sociais e políticos. Essa necessidade de organização é concreta na vida das Mulheres. Engelmann (2018) afirma que:

As mulheres têm uma preocupação maior com a vida, a subsistência, a alimentação das famílias, o cuidado com os filhos e o consumo de alimentos saudáveis. Assim, procurando romper com padrões de submissão, violência e ausência de renda, as mulheres Sem Terra vêm se envolvendo, cada vez mais, na implantação e na difusão de projetos voltados para a formação técnica e política voltada para a produção agrícola e sustentável. (ENGELMANN, 2018. p.1).

Portanto, o estudo, o conhecimento e as ações que relacionam gênero e agroecologia são fundamentais para a luta das mulheres Sem Terra. Elas são capazes de organizar, formar e elevar o nível da consciência política e ideológica de outras mulheres, nas relações sociais, política e econômicas. Diante desse processo de luta, elas almejam sua autonomia política e econômica, dentro do contexto formativo e produtivo no campo.

Sobre a questão da autonomia das mulheres do campo, os estudos vêm avançando desde 1980, com a forte atuação dos movimentos sociais. De acordo com Siliprandi (2013), “as mulheres rurais envolvidas nos movimentos sociais desempenham papel essencial na luta pelo reconhecimento do trabalho feminino, da autonomia e da problematização de relações menos desiguais na família e na sociedade de modo geral”.

Deste modo, as mulheres Sem Terra participam da luta coletiva e continuam, para romper com as cercas do latifúndio, das desigualdades e das violências no âmbito familiar, da militância e do trabalho. Elas enfrentam grandes desafios, entrelaçados nas trincheiras da luta, para conquistar sua autonomia, seja política ou econômica. Apesar do machismo autoritário, herdado do sistema patriarcal e do capital na sociedade em geral.

Porém, é no âmbito dos processos formativos e produtivos que as mulheres Sem Terra se organizam politicamente, no intuito de terem autonomia na geração de suas próprias rendas, na produção ou na comercialização de sua produção agrícola, cultural, artesanal ou intelectual.

As mulheres Sem Terra têm um papel importantíssimo na organização e na compreensão de qual desenvolvimento rural gera sustentabilidade e autonomia econômica e política, e o fazem a partir da agroecologia. Assim, elas fazem um enfrentamento com o agronegócio, gestando outro modelo de desenvolvimento agrícola, não somente orientado à produção pela produção, mas para a geração de comida saudável, também para a elaboração e implementação de políticas que garantam o direito de acesso à terra para produzir. Se não há resistência, o agronegócio vai se reafirmando e destruindo a relação ser humano/natureza.

Historicamente foram invisibilizadas e negados seus direitos sociais e trabalhistas, principalmente àquelas que vivem no campo e da agricultura. De acordo com Meurer, Ramalho e Krauser (2016), há desafios e enfrentamentos do campesinato que precisam ser superados:

Pela luta política alicerçada na organização de base, na construção do projeto político, na articulação com a classe trabalhadora, na luta contra as multinacionais, denunciando suas agressões ao povo e à natureza, na formação, informação e nas mobilizações de massa. (MEURER; RAMALHO; KRAUSER, 2016, p. 15).

As mulheres Sem Terra objetivam sustentabilidade de autonomia política¹⁶ e econômica¹⁷, para a superação dos desafios e das necessidades de sua vida cotidiana. Buscam

¹⁶ É as mulheres terem a participação nas decisões e organização para as mudanças individuais e coletivas.

¹⁷ É o potencial no trabalho e na geração de renda e acesso ao mercado.

na agroecologia alternativas para a tão sonhada autonomia, aprimorando sempre os cuidados com a saúde e o bem-estar familiar, e, em especial, aos delas mesmas.

A partir das reflexões feitas por elas no âmbito da militância e da vida familiar, a autonomia política e econômica das mulheres Sem Terra tornou-se uma categoria em debate, principalmente no que se refere às relações desiguais na divisão sexual do trabalho, entre homens e mulheres no âmbito doméstico e no mercado do trabalho.

De acordo com Silveira e Freitas (2007, p. 10) “a divisão sexual do trabalho, determinada historicamente e culturalmente, não apenas destina os homens à esfera produtiva e as mulheres à esfera reprodutiva, como também atrela os primeiros às funções de maior valor social”. Muitas das mulheres Sem Terra lutam contra a naturalização do trabalho reprodutivo (doméstico), realizado, na maioria das vezes, somente pelas mulheres, assim como contra a invisibilidade e desvalorização do trabalho realizado por elas, seja em casa, seja na produção agrícola.

Apesar da luta massiva, organizada e enraizada pelas mulheres Sem Terra contra todas as injustiças, violências, preconceitos e contra o vírus do machismo, ainda há muitas mulheres Sem Terra que sofrem em acampamentos e assentamentos de reforma agrária. No Distrito Federal, essa realidade não se difere das demais regiões brasileiras. Sendo a capital do país, o centro político e dos poderes, a realidade de muitas mulheres, sejam elas mulheres do campo ou urbanas, vivendo em risco constante, pela ação do machismo, impregnados dentro de suas próprias casas.

3.3 O MACHISMO EXISTE E DEIXA MARCAS: NÓS SENTIMOS NO LOMBO. COM O MST E AGROECOLOGIA PODEMOS NOS TRANSFORMAR!

O tema da violência contra as mulheres tem sido pautado pelo MST nas lutas e nos espaços formativos, um debate acirrado feito pelas próprias mulheres do movimento, no intuito de fortalecer mulheres que vivem em condições violentas. De acordo com Saffiotti (1992, p. 12), “no que tange à violência de gênero, não é difícil observar que a mulher é considerada um mero objeto não apenas por seu agressor, mas por ela mesma”.

Tantas mulheres oprimidas na atualidade, que não conseguem olhar para si e perceber que são vítimas, mas, merecedoras. Porém, poucas mulheres, conseguem romper com tal situação. Pela coragem, determinação e transformação de algumas dessas mulheres, que passaram por situações de violências inexplicadas, porém, entre tantas, são superadas, mas não

esquecidas. Muitas das mulheres independentes de raça ou classe têm histórias de vidas bem parecidas. Algumas delas têm suas vidas tatuadas por cicatrizes, jamais esquecidas, pelo histórico de violências sofridas, na maioria das vezes, recebidas dentro de seus próprios lares, e por pessoas que deveriam ter o cuidado com elas. A Figura 11 mostra uma de suas formas de manifestação diante da realidade.

Figura 11 - Mulheres Sem Terra do Acampamento 8 de Março, em jornada de luta



Fonte: Arquivo pessoal da autora, 2021.

A realidade de muitas mulheres que vivem em acampamentos ou assentamentos de reforma agrária não se difere da de outras mulheres que vivem em outros territórios e sofre com o império do machismo. De acordo com uma organizadora e formadora do MST, o machismo está presente:

Na forma que a gente vivencia no nosso dia a dia em nossos corpos, atitudes patriarcais que tá muito presente inclusive com muitas ações muito naturalizada entre nós. Que muitas das vezes a gente vivemos achando que é normal. Processos de violência sobre nossos corpos e que é tão naturalizado que esses processos, passam despercebidos, as vezes pelas próprias vítimas, muitas tem dificuldade e nem consegue identificá-los como processos de violência. [...] como o patriarcado está consolidado e representado em nosso cotidiano. Muitas das vezes, vai de expressões muito sutil, como azul é de menino, rosa é de menina. menino não chora; boneca é pra menina, carrinho é pra menino. O machismo está na invisibilidade do trabalho doméstico, É muito natural que a mulher para participar de uma atividade ela tem que pedir autorização do seu companheiro, do seu pai e etc. Ou seja, alguns processos assim muito naturalizado, mas vai também até percepções muito pesada como própria

violência doméstica. E daí não pensando só a violência no âmbito da violência física que é a que mais normalmente a gente tem visibilizado e se indigna, mas as outras formas de violência no patrimonial, psicológica, sexual que acontece no âmbito de casa. (Lucinéia Miranda de Freitas, em entrevista realizada em 2021).

Muitas das mulheres que vivem em territórios rurais atualmente, são filhas de camponeses, onde tiveram em algum momento de suas vidas, que migrarem para as cidades. E muitas delas não conseguem esquecer de suas origens camponesas e acabam buscando em acampamentos a oportunidade de conquistar um pedaço de terra para viverem e trabalharem dignamente.

Há mulheres que desde suas infâncias, cresceram em ambientes violentos, vivenciando suas mães e avós sendo agredidas, por figuras masculinas, pais, irmãos, avôs, tios, primos, ou seja, por pessoas próximas. Em acampamentos e assentamentos, em seus processos de formação e conquista, há uma forte convivência com familiares e parentes. E, nesse sentido, esse ciclo vicioso das violências acaba adentrando nessas áreas.

Eu arrumei um marido na Bahia, e vim morar com ele aqui em Brasília, tive ai quando engravidei do meu segundo filho ele me largou e foi embora pra São Paulo, voltei pra Bahia pra casa dos meus pais, muito doente, com uma gravidez de risco, e sofri muito com o preconceito, então ele voltou pra Bahia quando o menino nasceu e disse que o filho não era dele e que por isso foi trabalhar em São Paulo, então meu pai pegou meu filho e criou e me obrigou a voltar pra ele. Eu tenho muitos problemas de saúde e vivia com depressão, engravidei umas duas vezes e perdia os meninos. (Entrevista realizada em fevereiro de 2021, com uma das mulheres Sem Terra)¹⁸.

Então, os movimentos sociais, que organizam o povo nesses locais, têm um papel muito importante, para transformar a realidade de pessoas com tais atitudes. E para isso, o debate precisa ser presente e constante, tanto para as mulheres, quanto para os homens. E no Movimento Sem Terra, debater e combater as violências, em tempos de acampamentos, é preciso, para poderem conquistar e fazerem assentamentos bons para se viver. Lutar contra as violências não é uma tarefa fácil, porque depende de ações coletivas, entre homens e mulheres para mudar a realidade. Este cenário de violências ainda é presente, até mesmo nas áreas de acampamento e assentamentos, território permanente no combate as violências pela as linhas do MST.

A minha vizinha começou a perceber e um dia ela o pegou me agredindo, então, ela falou pra uma dirigente do movimento, ela começou a conversar muito comigo e com

¹⁸ Neste trecho da dissertação, opto por ocultar a identidade de algumas mulheres entrevistadas, para protegê-las, por entender que, em determinadas contribuições, há trechos fortes que precisam ser transmitidos ao público, mas, sem revelar quem passou por tal situação, sobretudo porque se trata de relatos de situações de violência doméstica.

ele. [...] Só que eu tinha dó dele e não deixava expulsar ele, eu ia me sentir culpada. Ai ele não saía do barraco, eu tive que sair com os meus filhos e fui morar num barraquinho de um quarto e uma salinha e o banheiro. [...] ele querendo voltar pra mim, eu não queria voltar, mas, tinha medo dos meus filhos passar fome. Ele fazia da minha vida um inferno, me ameaçava e tudo. Então, foi onde eu vi o companheirismo na prática, a coordenação expulsou ele do acampamento e não permitia a entrada dele aqui (Entrevista realizada em fevereiro de 2021, com uma das mulheres Sem Terra).

As organizações sociais, a sociedade civil e o poder público deveriam interagir, construir e buscar em conjunto de alternativas e políticas que inviabilizem tais atitudes violentas na vida das mulheres, que são as protagonistas das violências. Porém, essa unificação ainda precisa de muitas lutas coletivas para se firmarem e consolidarem.

Um dia eu simplesmente levantei e pus na minha cabeça que eu estava morrendo um pouquinho a cada dia, e eu decidi aquele dia, que se era pra morrer, eu queria morrer, longe dele e livre. [...] Muitas vezes pensei em me livrar dele, porém, sempre desistia, pois tinha medo de não dar conta de pagar um aluguel com os meus filhos pequenos e fui me definhando ao lado dele, até aquela manhã que me levantei e disse hoje é o dia que vou me libertar, mesmo que eu tiver que morrer, vou morrer, se tiver que lutar eu vou lutar e fui embora, deixando ele na chácara. Era a única maneira de me livrar dele, era abandonando tudo que eu tinha. (Entrevista realizada em fevereiro de 2021, com uma das mulheres Sem Terra).

No Acampamento 8 de Março e no Assentamento Pequeno William ambos levantados pela bandeira do MST, os núcleos de base das famílias são compostos na sua maioria por mulheres. E entre as mulheres têm histórias de luta, resistência e experiências de vidas bem parecidas em relação às violências.

E o que mais me angustiava era eu não ter controle pelo meu próprio corpo, isso pra mim era a pior coisa de tudo o que eu passava na minha vida, era eu não ter direito sobre o meu corpo, era eu não poder fazer as coisas quando eu queria e, sim sempre na hora e vontade dele. [...] Eu vivia oprimida dentro da minha própria casa, era eu trabalhar e não poder desfrutar do meu próprio trabalho, era ter um lar e não poder decidir nada. E o pior era ter um marido e ele não ser o companheiro de estar ao seu lado e prover o sustento do lar. E eu ter que sair para trabalhar e sustentar a casa e, ainda sendo oprimida, violentada, desrespeitada. (Entrevista realizada em fevereiro de 2021, com uma das mulheres Sem Terra).

As tantas violências, superações, a coragem dessas duas mulheres Sem Terra, nos têm demonstrado que romper com o silêncio é extremamente necessário, para que mulheres que vivem nessas situações consigam sair do ciclo das violências.

Eu só fui aprender que eu não merecia passar por aquelas brigas diária, e que precisava tomar uma decisão foi no movimento Sem Terra, que foi o juiz que me libertou da

prisão da ignorância e das violências. [...] E é nessa condição, que não aceito, mais ser discriminada, apontada, violentada, pelo machismo. E por isso, que falo da minha história para outras mulheres, não continuar a passar por essas violências. (Entrevista realizada em fevereiro de 2021, com uma das mulheres Sem Terra).

Nesse sentido, ações de companheirismo e solidariedade representam um instrumento que possibilita mulheres a participarem e a encorajarem a falar e buscar ajuda a partir de outras mulheres. O processo de diálogo sobre temas voltados para mulheres fortalece e contribui para quebrar o paradigma que as mulheres sofrem porque querem ou gostam de serem humilhadas, xingadas ou de serem agredidas.

Por isso, é importante o movimento estar organizado e andando dentro de suas normas e princípios com a sua base acampada e assentada. E nós mulheres precisamos dar as mãos umas com as outras e seguir lutando, sem medo de assumir a sua nova identidade e afirmar que é mulher Sem Terra. [...] O debate de gênero é muito importante, porque a mulher sabe a sua defesa e seus direitos na vida conjugal, ela fica mais fortalecida pra enfrentar as batalhas da vida a dois, de um casal diariamente. (Entrevista realizada em fevereiro de 2021, com uma das mulheres Sem Terra).

No ano de 2020 no Distrito Federal aumentou o índice de violências contra as mulheres, e o Movimento Sem Terra buscou estratégias nos processos de formação e produção agroecológica para que em seus territórios as mulheres estivessem despertas para tais situações e não se permitissem que as violências aumentassem ou adentrassem em seus lares em período de isolamento social, pela calamidade pública e pelo isolamento causada pela pandemia.

3.4 PARTICIPAÇÃO, FORMAÇÃO E AGROECOLOGIA: CAMINHOS PARA A ORGANIZAÇÃO FUTURA DAS MULHERES SEM TERRA EM TEMPOS DE PANDEMIA

Saindo do I Encontro Nacional das Mulheres Sem Terra no DF, planejaram muitas atividades e lutas para serem realizadas no decorrer do ano 2020. Porém, a pandemia mundial da Covid-19 foi algo inesperado para a humanidade. O isolamento social, orientado pela Organização Mundial de Saúde (OMS) foi, sem dúvida, uma estratégia acertada para evitar uma contaminação em massa da população.

Entretanto, apesar das medidas preventivas adotadas, a falta de consciência e a irresponsabilidade de algumas pessoas colocaram em risco a vida de muitas pessoas, sem distinção de raça, classe ou identidade de gênero. Seja pela falta dos cuidados recomendados e necessários ou pelas aglomerações. Em descumprimento do distanciamento obrigatório entre

as pessoas, o vírus foi se espalhando, atravessando as fronteiras territoriais e chegando a todos os continentes do planeta.

Estamos vivendo há quase dois (2) anos de pandemia com a triste marca de mais de 598 mil mortes confirmadas pela Covid-19 no Brasil. Sob a administração irresponsável do governo federal, que diante do cenário de pandemia, sempre colocou a economia acima da vida dos seres humanos. Não foi diferente no Distrito Federal, apesar do governador ter sido o primeiro a recomendar o isolamento social, com a tomada de decisão política. Em março, o governo do Distrito Federal assinou o Decreto 40.509, de 11 de março de 2020, em medidas de combate ao novo Corona vírus. Deste modo o decreto trazia as seguintes atribuições e medidas:

O governador do Distrito Federal, no uso das atribuições que lhe conferem o art. 100, incisos VII e XXVI, da Lei Orgânica do Distrito Federal (LODF), considerando que a saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doenças e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para a sua promoção, proteção e recuperação, na forma do artigo 196 da Constituição Federal (CF) e considerando a classificação pela Organização Mundial da Saúde, no dia 11 de março e 2020, como pandemia do Novo Corona vírus; [...] considerando que a situação demanda o emprego urgente de medidas de prevenção, controle e contenção de riscos, danos e agravos à saúde pública, a fim de evitar a disseminação da doença no Distrito Federal, Decreta:

Art. 1º As medidas para enfrentamento a emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do novo coronavírus, no âmbito do DF, fica definidas nos termos deste decreto.

Art. 2º Ficam suspensos, no âmbito do distrito Federal, pelo prazo de cinco dias, prorrogáveis por igual período: I – eventos, de qualquer natureza, que exijam licença do Poder Público, em público superior a 100 pessoas; II – atividades educacionais em todas as escolas, universidades e faculdades, das de ensino pública e privada; III – os bares e restaurantes deverão observar na organização de suas mesas a distância mínima de dois metros entre elas. Art. 4º as medidas previstas neste decreto poderão ser reavaliadas e qualquer momento, mesmo antes do prazo estipulado no art. 2º. (DIÁRIO OFICIAL/DF, Nº 25, 11 DE MARÇO DE 2020, p. 3).

Em algumas cidades periféricas do DF, como Sol Nascente e Estrutural, as pessoas tiveram que viver em *lockdown*, em determinado momento da pandemia, o GDF, por questões de saúde pública decretou essa medida. Permitindo a circulação de pessoas, somente para casos emergenciais ou ligados aos trabalhos essenciais. Atribuindo ao descumprimento dos cuidados, a aplicação de multas.

Com a pandemia mundial, a Covid-19 causou insegurança e insustentabilidade econômica, na classe trabalhadora brasileira, tanto no campo urbano, assim, como no meio rural, muitas pessoas tiveram danos irreparáveis pelo vírus. Com a crise sanitária, muitos perderam empregos, moradia, saúde e, entre tantos familiares a dor da perda de pessoas

queridos. Essa pandemia, se deu em reinventar novas formas de convivência. Os cuidados exigem novos aprendizados e hábitos necessários para a vida da humanidade. São muitos desafios nesse enfrentamento contra a Covid-19, inclusive para preservar a saúde mental. No decorrer dos dias, casos de suspeita e confirmações do vírus foram surgindo no DF e as medidas de segurança foram se intensificando com mais vigor e vigilância. As alterações constantes nas medidas, os cuidados e as informações na mídia não foram suficientes para conter a disseminação do vírus em todo o país. No Distrito Federal o contágio teve início em pessoas da classe econômica alta, residentes no Plano Piloto, Asas Norte e Sul, e nos Lagos Sul e Norte. Segundo notícias do G1/DF¹⁹ (2020) “o primeiro caso de corona vírus no DF, foi uma mulher de 52 anos, que voltou de viagem à Europa”. E o primeiro caso curado de corona vírus no DF também foi de uma mulher de 48 anos.

A preocupação do Estado e da sociedade civil era o vírus chegar às cidades periféricas do DF, onde mora a maior parte da classe trabalhadora e, muitos despossuídos de renda e de políticas sociais. Logo, apareciam timidamente, os primeiros casos de suspeita e confirmações nas periferias. E sem demorar muito, uma explosão de casos suspeitos e confirmados se espalhou pelo DF e Entorno. Em setembro de 2021 o DF atingira a triste marca de quase 502.049 mil casos confirmados pelo Covid-19. São mais de 10.527 mortes e, os casos de contaminações são mais comuns entre as mulheres do Distrito Federal, porém, a taxa de letalidade é maior entre os homens.

A realidade da pandemia, chamada de “novo normal”, e seus efeitos afetaram a população em geral, no Brasil e no mundo. Empresas que não fecharam as portas, foram obrigadas a mudar sua metodologia de trabalho para continuarem ativas no mercado. No campo, os impactos não foram menos violentos. Sem condições de entregar ou vender seus produtos agrícolas, os produtores rurais tiveram grandes prejuízos. As contas a pagar não esperam e a fome também não. Nesse sentido, em acampamentos e assentamentos de reforma agrária não foi diferente, especialmente para as famílias já desprovidas de políticas públicas e sociais.

Nesses territórios as famílias Sem Terra, se viram engessados nas primeiras semanas de pandemia. Logo, o MST se movimentou a nível nacional e, passa a dar linha política, apontando diversas saídas para a situação, a partir dos setores de atuação do movimento. O setor de saúde

¹⁹ Disponível em: <https://g1.globo.com/df/distrito-federal/noticia/2020/03/08/primeiro-caso-de-coronavirus-no-df-o-que-se-sabe-e-o-que-falta-saber.ghtml>. Acesso em: 22/09/2020.

do MST sempre atuante durante a pandemia criou condições para que as informações de cuidados e proteção chegassem aos acampamentos e assentamentos.

Mesmos com tantas informações e alertas, alguns Sem Terra foram contaminados e outros tiveram sua vida ceifada pela Covid-19. No geral o movimento fez parcerias com outros movimentos sociais, e pensaram alternativas para movimentar a vida dos militantes. Debateram a realidade e apontaram atos e ações de solidariedade, como um caminho para diminuir as dificuldades da vida das pessoas nas periferias urbanas, assim como das famílias nas zonas rurais. Fizeram campanhas, elaboram e disputaram projetos para garantir as ações de solidariedade, com a distribuição de alimentos agroecológicos, cestas básicas, álcool, sabão caseiro, entre outros produtos, para as famílias em situação de vulnerabilidade.

E nesse processo de se movimentar, ou, se reinventar as Mulheres militantes, estão sempre dispostas a encarar e, aprender novos desafios. No Distrito Federal, os trabalhadores e trabalhadoras Sem Terra não ficaram parados diante da situação de pandemia. No começo dos primeiros casos confirmados DF, as instancias organizativas do MST/DFE, orientaram aos nucleados e assentados a tomar todas as medidas de proteção contra o vírus nas áreas de acampamentos e assentamentos.

Então, as coordenações das áreas, receberam do MST estadual e orientaram as famílias, a não receberem visitas, cancelaram todas as reuniões, oficinas, seminários, encontros e festejos coletivos ou individuais nas áreas. Mesmo assim, o danado do vírus não se intimidou diante dos cuidados dado pelo o setor de saúde, e adentrou timidamente, com atuação invisível em algumas áreas de acampamento e assentamentos do MST no DFE. Lucas Lemos do setor de saúde do MST/DF, fala como as orientações de cuidados chegam aos acampamentos e assentamentos nesse período de isolamentos.

Ainda nesse período, algumas circulares foram encaminhadas para os estados com orientações de cuidados. Uma primeira orientação foi o cancelamento de todas as reuniões presenciais, das coordenações de áreas, nos setores, todas as instancias de direções do MST, todas as atividades marcadas né. Outra orientação foi para a gente reforçar a importância de as coordenações elaborarem políticas internas de cuidados a doença. Com circulação interna, com isolamento social, construindo inclusive barreiras sanitárias, em alguns casos. Como a gente fez inclusive no recebimento dos produtos dos agricultores do núcleo de produção e comercialização Lobeira do Cerrado. [...] e uma orientação dada pelo setor de nacional foi que a gente do coletivo, acompanhassem todos os casos de suspeitas de covid, de acompanhar e ajudar as famílias no acesso e aos cuidados necessários com a saúde, e também para que a doença não se espalhasse mais. Durante todo esse período de pandemia a gente tem acompanhado todas as mobilizações, atos simbólicos dos setores. [...] Uma outra coisa que o setor tem acompanhado é a saúde mental, que tem afetado as famílias pelo isolamento. Com atendimentos terapêuticos, psicológicos, por chamada de vídeo,

como apoio mútuo para às famílias do DFE (Radio Resistencia Ativa, em entrevista, em 08/10/2020).

Confirmou-se casos de suspeitas, outros deram negativos e outros sentem a dor de perda de familiares Sem Terra, vítima da Covid-19. O setor de saúde do MST/DFE relata que foram quase 50 casos testados e com resultados negativos e positivos nos territórios de acampamentos e assentamentos organizados pelo MST. Conforme a entrevista feita ao dirigente do setor de saúde estadual do DFE, pelo programa do MST “Resistência Ativa” em relação a saúde em tempos de pandemia. E de acordo com o dirigente estadual do setor de saúde, ele enfatiza como o movimento pensa a saúde.

Eu gosto muito de comparar com a nossa relação com a terra, com a agroecologia, sabe, porque esse exemplo que se dá da busca pelo remédio e da indústria do remédio é a mesma lógica do agronegócio. E a forma de combater essa forma de dá mais vida, é muito semelhante com as nossas práticas de agroecologia, com a nossa concepção de agroecologia. São assim, no caso agronegócio e da indústria do remédio, são grandes fabricantes, que muitas das vezes são os mesmos. Nos dois ramos do remédio, dos insumos agrícolas, que são os únicos que lucra com este sistema. É o domínio do capital e das multinacionais sobre o campo, onde trabalha com uma lógica de remédio. Como exemplo, se o solo está com pouco nitrogênio, qual é a solução do agronegócio? Taca nitrogênio, de forma de NPK. São soluções a curto prazo, né? Precisar gerar um solo forte, para ter planta forte, como Ana Primavesi, já dizia isto para a gente, né? Saúde então, na mesma lógica, é a saúde que a gente quis, que é integral, que cuida do todo, que busca entender as causas e tratar o nosso corpo para fortalecer a nossa imunidade. Não adianta, está com o nervo da perna inflamado e taca inflamatório, para tratar a causa, já que o nervo está inflamado pelo excesso de peso, por fraqueza nas pernas ou por conta de uma posição que eu trabalho todo o dia. É nisto que temos que buscar a solução para o problema do joelho. [...] até a ONS e a nossa Constituição Federal (CF) formada em 1988, tem algo dessa visão mais integral. Quando elas reconhecem que a saúde depende de política sociais, políticas econômicas, né? A ONU mesmo fala de um completo bem-estar, físico, mental e social, não simplesmente de ausência de doenças, ou enfermidades. [...] mas, o que que nos diferencia enquanto movimento? É que pra gente ter saúde, não pode ter violência contra as mulheres, não pode ter racismo. Assim, como na agroecologia não adianta produzir orgânico e violentar mulheres, violentar a terra, né? Até as últimas consequências, né? Agroecologia assim, como saúde é luta, é assim, que chegamos na definição de saúde enquanto MST. E no MST a saúde é a capacidade de lutar contra tudo que nos oprimem. E só vai avançar a partir da luta coletiva e organizativa. Por isso, temos o coletivo de saúde, que nos dá esse apoio organizativo e nos dá a capacidade de pensar a saúde como o todo no MST. (Radio Resistencia Ativa, em entrevista, em 08/10/2020).

O Acampamento 8 de Março teve vários casos de pessoas com sintomas e, algumas pessoas testaram positivo e, outras, negativo para a Covid-19 e a situação de isolamento foi aumentando, cada vez mais, devido o aumento das pessoas contaminadas. Mesmo assim, foram tomados todos os cuidados necessários. Fizeram o isolamento social por quatorze dias,

enquanto eles estavam em isolamento, receberam apoio assistencial e psicológico, organizados pelo coletivo de saúde e por algumas mulheres do acampamento, a partir do cuidado com os animais e das plantas das pessoas em isolamento, também no preparo da comida, usaram o celular para contato diário com a pessoa, enquanto estava no isolamento. Esses cuidados são de grande valor sentimental e de solidariedade humana, uma atitude de suma importância para a recuperação de pessoas no estado de isolamento.

Com a Covid-19 houve um aumento da violência contra as mulheres em isolamento, de modo geral no Brasil. Atento ao fenômeno, o Movimento Sem Terra criou a Campanha Mulheres Sem Terra, Contra os Vírus e as Violências. O Movimento avalia que:

Enquanto MST, nossa tarefa era ampliar o debate, intensificar a produção de materiais e intensificar ações de enfrentamento à violência contra as mulheres em nossos territórios, em nossos espaços de formação e trabalho e também na militância política. A Campanha, que acabou por assumir um caráter permanente, embora tenha foco no enfrentamento à violência contra as mulheres, também estende seu olhar para as várias situações de exploração e opressão vividas por outros sujeitos de Sem Terra, com atenção especial à questão do racismo e da LGBTfobia. (MST, 2021, p. 54).

As mulheres Sem Terra abraçam a campanha, que segue combatendo a violência aos sujeitos e sujeitas vulneráveis, pautando o autocuidado, trabalho e saúde do corpo e da mente. A campanha também estimula a reflexão sobre a construção e a luta pela pauta da agroecologia e da reforma agrária popular e da participação das mulheres no planejamento da produção saudável; da resistência ativa na cooperação e autonomia política e econômica. É necessário e urgente que a campanha alcance as áreas de acampamentos e assentamentos, tornando esses ambientes livres das violências contra as mulheres e que a produção agroecológica seja instrumento de contraposição ao agronegócio, por meio do desenvolvimento de novas consciências, para romper com o vírus do machismo, durante e após a pandemia.

3.4.1 O MST DF e as Mulheres Sem Terra em alerta! Mulheres se movimentam com agroecologia em tempos de isolamento

As mulheres Sem Terra do DF se deparam em uma situação diferente e, logo, desperta, que algo precisam fazer. E, para isso, o MST sempre tem estratégias. Logo, as necessidades batem à porta delas. E elas dedicam-se ao plantio em seus espaços planejados para a produção agrícola e organizam-se, com cuidados, para não deixarem o isolamento engessá-las em seus barracos, em tempos de pandemia. Então, as mulheres Sem Terra diversificam as suas

produções dentro dos princípios da agroecologia, seja, nos quintais, seja na roça. A Figura 12 mostra uma produtora Sem Terra e organizadora de processos formativos do coletivo do setor de produção do MST DF.

Figura 12 - Lindaura Medrado transformando sua parcela com diversidade



Fonte: Arquivo da autora, 2021.

A Figura 12 mostra a importância de um planejamento produtivo sendo fundamental, em um assentamento de reforma agrária, que o MST faz a luta em terras degradadas, que antes era braquiária, e alguns dos assentados ou assentadas da reforma agrária, organizados pelo Movimento Sem Terra, as transformam em áreas sustentáveis e produtivas dentro dos princípios da agroecologia.

Fui da coordenação de base do setor de produção, contribuí na direção regional do DF pelo setor de produção e contribuí na representação de área do pré Assentamento Roseli Nunes. Foi tarefas que gostei muito e aprendi muito sobre os processos de produção e comercialização. As experiências vividas nos acampamentos e assentamento com as famílias, aprendi muita coisa com eles, e eles também aprenderam comigo. [...] E o meu papel é fazer as mulheres sempre acreditar que elas são capazes de fazerem qualquer coisa, que os homens possam fazer, lógico dentro do limite e condição de cada uma. E esses processos formativos, são ideais e motivadores

para as decisões das mulheres para a luta. [...] Eu cultivo variedades, na minha parcela, sempre tem um cantinho que precisa ser plantado, sejam, com grãos, hortaliças ou frutíferas. E a agroecologia nos proporciona ter diversidades em um pequeno espaço, que se transforma em potencialidade nutritiva e sustentável para o ser humano e para o meio ambiente (Lindauro Medrado, em entrevista realizada em 2021).

Esses princípios as ensinam que o cuidado e a saúde são a base para o enfrentamento e a sobrevivência contra a Covid-19. Então, elas precisam se organizar, produzir e comercializar seus produtos de forma segura para elas e para os consumidores e consumidoras. A produtora Sem Terra e formadora Francisca (Chiquinha) assentada da reforma agrária no Assentamento Roseli Nunes, na região de Planaltina DF, apresentada na Figura 13, sabe bem a importância de as mulheres produzirem alimentos saudáveis, participarem da luta e dos processos formativos e ter sua autonomia política e econômica.

Figura 13 - A produtora e formadora do MST Chiquinha, quem planta, colhe!



Fonte: Arquivo da autora, 2020.

Chiquinha é uma militante, dirigente do setor de formação do Movimento Sem Terra no DF. Ela demonstra que o conhecimento teórico é de suma importância para que o planejamento seja bem idealizado na prática. A produção e a comercialização de comida saudável é um debate no MST que se caminha desde a gênese do movimento e que vem se fortalecendo e sendo

ampliado nos acampamentos e assentamentos do MST. E a partir do ano 2000, as mulheres vem inserindo-se cada vez mais nesse debate da agroecologia.

No atual período esse debate se naturalizou com a prática por grande parte das mulheres Sem Terra, que optaram por fazer um enfrentamento à situação de pandemia. Elas buscaram alternativas de organização, formação e produção para não ficarem isoladas em suas casas. Elas inventaram e reinventaram novas formas de se fortalecerem a partir do conhecimento das práticas da agroecologia e internalizaram esse modo produtivo em suas vidas. A Chiquinha como organizadora de processos formativos e produtora que já está em uma parcela de terra conquistada por mérito da luta coletiva, compreende o tamanho da responsabilidade que tem, enquanto tarefa do setor de formação do movimento e enquanto mulher Sem Terra produtora que precisa garantir o debate dos princípios da agroecologia nas bases familiares.

Já estou na minha parcela de mais de 4 hectares de terra, onde é o local que tiro o meu sustento, vivo sozinha, feliz na minha parcela. [...] vivo sozinha é no sentido de não ter um companheiro do meu lado, mesmo ainda sendo casada no papel há mais de trinta anos, mas, chegou um momento que eu tive que pedir a separação, por estar em um casamento abusivo e desrespeitoso em todos os sentidos, vivi muito tempo no silêncio e sendo vítima de violências pelo meu próprio ex-marido, por não conhecer os meus direitos e não saber como dar um baste naquele relacionamento. [...] Aprendi em um curso do MST, que ser Sem Terra é mais do que lutar pela terra; é ter outros objetivos que acompanha a luta do povo Sem Terra, é uma identidade historicamente conquistada. Primeiro como afirmação de uma condição de ideologia e de nova identidade, e aos poucos não mais como uma circunstância de vida a ser superada, não somos invasores, vagabundos e, sim, trabalhadores que ocupamos, para aprender a cultivar novos valores para a luta e, não devemos negar que nos transformamos, somos mulheres Sem Terra, produtoras, militantes, dirigentes e formadoras de conhecimentos e novas consciência. Temos que assumir essa identidade de Sem Terra que é um privilégio pra mim. (Chiquinha, em entrevista realizada em 2021).

Segundo Chiquinha, é necessário quebrar paradigmas patriarcais e buscar novas alternativas para a luta e a vida nos acampamentos e assentamentos. O MST nacional nesse período teve como estratégias as campanhas de solidariedades para dentro e para fora do movimento, para o enfrentamento da crise instalada.

Foram formadas brigadas por militantes, como estratégia para fortalecer o trabalho de base, cursos, plenárias e encontros online realizados, campanhas de fortalecimento à agroecologia e às mulheres contra as violências em tempos de pandemia e campanhas de distribuição de alimentos da reforma agrária nas regiões mais humildes dos centros urbanos e menos favorecidos de políticas sociais. A comercialização de produtos saudáveis foi intensificada, atendendo às demandas de famílias nos territórios urbanos em isolamento.

O MST/DFE não ficou de fora dessa estratégia, organizou e fez diversas ações de solidariedade, com doação de cestas de alimentos sem veneno, nas rodoviárias, praças, casa de recuperação de mulheres em tratamento de entorpecentes químicos ou que sofreram violências, cooperativa das catadoras etc.

Buscou e criou alternativas construindo coletivamente com outros movimentos sociais como: MST, Movimento de Trabalhadores por Direito – MTD; Levante Popular da Juventude – LPJ, Consulta Popular – CP, Associação de Moradia Popular do DF e Entorno - AMORA, a Campanha Nós por Nós. Isso possibilitou parcerias com amigos, organizações, partidos e sindicatos de esquerda, que alimentam e garantem o processo, com doações financeiras e cestas básicas, assim, formando uma grande rede de solidariedade entre as famílias carentes e de sustentabilidade para as produtoras e produtores rurais que comercializam seus produtos naturais, processados e sem veneno nas cestas, seja solidária ou personalizada, organizadas pelo MST/DF.

São cestas verdes, feitas com produtos agroecológicos, produzidos em assentamentos e acampamentos do MST no Distrito Federal. Um processo realizado coletivamente entre produtores e produtoras Sem Terra acampados e assentados da reforma agrária no DF sendo os principais protagonistas deste processo formativo e produtivo. A Figura 14 mostra o formato da cesta solidária, composta por um tubérculo, uma fruta, dois legumes e uma hortaliça.

Figura 14 - Cestas solidárias pronta



Fonte: Arquivo da autora, 2020.

A cesta solidária ilustrada na fotografia acima contém cinco produtos agroecológicos, com preço bem acessível. A organização das cestas solidárias foi um acerto político. Uma saída para o escoamento da produção e para a geração de renda aos produtores rurais Sem Terra, em especial, as mulheres Sem Terra que estão à frente do projeto, tanto na organização, produção, e montagem, como na comercialização e entrega das cestas para os consumidores e consumidoras. O Núcleo de Produção e Comercialização Agroecológico Lobeira do Cerrado, o recebimento e a montagem, fica centralizado no Acampamento 8 de Março, onde se montam as cestas com a produção dos produtores (as) assentados (as) e acampados (as) no Oziel Alves III, Roseli Nunes e 8 de Março.

Essa iniciativa é baseada nos princípios organizativos do MST, tais como, direção coletiva, planejamento, divisão de tarefas, crítica e autocrítica, profissionalismo, solidariedade, cooperação e produção agroecológica. O processo e a organicidade das cestas se dão da seguinte forma: produção, colheita, higienização e seleção dos produtos, comunicação, vendas online, articulação e parcerias, gestão administrativa e financeira, distribuição, montagem e entrega. Dentro desses princípios o MST ressalta que:

Trabalhar em cooperação não quer dizer que todos/as vendem as mesmas quantidades, a cooperação se dá no processo de comercialização, mas, existe um esforço pessoal/individual de cada produtor/a em produzir diversificado e permanente, por tanto a oportunidade de oferecer sua produção é igual para todos, mas, cada uma precisa esforçar-se individualmente com a organização produtiva do seu lote. (MST, 2020, p.03).

A organização das cestas solidárias começou no início da pandemia com a entrega das cestas duas vezes por semana, porém as demandas aumentaram rapidamente. Antes atendia somente a população de Planaltina/DF, logo, passou a atender outras cidades do DF e também do Entorno, três vezes ou mais por semana.

3.4.2 As Mulheres Sem Terra do Acampamento 8 de Março: organização e comercialização da produção agroecológica

As mulheres Sem Terra do Acampamento 8 de Março são as responsáveis pela montagem das cestas. Com o passar dos dias, houve a necessidade de ampliar o processo organizativo, para atender outras demandas específicas de consumidores em isolamento social. Com as feiras fechadas, esses consumidores viram a necessidade de comprar seus produtos sem

sair de casa, passaram a fazer suas encomendas semanais de maior quantidade e variedade de produtos personalizados e agroecológico, via online. Então, era urgente a necessidade de organizar e capacitar os produtores, para montarem uma nova modalidade de cestas, como mostram as Figuras 15, 16 e 17 das “cestas personalizadas”.

Figura 15 - Recebimento da produção



Fonte: Arquivo da autora, 2020.

Figura 16 - Montagem das cestas



Fonte: Arquivo da autora, 2020.

Nesse processo de montagem para as cestas personalizadas estão os consumidores que escolhem os seus produtos a comprar. Neste tipo de montagem, as mulheres Sem Terra têm a

oportunidade de aprender mais, transformando a matéria-prima em comida saudável e com opções de variedades.

Figura 17 - Cestas personalizadas prontas para a entregar



Fonte: Arquivo da autora, 2020.

As mulheres Sem Terra verem-se neste processo, a possibilidade de aumentar suas rendas, colocando nas cestas personalizadas, além da sua produção agrícola, sem o uso de venenos, ainda colocam os produtos processados artesanalmente por elas. tudo isso somente é, possível, pelo a participação delas em processos formativos, no decorrer de suas militâncias. Para muitas dessas mulheres, cada momento em que se vivem, são momentos de reaprender novas formas de vidas como novas técnicas, que as possibilitam, encarar os desafios decorrentes ao momento de conjuntura seja no campo agrário ou na política.

Diante do cenário do momento de calamidade pública na saúde, as mulheres Sem Terra estão tomando todos os cuidados necessários para a organização das cestas, usam máscaras durante todo o processo, água e sabão. O distanciamento entre elas não pode faltar no espaço de trabalho. Em tempos de pandemia as mulheres Sem Terra constroem alternativas que visam

autonomia política no âmbito da formação, organização e articulação e na autonomia econômica no campo da produção agroecológica como perspectiva de geração e aumento de sua própria renda e objetivando sempre a sustentabilidade do homem e da natureza.

Procurando estar dentro dos princípios do Movimento Sem Terra, da luta pela agroecologia, que precisa estar vinculada às estratégias e planejamentos que as asseguram a partir do conhecimento e da sustentabilidade com foco na agroecologia dentro das dimensões ecológica; econômica; social; cultural, política e ética.

4. MULHERES SEM TERRA DO MST: DA INVISIBILIDADE AO PROTAGONISMO - MEMÓRIAS, O QUE MOVIMENTA A LUTA

A luta pela terra e pelo socialismo é construída pela coragem de homens e mulheres que acreditam em um projeto de uma nova sociedade. As mulheres Sem Terra, com representação de mulheres revolucionárias, lutadoras ao longo da nossa história, são inspiração por sua coragem e determinação, seja pela luta com armas ou com canetas. Todas as mulheres lutadoras tiveram um papel importante no seu tempo, contra ideologias e sistemas que as oprimem e retiram direitos.

Entre essas mulheres, lembramos da Dorcelina Folador, uma mulher Sem Terra e prefeita de Mundo Novo, no Mato Grosso do Sul, de Ana Maria Primavesi, defensora dos solos saudáveis e da agroecologia, Blanca Canales, uma nacionalista que contribuiu na organização da ala feminina do Partido Nacionalista Porto-Riquenho, conhecida como “Filhas da Liberdade”, Anita Garibaldi, uma líder militar na Revolução Farroupilha, Roseli Nunes, uma militante Sem Terra do MST e mãe do Marcos Tiaraju, primeira criança a nascer em um acampamento Sem Terra na fazenda Annoni, hoje médico que contribuiu no MST.

Muitas mulheres Sem Terra desta pesquisa são herdeiras de Roseli Nunes, que acreditava na organização e na luta e dizia: “Prefiro morrer lutando, do que morrer de fome”. Aqui apresento o perfil das interlocutoras desta pesquisa, por entender que é de suma importância que as mulheres Sem Terra precisem ser valorizadas, pela sua coragem, por sua determinação e resistência na luta pela terra e pela transformação social, enquanto autoras de experiências de vidas. Assim, é dada visibilidade a quem merece o verdadeiro protagonismo vivas.

Sabemos que há muitos trabalhos inscritos sobre as mulheres. Porém, muitos desses trabalhos falam de mulheres com grandes trajetórias de luta, e muitas das histórias, só ganham

visibilidade após a morte, e algumas dessas mulheres nunca tiveram oportunidade de ler o que escreveram sobre elas. A intencionalidade deste capítulo é apresentar essas mulheres enquanto sujeitas narradoras de suas próprias histórias, mas que ainda estão no anonimato da invisibilidade.

As mulheres citadas aqui são Sem Terra, acampadas e assentadas da reforma agrária no Distrito Federal, com atenção especial para as mulheres do Acampamento 8 de Março e do Assentamento Pequeno William, áreas com a bandeira de resistência e conquista do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra.

4.1 QUEM SÃO ELAS?

Este trabalho baseia-se na contribuição de sete (7) mulheres Sem Terra acampadas no Acampamento 8 de Março e seis (6) mulheres Sem Terra assentadas no Pequeno William. Essas treze (13) mulheres, trazem contribuições importantes e norteadoras para responder os objetivos desta dissertação de mestrado.

Todas essas mulheres trazem em suas memórias, histórias vivenciadas por elas, no seu cotidiano de militância na luta pela terra, organizadas pelo o Movimento Sem Terra. E dentro deste contexto da luta, algumas tiveram oportunidades de participarem de processos de formativos, mais amplo e contínuo, enquanto, outras, apenas, se formam na prática vivenciada e organizada no acampamento e assentamento.

Este espaço foi pensado para apresentar um pouco a biografia das treze participantes desta pesquisa. Detalhar o perfil de cada uma delas é uma forma de valorizar e dar visibilidade ao protagonismo dessas mulheres tão importantes na construção da luta do MST pela a terra e da transformação social delas e do ambiente. A partir da fala delas mesmas, do entendimento individual e coletivo. Dando ênfase ao processo de formação do movimento como instrumento que possibilitam tal entendimento sobre as temáticas no cotidiano da luta o método aqui adotado será a intercalação entre a apresentação de uma acampada e de uma assentada.

Essas mulheres Sem Terra são forjadas pela luta e pela militância coletiva do MST pela conquista da terra, do socialismo e da reforma agrária. Elas têm habilidades, características e crenças diferentes, porém, os objetivos delas são comuns no que tange aos limites e aos desafios diários. Essas mulheres Sem Terra veem nos processos formativos, organizativos e produtivos do MST um instrumento de luta coletiva dentro dos princípios da agroecologia como elemento fundamental para a autonomia política e econômica.

4.1.1 Dona Antônia (Totonha)

Dona Antônia (Totonha), como a chamo carinhosamente é uma Sem Terra acampada no Acampamento 8 de Março, desde 2012, quando ingressou sua luta no MST. Ela nasceu no dia 21 de dezembro de 1962, no estado do Ceará, com, 59 anos de vida, casada, mãe de 6 filhos, avó, bisavó e produtora. Antes de migrar para o DF, morava com a sua família no estado do Pará, trabalhava lá como agricultora e dona de casa. Está representada na Figura 18.

Figura 18 - Totonha no seu quintal



Fonte: Arquivo da autora, 2021.

Após os filhos crescerem, saíram do Pará e alguns deles vieram para o Distrito Federal e Entorno, em busca de trabalho digno. Segundo Totonha, no Pará o trabalho escravo engessava a vida das pessoas. Isso a levou a seguir o rumo dos filhos, o que não é diferente da vida de muitas pessoas, que saem de seus locais de origem para fugir das dificuldades extremas de sobrevivências.

Eu vim do Pará e lá no Pará eu já era agricultora né. Aí vim embora pra Brasília e não tinha outro rumo, eu não tinha estudo pra arrumar emprego, então, o meu destino sempre foi roça. Eu não tinha aonde morar, então, vi aqui morar aqui no Acampamento 8 de Março do movimento Sem Terra, é o MST. Então eu estou gostando demais, espero a gente ver a conquista da nossa terra. (Antonia (Totonha), em entrevista realizada fevereiro de 2021).

Totonha é uma mulher Sem Terra, carregada de muitas histórias em suas memórias, com a origem de vida sempre no meio rural, com muita simplicidade e falta de oportunidade, não teve na sua infância os seus direitos garantidos, enquanto criança que vai à escola, brinca, para ela a brincadeira era o trabalho, com os afazeres domésticos e de roça para ajudar os pais. Se casou muito cedo, o que não a difere de outras meninas com origens camponesas.

A capital do país, o custo de vida, não é barato, principalmente para migrantes que vem de seus estados carregando na bagagem, apenas o sonho de ter uma moradia e emprego, que gere condições melhores de vida que a anterior. E sem muitas perspectivas, para ter sua própria casa e sair do aluguel nas regiões periféricas do DF, a alternativa que surgiu para ela sair do aluguel foi ingressar na luta pela terra, pelo Movimento Sem Terra, que tinha ocupado uma área, em 2012, próxima a região que ela estava morando.

Segundo Totonha a agroecologia é plantar sem veneno, somente com adubo orgânico e com muitas plantas no pequeno espaço. E a Reforma Agrária é a luta em que se conquista a terra de forma coletiva, por pessoas organizadas pelo movimento.

E aqui tinha o Movimento Sem Terra que recebeu nós e aqui estamos morando e trabalhando e a gente quer continuar produzindo as coisas da gente, como o movimento nos ensinou. [...] Aqui plantamos de quase tudo um pouco né, como quiabo, mandioca, e quando a mandioca tá boa a gente faz farinha, porque a gente tem a casinha de farinha aqui no quintal mesmo. Aí a gente faz farinha, pra gente se manter. (Antônia (Totonha), em entrevista realizada fevereiro de 2021).

Dona Antônia é uma mulher que tem muita experiência de vida e muito a ensinar a outras mulheres. Ela é uma mulher muito tímida, de poucas palavras que nos ensinam muito na prática. Ela não tem hora para ajudar a quem precisa no acampamento. Ela atua no setor de saúde do acampamento.

É muito importante a gente seguiu os ensinamentos que aprendemos do MST, pra melhorar a saúde da gente com alimentos saudáveis, e plantando sem veneno tem a

saúde dos alimentos, da terra e da plantação. [...] Eu gosto e acho importante o meu trabalho, porque a gente que nasceu e se criou na roça já tem aquele ritmo do plantar o nosso próprio alimento e acha bom seguir os conhecimentos do tempo do pai da gente né e cresce naquele ritmo que o pai ensinou. Eu gosto muito do setor da saúde, porque o pessoal vem atrás de mim, por causa dos remédios caseiros que faço, conforme a precisão das pessoas. O setor da saúde ensina e faz muita coisa para os companheiros necessitados no momento. Eu faço rapadurinha de gengibre, xaropes naturais. (Antônia (Totonha), em entrevista realizada fevereiro de 2021).

A Totonha é uma militante do MST, com um olhar triste, com sorriso tímido e moderado, porém, cheia de disposição para o trabalho, seja no lar, na roça, seja no trabalho coletivo. Ela é uma eterna admiradora e fala do movimento no qual está inserida com muito amor e respeito as normas e princípios do Movimento Sem Terra. Uma mulher que na sua simplicidade fortalece a luta do acampamento, do movimento ela conquista o carinho e as amizades das pessoas. Dona Antônia, com muita humildade, reconhece o valor da coletividade e luta do MST, e expressa essa gratidão em poucas palavras ao dizer: “Viver no acampamento é bom demais. Aqui aprendi a escrever e ler um pouco, até conquistei o meu certificado de alfabetização, rsrs”.

4.1.2 Dona Gustavina (Guta)

Dona Gustavina (Guta), como a chamo carinhosamente, é uma Sem Terra assentada da reforma agrária no Assentamento Pequeno William, militante do MST há mais de 25 anos, artesã, agroecóloga pós-graduada pelo Instituto Federal de Brasília e produtora. Ela nasceu em Formosa do Rio Preto na Bahia, tem 58 anos de vida, casada, mãe de 3 filhos. Está representada na Figura 19.

Figura 19 - Guta e seus artesanatos de fibra de bananeira



Fonte: Arquivo da autora, 2021.

Guta se inseriu na luta pela terra por ser casada com um militante do movimento, que na época tinha uma tarefa de dirigente no Movimento Sem Terra. O casal foi assentado pelo movimento no Assentamento Líder, localizados no estado de Goiás. Após algum tempo, eles vieram contribuir pela direção do MST no DF. Contribuíram na ocupação e organização do Acampamento Pequeno William (fase anterior à constituição do assentamento com o mesmo nome), na região dos Pinheiros em Sobradinho naquela época.

Por questões de estarem contribuindo mais nas tarefas do movimento no DF, eles fizeram uma permuta no Incra e foram realocados para a área atual do Assentamento Pequeno William.

Conheci o MST através do meu esposo, que na época era militante com tarefa na direção do movimento, então, casamos, e fomos assentados no Assentamento Líder, localizado no Goiás. Por questões de segurança saímos de lá, pois havia muitos conflitos agrários na região. E por meu companheiro ser da direção e ter tarefas externas, ficamos contribuindo no DF, quando fomos contribuir na ocupação do Assentamento Pequeno William. (Gustavina, em entrevista realizada em fevereiro de 2021).

A Guta é uma mulher Sem Terra que contribuiu muito tempo no movimento pelo setor de saúde do movimento, atualmente, ela contribui no coletivo de mulheres do assentamento na produção de artesanatos da fibra de bananeira, dentre outras matéria-prima do Cerrado.

Além de produtora agroecológica, ela é criadora de pequenos animais. A sua parcela é formada no Sistema Agroflorestal – SAF²⁰. É um local de experiências e pesquisas de alunos e professoras. O casal mora e trabalha em sua parcela e ali eles vivem em harmonia com a natureza.

O planejamento produtivo da nossa parcela foi planejado e idealizado pelo casal. A nossa militância e a nossa formação nos permitiram fazer as escolhas e opção e vida. E o nosso principal produto é a diversificação alimentar. É de muito importante termos e provar que produção local e a diversidade de alimentos produzidos traz mais segurança. (Gustavina, em entrevista realizada em fevereiro de 2021).

A Guta é uma militante de muita experiência de vida, luta e técnica. Ela é uma mulher bem politizada. A sua formação militante, ideológica e técnica está condicionada a luta do Movimento Sem Terra. Ela é uma mulher que se relaciona muito bem com a natureza e com as pessoas. Ela é sempre gentil e defensora daquilo que acredita.

Dona Augusta, como muitos no Assentamento Pequeno William a chamam, tem as mãos de pura perfeição em cada toque nos seus artesanatos e no cuidado com suas plantinhas de variadas espécies, especialmente nas suculentas. Politicamente, ela é uma grande colaboradora e incentivadora. Segundo ela a agroecologia e o movimento são uma condição de transformação e autonomia das mulheres e do meio ambiente.

4.1.3 Maria Teixeira (Lia)

Maria Teixeira (Lia), como todos do Acampamento 8 de Março a chamamos, mulher Sem Terra, produtora, militante do MST há mais de 9 anos, divorciada, cristã, 54 anos, ensino médio completo, mãe de um casal de filhos, avó de duas netas, nascida em Cabeceira do Goiás. Está presente nas Figuras 20 e 21.

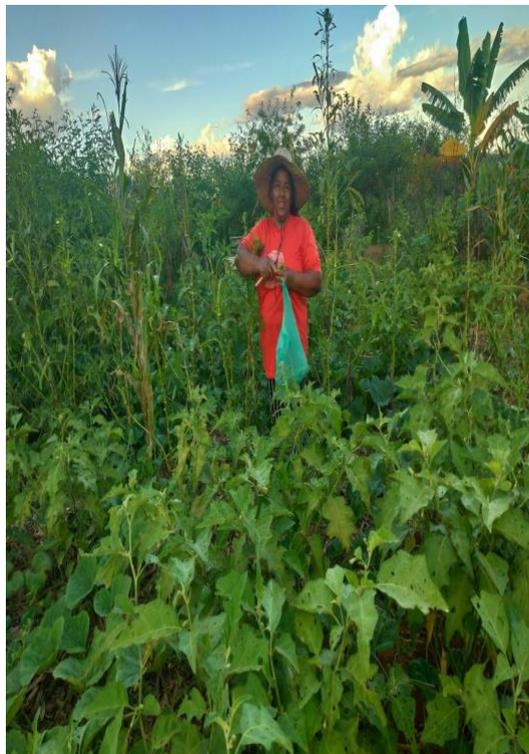
²⁰ É o modo de cultivo da terra de forma ancestral, área com espécies arbóreas nativas e exóticas, com a inserção de frutíferas, hortaliças, animais numa combinação sustentável e com rotatividade de culturas, que traz benefícios ecológicos e econômicos.

Figura 20 - Lia mão na terra



Fonte: Arquivo da autora, 2021

Figura 21 - Lia no meio de sua roça



Fonte: Arquivo da autora, 2021.

Aqui no acampamento faço parte do setor de produção e da Associação do MST do Acampamento Oito de Março há 9 anos. Além do setor de produção eu já contribuí do setor de finanças e fui dirigente regional do setor da frente de massas e também no setor FM do acampamento. Atualmente estou com a tarefa na diretoria da Associação dos Trabalhadores e Trabalhadoras e da Juventude Rural – ATJR, especificamente no conselho fiscal. (Lia, em entrevista realizada em fevereiro de 2021).

Lia tem uma determinação impressionante para aquilo que almeja realizar. Assim, não foi diferente de quando se interessou a conhecer o movimento. Ela foi persistente e, assim que teve a chance de se informar sobre, não hesitou na sua tomada de decisão de ingressar na luta pela terra.

Um certo dia, há 15 (quinze) anos atrás eu morava em Formosa e, passando pela BR-020, eu observei um acampamento no Oziel Alves III, na beira da estrada, fiquei com muita vontade de parar lá e me informar a respeito e já fiquei com vontade de participar, mas, naquele tempo eu ainda era casada, e meu esposo nunca quis parar e nunca dava, porque ele sempre estava com pressa. Ele falava: - Deixa pra próxima semana. E nunca parava. E aí quando me divorciei em 2010, eu passando por aqui em 2012 na DF-345 indo pra Formosa eu vi esse acampamento e pedi minha menina que parasse e me informei e, já senti muita vontade de fazer parte de movimento. E aí então eu me informei e procurei o dirigente da área, que na época era o Claudio, aí ele me deu todas as informações e orientações. Isso foi em um domingo, na segunda trouxe meu material e comecei a fazer o meu barraco e fazer parte do movimento, (Lia, em entrevista realizada em fevereiro de 2021).

A Lia é uma mulher que foi para o acampamento sozinha. Para trabalhar na roça, ela esquece todas as limitações e fragilidades. No acampamento, nenhum homem faz o que ela faz com a enxada na mão. Ela consegue transformar um espaço vazio, em um espaço cheio de vida e variedades. A Lia é uma defensora da bandeira da agroecologia nata.

E na minha parcela eu gosto muito de plantar, o meu dom é plantar mesmo e por isso, eu cultivo vários alimentos saudáveis e sustentáveis na minha parcela e no meu quintal. Não só no plantio de alimentos, mas, também na variedade de plantas medicinais que cultivo, cuido, uso, comercializo e faço doações e muitas trocas de mudas e semente com outras companheiras e companheiros do acampamento e fora dela também. Posso citar algumas culturas como mulungu, erva cidreira, capim - santo, manjeriço, alecrim, arruda, ora - pro - nobis etc. Esse cultivo é feito do individual ao coletivo. Eu escolhi o modo e acho importante produzir agroecologicamente, porque a gente já sabe, que enfrentamos situações arriscadas, onde maior parte da população come alimentos à base da produção alimentada com venenos e insumos químicos devorando a vida do ser vivo. (Lia, em entrevista realizada em fevereiro de 2021).

A Lia é um exemplo de mulher forte, ela não foge da luta. Teve momento no acampamento que ela passou por vários problemas com a falta de saúde, passou por uma cirurgia. E mesmo assim, ela nunca demonstrou fragilidade e falta de disposição. Ela nunca teve medo de assumir as tarefas do acampamento. Ela, diferente de outras mulheres, não teve medo de enfrentar o grande desafio de coordenar o setor da frente de massa da direção regional do movimento. Uma tarefa que poucas mulheres encaram. Quando ela está no acampamento, dificilmente a encontramos em seu barraco, precisando dela, vai logo na roça que a encontra.

Eu sou adventista do sétimo dia, e único dia que não trabalho na roça e nem em casa é no sábado. Então, tiro tempo para fazer as minhas tarefas e deveres de casa, basicamente na sexta feira que dou um tempo maior para a lida de casa, mas, se eu pudesse trabalharia somente na roça mesmo. (Lia, em entrevista realizada em fevereiro de 2021).

O nome de batismo e registro dela é Maria Teixeira, o que pra mim é super-representado pela figura da Lia, que na aparência é uma mulher com um tom de voz leve, com marcas do sol na sua pele, sem vaidade. Porém, uma verdadeira lutadora, quando ela pega seu facão e sua enxada e põe o seu chapéu de palha, não a vejo como a Lia mulher doce e sim como a Maria Teixeira Sem Terra e sem medo da luta, uma mulher que não foge da luta seja no acampamento, seja na ocupação, no trancamento da BR ou no espaço político e de debate.

4.1.4 Andreia

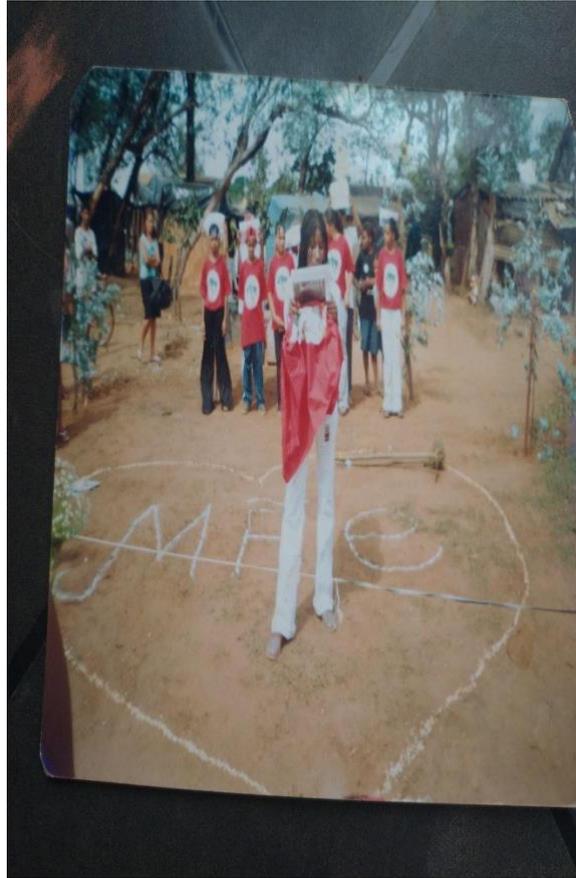
Andreia Santos, mulher Sem Terra, Figuras 22 e 23, militante, produtora e mãe da pequena Ariely de 5 aninhos, solteira, 35 anos de idade, assentada da reforma agrária no Assentamento Pequeno William, nasceu em Ituberá – Bahia, no dia 22 de junho de 1984, tem ensino superior incompleto. Andreia iniciou-se sua militância no MST no ano de 1996, na época uma criança de 10 anos, quando se tornou uma Sem Terrinha, com a ida dos seus pais para os primeiros acampamentos do MST, que foram o Sarandi e o Grotão.

Figura 22 - Andreia em sua parcela no Gabriela Monteiro



Fonte: Arquivo da autora, 2021

Figura 23 - Andréia participando da mística



Fonte: Arquivo da interlocutora, Andreia, 2004.

Eu despertei para a luta por causa da família ou até mesmo, porque meu tio era da frente de massas na época e, ele fez uma primeira reunião lá em casa, em São Sebastião, e aí minha família veio quase toda para acampar, e no primeiro momento fui levada pela família, no segundo momento foi por se identificar, gostar e foi por querer contribuir e dar continuidade na luta mesmo. (Andreia, em entrevista realizada em fevereiro de 2021).

Andreia é uma militante forjada da luta e das ocupações do movimento. Sua trajetória na militância começou bem cedo. Ela ficou acampada no Gabriela Monteiro e lá, ela contribuiu no setor de saúde, sendo a sua primeira tarefa pelo movimento. Também participou da primeira brigada de agitação e propaganda organizada pelo movimento no DF.

Depois na cultura e fui para o setor de direito humanos na direção. Fiz a primeira escola estadual do MST/DFE, formação de formadores, agitação e propaganda e, fui fazer cursos pela frente de massas na Escola Florestan Fernandes. Logo depois deu excedentes no Gabriela Monteiro e vim para o Pequeno William em 2005 (Andreia, em entrevista realizada em fevereiro de 2021).

A Andreia fez vários cursos de formação política pelo movimento, assumiu tarefa pela direção do movimento e, em certo período, saiu do Movimento Sem Terra e foi contribuir na luta do MATR. Em 2016, uma família desistiu da parcela no assentamento. Então, as famílias do assentamento se reuniram, indicaram o nome da Andreia e solicitaram ao Incra que fosse o nome dela para a avaliação. Ela foi a última a ocupar uma parcela no assentamento Pequeno William. Andreia teve um processo formativo constante no movimento, e isso a possibilitou a planejar o cultivo de sua parcela de forma agroecológica.

Aqui na parcela, nos plantamos mais e devido estarmos mais na reserva, como exemplo plantamos maracujás nos pés de pequi e das árvores, a partir de formações que temos, por exemplo no pé de pequi, cortamos algumas galhas, elas renovam e o maracujá acompanha no seu desenvolvimento e, inserimos outras espécies ao lado e mantemos as espécies frutíferas e nativas que estavam no Cerrado. (Andreia, em entrevista realizada em fevereiro de 2021).

Andreia, na condição de mulher Sem Terra e negra, por ter maior parte de sua vida vivendo em acampamentos, sabe muito bem que a luta pela terra depende de muita persistência, determinação e colaboração coletiva. Ela é uma mulher empoderada politicamente que continua contribuindo no coletivo de saúde e compõe a coordenação do assentamento atualmente.

Ela já foi da direção do movimento pelo setor de direito humanos. E conhece bem a importância que o manejo e a agroecologia têm para o MST e os benefícios para a saúde com a produção sem veneno e para a sua autonomia econômica.

No preparo do solo, não usamos nada de adubos químicos, usamos muito do esterco de gado, cama de frango e a podagem das árvores que vem da Novacap, e como não pode desmatar, nosso cultivo é mais no sistema de agroflorestas no cerradão mesmo. E assim, planto associando a capina para cobrir o solo e as sementes plantadas com o adubo orgânico que temos no momento. (Andreia, em entrevista realizada em fevereiro de 2021).

A Andreia já contribui no setor de produção e no coletivo de mulheres do movimento e no foro da mulher. Ela sempre contribui nos espaços políticos e no debate da agroecologia e das relações de gênero, pauta ativa do movimento.

4.1.5 Maria das Graças de Jesus Santana (Gracinha)

Maria das Graças (Gracinha), como todos a chamamos de forma carinhosa, mulher Sem Terra, produtora, militante do MST desde 2011, acampada da reforma agrária no 8 de Março, mãe solo de 4 filhos, tem 36 anos de idade, nasceu no dia 06 de abril de 1984 em Macaúbas – Bahia e cursou até o 6º ano do ensino fundamental. A princípio a luta dela pela terra iniciou-se para sair do aluguel e com o objetivo de conquistar um lugar para morar, trabalhar e criar seus filhos. Gracinha está na Figura 24.

Figura 24 - Gracinha na sua roça colhendo feijão guandu



Fonte: Arquivo da autora, 2021.

É conquistar um pedaço de terra pra eu trabalhar e alimentar meus filhos. Sobre a produção planto alimentos saudáveis, sem veneno, para ter uma boa saúde e pra eu aprender cada dia mais né, aprendendo com os agricultores, uns aos outros, pra eu poder plantar e ter uma sustentabilidade melhor pra todos. (Gracinha, em entrevista realizada em fevereiro de 2021).

A Gracinha entrou no movimento para acompanhar o marido na época, porém ela vivia doente e não participava de nada do movimento. Então, o seu ex-marido era quem fazia a luta. Ela ficou morando com o pai dos filhos por volta de 13 anos, um relacionamento muito abusivo, que causou uma profunda depressão e outras doenças. A Gracinha era uma mulher sem ânimo

para a vida, era parada no tempo quando chegou no acampamento. Muitas das vezes ficávamos sem vê-la por mais de três dias, pois ela não conseguia sair da cama.

Em 2003 eu arrumei um marido na Bahia, e vim morar com ele aqui em Brasília, aí quando engravidei do meu segundo filho ele me largou e foi embora pra São Paulo, voltei pra Bahia pra casa dos meus pais, muito doente, gravidez de risco, e sofri muito com o preconceito, então ele voltou pra Bahia quando o menino nasceu e disse que o filho não era dele e que por isso foi trabalhar em São Paulo, então meu pai pegou meu filho e criou e me obrigou a voltar pra ele. Eu tenho muitos problemas de saúde e vivia com depressão, engravidei umas duas vezes e perdia os meninos. (Gracinha, em entrevista realizada em fevereiro de 2021).

Ao decorrer do tempo, o ex-marido afunda-se mais no alcoolismo e, ela cada dia mais doente. Não tinha forças nem para cuidar dos filhos. As crianças, durante o ano, ficavam um tempo na casa dos avós na Bahia. O filho do meio de Gracinha ficou mais tempo de sua vida morando com os avós maternos.

Quando o relacionamento estava chegando ao fim, ela começou a assumir tarefas internas no acampamento, como participar das reuniões, das assembleias, de cursos no acampamento. E isso foi despertando nela o interesse de contribuir nas tarefas coletivas dos setores do movimento. Tal condição a levou a novos conhecimentos que não tinha anteriormente.

Plantar sem veneno, sem veneno e não colocar produto químico para não atingir a saúde de ninguém. [...] Esse movimento e o coletivo de mulheres do MST pra mim é muito importante, se não fosse a contribuição deles na minha vida, talvez eu nem estava mais aqui pra falar isso. (Gracinha, em entrevista realizada em fevereiro de 2021).

Maria das Graças tem o Movimento sem Terra como uma saída para a transformação da vida dela. Antes de começar a participar ela não tinha perspectiva e nem motivação para viver. Atualmente ela se transformou em outra mulher, saiu da profunda depressão e tem se motivado a cada dia mais a trabalhar e cuidar dos filhos e de si própria.

A Gracinha assumiu tarefas no acampamento e hoje é coordenadora do núcleo de base, é associada na associação do acampamento e na associação do coletivo de mulheres e contribui na montagem de cestas verdes para comercializar. Ela é uma pessoa que se comunica pouco ainda. Porém, quem a conheceu três anos atrás desconhece a mulher Sem Terra que nasceu e está no corpo e mente dela.

4.1.6 Nalvecir Evangelista Silva (Gil)

Nalvecir Evangelista Silva (Gil), como é conhecida no assentamento, solteira, ensino médio incompletos, tem 44 anos, nascida no dia 19 de fevereiro de 1977, no município de Sítio do Mato, no estado da Bahia, assentada da reforma agrária no Assentamento Pequeno William, tem 5 filhos e 15 anos de MST. A tarefa dela atualmente no assentamento é como secretária da Associação dos Produtores e Agricultores Familiar Esperança (ASPRAFES). Pelo movimento contribuiu, sempre na cozinha, sempre nos eventos ou atividades que estava presente e no assentamento está presente nos mutirões coletivos. Ela está presente na Figura 25.

Figura 25 - Gil regando sua horta em sua parcela



Fonte: Arquivo da autora, 2020.

Eu vim para o Movimento Sem Terra no intuito de conseguir um pedacinho de terra, para eu produzir e poder viver dela e fugir da cidade. O MST surgiu no Brasil em 1984, em busca de reforma Agrária e uma alimentação mais saudável, agricultura familiar dentre várias outras contribuições, como luta pelos direitos denúncias de injustiças entre outros, inclusive o direito a educação. Conheci através do meu ex-marido que me convidou a vim para o movimento e me falou sobre ele, mas só conheci realmente quando decidir largar tudo e fazer parte do MST até então nunca tinha ouvido falar. (Gil, em entrevista realizada em fevereiro de 2021).

A Gil relembra de momentos marcantes na vida dela no movimento e se reconhece enquanto mulher negra e militante de luta. Para ela, os pontos motivadores para se inserir na luta, foi ver a organização para se fazer uma ocupação de terra e a união de ver a base do movimento nas manifestações externas. Mesmo sabendo de tantos riscos de conflitos, seja com

o latifundiário, seja com a polícia. Para ela isso somente é possível por existir coragem, força e perseverança de um povo unido para o mesmo objetivo.

Todos os assentados do Pequeno Willian, sabem o que aconteceu, mais poucos estavam lá, pois a ocupação na Fazenda Toca da Raposa em 2004, originou-se em dois acampamentos Ireno Alves I e Ireno Alves II. outras pessoas como eu e minha família, começamos a contribuir a partir dali, onde foi decidido em reunião que, o acampamento Ireno Alves II, seria agora Acampamento Pequeno Willian em homenagem ao Sem Terrinha de um ano e meio que veio a óbito após consumir a água da mina que estava contaminada pelo uso de agrotóxicos utilizados na época, na até então Fazenda Toca da Raposa. (Gil, em entrevista realizada em fevereiro de 2021).

Outra motivação para a Gil entrar na luta e conquistar uma parcela era conhecer outro horizonte fora da violência que os centros urbanos ofereciam. E para tirar os filhos da rua e ter um trabalho digno para ela e para a sua própria família.

Pra mim hoje, ser uma mulher Sem Terra, é um dos meus maiores sonhos realizados, pois eu tinha muito medo de meus filhos crescerem na cidade, com a violência que naquela época já era demais, imagina na atualidade. Morávamos em uma cidade muito violenta., onde vi muitos jovens perder a vida, bem próximo a porta da minha casa, garotos de 15 anos, que perdeu a vida e isso, me fez sentir muito medo, dos meus filhos entrarem no mundo do crime, de se perderem também. E isso foi o que mais me deu força para entrar no movimento e isso, me fez lutar por um pedacinho de terra, para eu poder plantar e ter mais um pouco de sossego com os meus filhos e ter a liberdade de plantar e colher o que eu quisesse, sem precisar estar pedindo autorização pra ninguém. (Gil, em entrevista realizada em fevereiro de 2021).

A vida da Gil não foi fácil, de família nordestina e sem condições financeiras, teve que sair bem jovem do interior para a cidade, em busca de trabalho. Porém, na cidade, a vida não é fácil para meninas negras, pobres e sem estudo. Logo casou-se e teve filhos, mas o casamento dela não deu certo, se constitui em um ciclo de violências jamais desejada e vivida por ela e por seus filhos.

Muitas vezes pensei em me livrar dele, porém, sempre desistia, pois tinha medo de não dar conta de pagar um aluguel com os meus filhos pequenos e fui me definhando ao lado dele, até aquela manhã, que me levantei e disse hoje é o dia que vou me libertar, mesmo que eu tiver que morrer, vou morrer, se tiver que lutar eu vou lutar e fui embora, deixando ele na chácara. Era a única maneira de me livrar dele, era abandonando tudo que eu tinha. (Gil, em entrevista realizada em fevereiro de 2021).

A Gil, diferente de outras mulheres, teve a coragem e a determinação de lutar e se separar. Depois de muito tempo, após a separação, ela se transformou na mulher Sem Terra que é hoje, livre, batalhadora e decidida. Voltou para a sua parcela, assumiu o comando da sua

própria vida. Hoje ela se transformou em uma mulher com autonomia e sem medo de lutar por aquilo que almeja.

4.1.7 Maria Barbara Pereira Santos (Barbara)

Barbara, figuras 26 e 27, mulher Sem Terra, militante, dirigente, produtora e artesã, tem 51 anos, nascida no dia 04 de dezembro de 1969, em Bacabal no estado do Maranhão, solteira, acampada da reforma agrária no Acampamento 8 de Março, estudou até a 7ª série, tem um filho. Participa do MST há 9 anos, atualmente está na tarefa do setor de cultura da direção regional do MST/DF, faz parte do coletivo de mulheres Sem Terra “As do Cerrado”, do Núcleo Produtivo Lobeira do Cerrado, e já contribui em vários setores como educação, finança, saúde e como coordenadora de núcleo de base.

Figura 26 - Bárbara fazendo seus artesanatos



Fonte: Arquivo da autora, 2020.

Figura 27 - Bárbara colhendo cenouras e berinjela



Fonte: Arquivo da autora, 2021.

A minha chegada no movimento foi rápida, rsrs, fui uma vez visitar o acampamento e gostei, o meu objetivo também, era conquistar a minha parcela. E na convivência dentro do movimento a gente, vai se apegando de uma tal maneira das coisas da luta e dos objetivos, nossos direitos, então, isso tudo fez com que eu me inserisse mais na luta, e cada dia eu gosto mais de estar no movimento. (Maria Barbara, em entrevista realizada em fevereiro de 2021).

Bárbara é um exemplo de disposição para a luta. Ela tem o toque da organização, é uma mulher Sem Terra, muito discreta e elegante. Ela é do tipo que vai para a roça capinar, participa do trabalho coletivo e mutirões e, volta com a roupa e os pés limpos. Ela faz o manejo dos canteiros e montam as cestas do núcleo produtivo e não quebra uma unha. É impressionante, como ela sabe e consegue ser organizada e disciplinada.

Por um longo tempo na luta, éramos afastadas uma da outra. Ela foi uma das últimas mulheres do acampamento com quem fiz amizade. Antes, havia um distanciamento entre nós duas, eu a julgava como uma mulher metida que estava no espaço errado e ela me olhava como a mulher sargentona. Começamos a nos conhecer de verdade em 2018, quando nos aproximamos e conversamos mais, o que foi crucial que para hoje tenhamos uma verdadeira admiração mútua, enquanto mulheres Sem Terra, companheiras e amigas. Nos tornamos

“chicletes”, se ficamos dois dias sem nos falarmos, longo já sentimos falta, e ligamos para saber se estar tudo bem.

Há três anos estamos trabalhando junto a outras mulheres, em campanhas de solidariedade, de cooperação e comercialização da produção das mulheres Sem Terra, de acampamentos e assentamentos no território de Planaltina - DF, em tarefas dadas pelo MST, como trabalho de base e doação de comida a quem tem fome nas periferias urbanas do DF.

Bárbara foi vítima de um câncer na mama em 2019 e, durante o processo do tratamento ainda tinha disposição para me fazer sorrir. Ela passava pelas quimioterapias e saía do procedimento toda grogue, mas quando eu perguntava: Como está se sentindo, mulher? Ela respondia sempre: “Estou bem, linda, forte e gostosa”. Bárbara nunca se recusou em contribuir ou participar das tarefas indicadas pela coordenação ou direção do movimento.

Eu já produzi muito há um tempo atrás, mas tem dois anos que eu não estou produzindo por motivo de doença, como muitos sabe no movimento eu tive um problema de câncer e agora estou em tratamento ainda, mais não deixei produzir no meu quintal, tenho muitas plantas, tanto frutífera como medicinal. (Maria Barbara, em entrevista realizada em fevereiro de 2021).

Muitas das vezes ela fazia as sessões de radioterapia, e no outro dia, enfrentava horas nas reuniões organizativas do movimento ou processos de formação. Durante o tratamento ela passou a contribuir na brigada do movimento que fazia trabalho de base e depois na campanha de solidariedade em tempos de pandemia.

Mesmo ela estando no grupo de risco, ela não se isolou totalmente. Muitas das vezes quando olhávamos, lá vinha a Barbara, com sua sombrinha, álcool, máscara e muita disposição para fazer o debate nos espaços que precisassem. Ela é uma mulher muito direta, fala pouco, tem o timbre de sua voz baixo. Ela chega de mansinho e se coloca, como mulher Sem Terra, acampada e dirigente do MST. Maria Barbara, para mim, é um exemplo de superação e disposição.

4.1.8 Adriana Fernandes (Drica)

Adriana Fernandes (Drica), como é chamada no assentamento, mulher Sem Terra, produtora, militante do MST há mais de 22 anos, nasceu em Goiânia- GO, mestre pela UnB em Educação do Campo, 51 anos, divorciada, mãe, avó e assentada da reforma agrária no Assentamento Pequeno William. Ela já contribuiu em todas as instâncias organizativas do

Movimento Sem Terra e já passou por vários setores e coletivos contribuindo na luta pela terra e pela transformação dos Sem Terra. Está presente na Figura 28.

Figura 28 - Drica Fernandes pronta para o plantio das bananeiras em sua parcela



Fonte: Arquivo da autora, 2021.

[...] Por 2000 no setor de educação, que era um coletivo também, depois veio o coletivo de direitos humanos, saúde, produção, voltei pra educação, fui pra cultura, DFE e voltei contribuindo com o coletivo de novo de educação. Dentro do assentamento Pequeno William, que estou, desde de 2009, eu contribuí com a educação e produção. Hoje faço parte da coordenação coletiva dentro do assentamento e da construção da escola viva de agroecologia que a gente pretende implementar na área comunitária Gaspar Martins né. Então, estou nessa coordenação também de pensar e propor a estrutura dessa escola viva de agroecologia. (Adriana Fernandes, em entrevista realizada em fevereiro de 2021).

Adriana Fernandes é uma militante carregada de histórias em sua memória de momentos vividos em prol da luta pela terra. Em 1997 foi quando ela ouviu falar e chegar a marcha nacional do MST, em Brasília, porém, ela não conhecia quase nada do movimento, apenas ficou sabendo que era um movimento que fazia a luta pela terra e que o povo marchava em defesa de seus direitos.

Em 1999, quando eu aproximei e ingressei no movimento, comecei por Minas Gerais, Noroeste Mineiro né, então, a gente fazia trabalho de base, aqui em Brasília pra montar acampamentos em Minas Gerais. Então foi quando eu fui pra Arinos, que eu fazia parte do Acampamento Chico Mendes, que depois virou Assentamento Chico Mendes, onde a gente tornou excedente da área, que não comportou o número de família que tinha na área. A gente foi para Buritis de MG. (Adriana Fernandes, em entrevista realizada em fevereiro de 2021).

Tornar-se militante para Adriana Fernandes foi algo novo na vida dela. Na época ela era casada e seu ex-companheiro se tornou militante também do movimento. Em 2002 eles foram assentados da reforma agrária em Buriti de Minas, no Assentamento Mãe das Conquistas. No ano de 2005 ela se separa e vem contribuir pelo movimento na coordenação do Centro de Formação Gabriela Monteiro na região de Brazlândia no DF.

Então eu entro no PW em 2006 e fui assentada no Oziel Alves III, abriu um espaço para mim ser assentada no Oziel Alves III e fiquei 2 (dois) anos no Oziel e fui pra Unai. Saí do Oziel para Unai decorrente aos processos que a gente vivenciava, abrir mão de ser assentada lá, para poder estar juntos de outros companheiros, pra poderem evitar uns processos aí, difíceis que estávamos vivenciando de conflito. Aí em 2010, a gente veio pra área aqui do PW e venho participando dos processos de formação do assentamento, desde a época de acampamento mesmo, que era pensar qual era o projeto de assentamento, que a gente queria enquanto MST. Em 2013 fui contemplada na relação de beneficiário do Assentamento com a parcela Panteras Negras. (Adriana Fernandes, em entrevista realizada em fevereiro de 2021).

Drica Fernandes é uma mulher determinada, corajosa e muito forte. Ela serve de referência para muitos militantes. Ela é exemplo de resistência, passar por tudo que essa mulher tem passado sem deixar cair na ribanceira, são poucas que conseguem. Ela é uma militante com experiência em quase todos os setores do movimento. Muitos até dizem que ela é a mulher histórica na luta do MST por sua vasta contribuição no movimento.

4.1.9 Valdeni de Sousa Bispo

Valdeni de Sousa Bispo, presente na Figura 29, evangélica adventista, mulher Sem Terra, acampada da reforma agrária e moradora do Acampamento 8 de Março, tem 53 anos, é casada há 34 anos, tem o ensino fundamental completo, mãe de quatro filhos, nasceu na Bahia em Sitio de Mato - Bahia. Ela tem dez anos de movimento. Atualmente está nucleada no setor de saúde do Acampamento 8 de Março e também associada na Associação dos Trabalhadores Rurais e da Juventude Rural (ATJR) do Acampamento 8 de Março. Já contribui no setor da finança e da produção do acampamento pelo Movimento Sem Terra.

Figura 29 - Valdeni e sua produção consorciada na sua pequena roça



Fonte: Arquivo da autora, 2021.

O setor que eu mais gosto é o setor da saúde que ajuda ao próximo e onde a gente entende a situação das pessoas que estão dentro do acampamento e ver tudo o que está ocorrendo ao redor da gente e a gente cuida da pessoa com os nossos remédios medicinais que produzimos aqui no acampamento. Quase sempre fazemos o tratamento aqui dentro mesmo do acampamento. Eu morava na roça na Bahia e tive um problema muito sério na Bahia e lá não tinha como fazer o tratamento e eu vim com um amigo, que vinha para a casa de apoio na região de Brazlândia. Ai quando cheguei na casa de apoio encontrei esse movimento organizado na frente da casa de apoio. Eles me deram a mão e me convidaram a fazer parte do MST. Então eu gostei muito, através do movimento consegui fazer meus tratamentos. (Valdeni, em entrevista realizada em fevereiro de 2021).

Valdeni é apenas mais uma mulher que saiu do seu estado de origem em busca de tratamento, com a diferença de que ela não retornou ao seu estado, onde deixou os seus familiares. Aqui no DF ela viu uma oportunidade de viver melhor, após ser acolhida pelos militantes do MST no ano de 2011.

O Acampamento que comecei a luta foi o Canaã em Brazlândia e lá percebi que a gente podia traçar outros objetivos, além só de morar. Tão foi lá que me nucleei no setor da saúde pela primeira vez, foi onde aprendi a medir pressão, fazer tudo. E por isso continuei andando com o movimento e fazendo os meus tratamentos em hospitais como no Hospital Regional da Asa Norte (HRAN). Hoje estou bem, graças a Deus. Depois que eu entrei no movimento aprendi muita coisa na vida e na roça. Porque eu sei mexer com a roça, aqui no Acampamento 8 de Março eu produzo verduras, hortaliças, grãos e ervas medicinais para entregar na cesta do núcleo de produção agroecológica Lobeira, organizado pelo movimento e graças a Deus eu estou aprendendo muito. A gente recebe muitas pessoas e organizações aqui e elas trazem cursos, palestras, oficinas, palestras, roda de conversas com temas importantes para a gente mexer com a terra. (Valdeni, em entrevista realizada em fevereiro de 2021).

A Valdeni é a pessoa do acampamento que mais conhece a minha história e da minha família. Ela para mim é como se fosse uma irmã de criação, pois em 2011, quando nos reencontramos no Acampamento Canaã, em Brazlândia, descobri que ela era filha do meu padrinho de batismo e que convivemos juntas na infância. Nossos familiares moravam no mesmo povoado, no interior da Bahia. E quando eu era criança ficava muito na casa dos pais dela.

Então, nosso reencontro serviu para selar uma amizade e consideração de família mesmo. E no acampamento ela é sempre prestativa com todas e todos, uma companheira de luta. A cada dia disponibiliza-se a aprender e reaprender sempre. Uma fiel defensora do MST.

4.1.10 Edite Ribeiro Sousa

Edite Ribeiro Sousa, presente na Figura 30, tem 66 anos, ela é viúva, cristã protestante, pastora pentecostal, assentada da reforma agrária no Assentamento Pequeno William, natural de Sitio do Mato – BA, mãe de 10 filhos, sendo 5 filhos e 3 filhas vivos, 18 netas e 9 netos e 3 bisnetos. Nunca foi a uma escola reconhecida pela Secretaria da Educação (SE), aprendeu a ler soletrando, escreve poucas palavras. Ela diz que aprendeu mais lendo a Bíblia Sagrada.

Dona Edite é uma mulher Sem Terra com disposição a sempre aprender mais, seja nos artesanatos, na produção agrícola ou na fé. Ela é uma senhora com mente jovem e, quando a chamamos de velhinha, logo retruca: “Velhinha é estrada e sempre se renova!”. Para ela, os limites precisam ser quebrados para que os objetivos sejam conquistados, enquanto estamos vivos. Porque a morte não é território de quem está vivo, para quem é preciso trabalhar e viver. Aos mortos cabe “o descanso do trabalho”.

Dona Edite é muito extrovertida, suas brincadeiras não são de uma pessoa idosa. Ela ainda enfatiza dizendo: “Quem não sabe brincar, não brinca”. Ela é a mulher que não tem medo de pegar no machado e lascar sua própria lenha. Ela está sempre armada com a sua bíblia e desperta para lutar sempre.

Figura 30 - Dona Edite e seu plantio de feijão em sua parcela no Assentamento Pequeno William



Fonte: Arquivo da autora, 2021.

Dona Edite tem quase 12 (doze) anos de MST, e já contribuiu na coordenação da infraestrutura do Acampamento Canãa, do setor de produção do MST e já foi coordenadora de área do Acampamento 8 de Março e no Assentamento Pequeno William está contribuindo na coordenação do núcleo de base, faz parte da Associação dos Produtores e Agricultores Familiar Esperança (ASPRAFES) e do coletivo de mulheres Sem Terra do Assentamento.

Nasci, cresci, casei, morei e tive meus filhos na roça, na Bahia, na verdade somente os dois filhos caçulos nasceram em um hospital. Em 1985 sai da roça e fui morar na cidade de Bom Jesus da Lapa – BA e vim morar em Brasília em 1990. Em final de 2010 fui convidada por uma vizinha na Estrutural, para ir ao acampamento que ela fazia a luta pela terra a Mariinha, então, ela já era militante do MST. Foi assim, a minha trajetória até conhecer o MST. (Dona Edite, em entrevista realizada em fevereiro de 2021).

Dona Edite relata que apesar de conhecer o Movimento Sem Terra em 2010 e ter gostado muito, apenas em 2011 ela conseguiu se inserir na luta. Devido estar casada e seu companheiro ser um alcoólatra e estar com a saúde comprometida, não era possível naquele momento acampar.

No início de 2011 minha vizinha falou-me que eles iriam fazer uma ocupação nova, conversei com Manelo, meu finado marido, porque ele já estava alguns meses sem beber pinga, ele disse que não iria, então, eu fui, porque sempre gostei de roça, fiz meu barraco, me nucleei e comecei a contribuir na cozinha coletiva da ocupação do Dorite, em Brazlândia. A princípio eu ia durante o dia e a noite voltava para casa na Estrutural. No dia 26 de fevereiro de 2011, meu marido faleceu, e fiquei sem chão, sem saber o rumo sem ele, tinha que aprender caminhar sem ele. Então, como não tinha mais ele ao meu lado, tive que tomar minhas próprias decisões, me joguei na luta com o movimento pela terra, porque lá eu sentia amparada pelos companheiros e companheiras, meus dias se tornaram mais curto (Dona Edite, em entrevista realizada em fevereiro de 2021)

Dona Edite, encarou a luta pela terra com zelo, pelos princípios do movimento. Ela diz que começou a participar de todas as atividades organizadas pelo movimento, para aprender e conquistar sua parcela futuramente. Sabia que o MST era a sua única oportunidade de voltar a suas origens rurais, porém, na capital do país.

Em março de 2012 fomos para uma atividade de massas no plano, aí os dirigentes falaram, leve o kit sem-terra, porque não temos dias pra voltar. Fiquei muito animada, pra ver o que iria acontecer lá. Então, só no final da tarde que eles nos informaram, que a nossa jornada de luta pela terra continuaria e, então, seguimos e fizemos outra ocupação na jornada de luta das Mulheres Sem Terra do dia internacional da mulher. Que foi a quarta ocupação da área que é o Acampamento Oito de Março na região de Planaltina DF. (Dona Edite, em entrevista realizada em fevereiro de 2021).

Para Dona Edite essa atividade foi algo novo na vida dela, pois relata que a cada hora vivia várias emoções, ela diz que nunca tinha visto tantas mulheres juntas e organizadas em um só lugar. E que a carreta se perdia de vista, que era muito lindo de se ver, tanta alegria para algo desconhecido para ela.

4.1.11 Zelândia Maria de Jesus

Zelândia Maria de Jesus, representada na Figura 31, mulher Sem Terra, militante, Solteira, com o ensino fundamental incompleto, 46 anos, nascida no dia 28 de dezembro de 1974, em Riachão das Neves-BA, tem quatro filhos, avó e três netos, acampada da reforma agrária no 8 de Março, está no MST há 9 anos, no momento está como coordenadora de núcleo de base, já contribuiu com o setor da Frente de Massa, finança, como representante de área e faz parte do coletivo estadual pelo setor da Frente de Massa (FM).

Figura 31 - Zelândia e sua produção no quintal



Fonte: Arquivo da autora, 2021.

No dia 07 de junho do ano de 2012, fiquei sabendo que o MST tinha ocupado pela quarta vez a toca da raposa a margem da BR-020 na localidade da DF-345 km 12, fiquei curiosa e fui até lá. Chegando lá conheci o movimento, e decidi fazer parte, que até hoje me encontro, eu conheci o lado do movimento que não era pelo o que a mídia falava, lá eu descobri por quê aquele povo luta, entendi realmente a luta daquele povo que luta pela saúde, educação, reforma agrária, e por todos os setores da sociedade, um movimento que luta pelas minorias, foi aí que eu me encontrei e decidi pertencer a esse movimento. (Zelândia Maria, em entrevista realizada em fevereiro de 2021).

Zelândia, como é chamada no acampamento, saiu da casa de sua mãe na Bahia muito jovem, ela se tornou mãe solteira de uma menina, que na época ficou com a avó para que ela pudesse trabalhar em Brasília, que foi para onde decidiu partir em busca de novas oportunidades. Ela chegou no DF e conheceu o pai de seus três filhos onde viveu um relacionamento abusivo por mais de 25 anos.

Eu sou uma mulher Sem Terra que passa por problemas decorrentes na vida de muitas mulheres, com filhos, marido, parentes, e demais problemas. Principalmente quando

vive com homem violento, quando bebe. Eu vou falar de mim mesma, da minha própria experiência de vida. (Zelândia Maria, em entrevista realizada em fevereiro de 2021)

Zelândia é uma mulher que tem uma memória de HD gigante. Apesar de pouco estudo, ela consegue memorizar dias, meses, anos, encaminhamentos e assuntos abordados ao longo de sua jornada de luta. Ela consegue reprisar momentos ocorridos que outros, muitas das vezes, não conseguem.

Ela é uma mulher guerreira, não foge da luta. Zelândia sempre é a primeira nos enfrentamentos e a última a correr. Nos trancamentos de BR já levou várias borrachadas da polícia no lombo e spray de pimenta na cara. A Zelândia, fala muito alto, e quando abre a sua boca todos e todas a reconhecem e sabem onde encontrá-la.

Zelândia é comparada por mim, como a Maria Bonita, a cangaceira do nordeste, esposa de Lampião, por não correr de briga. Pensa em uma mulher nada delicada, é Zelândia. Porém, ela é uma companheira de qualquer momento, independente da hora, se precisar, pode contar com ela. Apesar de ser a mulher brigona do acampamento, quer ser inimigo dela, basta ser inimigo das linhas políticas do Movimento Sem Terra.

Ela não corre de tarefas dadas pelo movimento. É uma defensora nata do MST, uma militante que briga com qualquer pessoa que infringe as normas e princípios do movimento. Em janeiro de 2020 ela se separou e caiu de corpo e alma na luta do movimento. O que ela não podia fazer antes, para a luta coletiva do movimento, hoje não tem medo de fazer.

4.1.12 Iraíza

Iraíza, presente na Figura 32, mulher Sem Terra, produtora, mãe, 44 anos, natural de Cristalândia - Piauí, viúva, assentada da reforma agrária no Assentamento Pequeno William, associada na Associação dos Produtores e Agricultores Familiar Esperança (ASPRAFES) e coordenadora do núcleo de base do assentamento.

Figura 32 - Iraíza em sua parcela



Fonte: Arquivo da autora, 2021.

Conheci o movimento em 2006, quando conheci o Gaspar através da minha sobrinha, Ele era militante, dirigente do MST e assentado no Menino Jesus e ele entrou no movimento desde 1992. A gente acabou se casando, depois de dois anos e meio de casados, viemos para o Pequeno William. Ai no caso, viemos para o acampamento, nesta área em 2010. (Iraíza, em entrevista realizada em fevereiro de 2021).

Iraíza é uma mulher linda de se vê, educada, pacificadora, companheira, muito tímida, porém, tem um sorriso e um semblante angelical, que transmite segurança, confiança e tranquilidade. Ela tem um tom de voz com muita leveza, ao se pronunciar. Age com tamanha delicadeza com as outras pessoas. Mas, tem a força de uma leoa para defender aquilo que acredita, sem fugir dos preceitos da educação.

Iraíza é uma mulher inteligente, sábia e muito decidida. Ela tem uma comunicação clara e consegue dialogar sem alterar a sua voz, mesmo em momentos de emoções fortes. Uma verdadeira *lady*. Ela carrega a tristeza de ter encontrado seus dois filhos pequenos e o pai deles desfalecidos na roça, pertinho de sua casa no assentamento. Mas essa perda encorajou-a a ser forte e não desistir daquilo que o finado marido acreditava, na luta do MST. Ela sabe e sente muito o distanciamento das famílias nas atividades do movimento, porém reconhece a importância da participação para a conquista.

Tem uma questão complicada que a gente padece muito né, a gente precisa é de participar, mas nós assentados moradores sofre a mesma questão e todos reclama disso, que é o afastamento das ações de massa e de luta. É claro que com a Covid piorou, que nem uma reunião presencial não podemos fazer mais, lógico que antes já tinha pessoas acomodados, cada qual na sua parcela e acha que não precisa mais do outro e do movimento. A gente sabe que não é bem assim, as coisas, a gente precisa continuar juntos né, continuar a dar a mão um pelo o outro e todo mundo pensa desta forma né. E o que a gente pode fazer? Eu não sei. O Gaspar na época de acampamento falava exatamente isso, que quando uma pega a sua parcela, infelizmente a maioria pensa só na sua parcela e não precisa de mais nada e que tem é que viver a sua própria vida. Está aí o resultado, um assentamento que poucos vão pra luta em prol dos outros que não chegaram à terra. Antes, quando tinha um problema com um, todos se ajuntavam para resolver. Hoje, se um tiver um problema e pedir ajuda, todo mundo sai correndo pelo mato ou fecha os olhos e finge que não está ouvindo. (Iraíza, em entrevista realizada em fevereiro de 2021).

Iraíza é um doce de mulher, tem uma paciência infinita. Eu, enquanto militante do movimento, tenho um verdadeiro apreço por ela e pelos filhos, pois, o ex-marido dela, finado Gaspar, foi um militante que me ensinou muito, sobre a organicidade do movimento. Quando entrei no movimento ele foi um dos homens a quem eu procurava, estava sempre a aprender com ele. E daquela convivência que tive em pouco tempo com ele, foi o caminho para conhecer a companheira Iraíza.

4.1.13 Maria de Jesus Silva (Dona Maria do Soneca)

Maria de Jesus Silva, (Dona Maria do Soneca), como é conhecida no acampamento, mulher Sem Terra, militante, produtora, aposentada, avó, católica, ela tem 5 filhos, é viúva, estudou até a 4ª série. Nasceu em uma cidade no interior da Paraíba, os avós e os pais dela sempre foram agricultores. Em boa parte de sua a vida, antes de vir para o DF, trabalhava na roça. Ela é uma mulher de estatura pequena, mas de grande exemplo de vida. Dona Maria é uma guerreira, uma mulher de fibra, resistência, sabedoria e muito humilde. Está representada na Figura 33.

Figura 33 - Dona Maria em seu quintal



Fonte: Arquivo da autora, 2021.

Dona Maria é uma mulher que está sempre a disposição para a luta do movimento a qualquer hora do dia ou da noite. Para ela não existe limite para trabalhar, ajudar e alegrar as pessoas com aquele sorriso que ela tem no rosto. Ela é uma senhora de 75 anos com uma disposição para a vida jamais comparada. Ela é uma militante do MST que tem verdadeiro apreço pela bandeira e pelos princípios do movimento. Ela fala que é uma honra ser uma Sem Terra e morar no acampamento.

Quando teve esse acampamento aqui, tive um vizinho que me convidou e eu vim, cheguei aqui, gostei e me nucleei junto com a companheirada. E foi muito bom pra mim, foi aqui que aprendi a ler, foi onde aprendi o que é companheirismo com o povo do acampamento, o povo do MST, onde é um povo solidário, que ensina, que ajuda, que cuida. Se tem uma pessoa doente eles cuidam, arruma o remédio, arruma o carro, leva para o hospital. Quando cheguei aqui, vi o sistema do acampamento, eu resolvi ficar, e aqui já estou há quase dez anos. Adoro o povo daqui, quando cheguei aqui tinha setecentas e tantas famílias, agora nós temos umas oitentas e poucas famílias nucleadas e mais de duzentas pessoas no acampamento todo. Para mim são meus irmãos e irmãs, filhos, netos e bisnetos, esse povo tudo daqui. (Dona Maria, em entrevista realizada em fevereiro de 2021).

Dona Maria do Soneca é uma mulher respeitada, do grande ao pequeno do acampamento, uma mulher com uma determinação incrível, ela fala baixo e transmite tranquilidade. Porém, quando ela se zanga, fica difícil segurar aquela velhinha. Ela cuida de 3 filhos adultos, um tem problema com o alcoolismo e dois tem deficiência mental. Um dos filhos dela é totalmente dependente dela para comer, tomar banho, vestir roupa, tomar a medicação diária. E ainda é necessário o cuidado para ele não fugir e sair do acampamento.

Ela é uma supermãe, protetora, acolhedora e uma fera para defender seus filhos de qualquer situação. E não somente os filhos, mas qualquer pessoa que necessite de apoio. Ela é muito amada. Sinceramente, no acampamento ninguém se contrapõe a ela em seu momento de fala.

Você acredita que tem rapaz aqui, um povo que não tem vergonha de eu ser uma velha, se estou suja, eu sou pessoa do mesmo jeito. Eles me tratam, é oi dona Maria, até as crianças de dois ou três anos passa e me cumprimenta oi dona Maria, benção dona Maria. Tem uns aqui, que eu morro de felicidade, quando eles passam e me tomam a benção, aí eu entro pra dentro sorrindo e feliz. Aqui tem um rapaz, muito especial pra mim, é o Junior. Porque, é Deus que abençoa ele mesmo, esse rapaz, sofreu um acidente, ficou em coma, fez várias cirurgias, todos pensava que ia morrer, mas, Deus o trouxe de volta pra nós. Ele continua sendo uma graça, uma benção para Deus e para mim. ele não passa por mim, sem me abraçar e mim me pedir a benção, eu fico sorrindo de tanta felicidade. Aí quando eu entro pra casa, emocionada com esse rapaz. Ele fala: benção dona Maria. E digo Deus abençoe esse jovem, esse companheiro que me dá tanta atenção, no ponto de me tomar uma benção todos os dias, né maravilhoso? (Dona Maria, em entrevista realizada em fevereiro de 2021).

Dona Maria é uma senhora linda, batalhadora, não para de se movimentar. Quando não é nos afazeres de casa, que já são muitos, ela ainda organiza seu tempo para plantar, limpar e colher sua roça. O mais impressionante é que ela sempre se coloca para contribuir nos trabalhos coletivos do acampamento. Ela é um exemplo de mulher Sem Terra, jamais deve ser esquecida nas memórias e nas histórias do povo do MST. Todas e todos os militantes do acampamento agradecem a Deus por permitir a vida e a alegria que dona Maria tem conosco. É muito difícil falar dessa mulher maravilhosa, por não achar palavras que definam essa pessoa linda que é ela.

4.2 A FORMAÇÃO SE DÁ A PARTIR DA TEORIA E DA PRÁTICA: ELAS SÃO A MINHA INSPIRAÇÃO!

As quatro mulheres Sem Terra apresentadas aqui nesta sessão, são colaboradoras imprescindíveis para a minha tomada de decisão em me tornar militante do Movimento Sem Terra. Elas são militantes do MST, assentadas e acampadas da reforma agrária com uma vasta experiência de vida militante. Neste trabalho pretendo compartilhar um pouquinho sobre elas,

no intuito de demonstrar a importância que elas têm para mim, tanto na minha condição pessoal como profissional e de militante.

Elas são valorosas e corajosas, foram fundamentais para meu despertar para esta pesquisa. De maneira enfática elas reafirmam a dimensão, a importância da luta pela terra e pela militância. Demonstram a beleza dos saberes militantes para as reflexões nas relações coletivas e no contexto da luta pela terra e pela reforma agrária, com desafios em gênero e em agroecologia diante da luta diária, sobretudo, quanto às questões territoriais e pessoais de suas vidas cotidianas.

São essas mulheres nas quais me inspiro a cada dia em continuar na luta no MST. Diante das minhas dificuldades, logo me coloco no lugar delas e penso como elas. Como reagiria diante de uma situação como essa? Procuo a resposta, buscando na minha memória alguma palavra ou lembrança de momentos que as vi em ação, tanto no trabalho ou na luta coletiva, nos momentos de debate ou nas místicas em que elas estiveram presentes. A existência delas é fundamental para este processo de aprendizado que vivo. Elas nunca me negaram a escuta, disposição, acolhimento e incentivo para continuar a lutar por aquilo que preciso e acredito.

Elas foram as primeiras mulheres Sem Terra do MST a me incentivar a participar de cursos de formação e assumir as tarefas organizativas do movimento, sempre dizendo: “Vai, você consegue, se precisar de mim, pode contar comigo”. Nas minhas angústias, necessidades e dificuldades na militância e na pesquisa sempre recorro a elas e elas sempre têm algo a me dizer, nunca falta palavras e atitudes para encorajar a continuar. Aqui começo falando desta mulher responsável por me gerar e permitir que eu nascesse, Dona Edite, Figuras 34 e 35, minha coluna.

Figura 34 - O quintal como um dos refúgios favoritos de Dona Edite.



Fonte: Arquivo da autora, 2021.

Figura 35 - O artesanato é outro dos refúgios favoritos de Dona Edite.



Fonte: Arquivo da autora, 2021.

Dona Edite é a mulher Sem Terra número um da minha vida. Ela é a mãe da pesquisadora deste trabalho, que tem um eterno amor e gratidão incondicional por ela. Falar da história de vida dela é muito gratificante pra mim. Dona Edite enfrenta grandes desafios desde seu nascimento.

Filha dos camponeses falecidos Joana Ribeiro da Silva e Cesário Oliveira Sousa, naturais do Bahia. Dona Edite nasceu no dia 25 de maio de 1955, dia em que sua mãe, Joana, faleceu no ato de seu nascimento. Então, ela foi criada pela sua avó materna, a Senhora Aurea Maria de Jesus, conhecida como Dona Sinhá, falecida no dia 05 de fevereiro de 2009 em sua casa na Cidade de Sitio do Mato - Bahia. Dona Edite teve um irmão mais velho que ela, chamado João. Ele casou-se e teve uma filha, hoje com 46 anos, chamada Maria Rosa Ferreira, única sobrinha de sangue de Dona Edite. Ela perdeu seus pais e seu irmão muito cedo, então a família genealógica de Dona Edite hoje é constituída pelos filhos, netos e bisnetos.

Tempos após o falecimento de sua mãe, minha avó Joana, seu pai, meu avô Cesário, casou-se novamente com Dona Vicência, a madrasta, da qual Dona Edite gostava muito. Porém, Dona Vicência faleceu em 2014. Eu e meus irmãos chamávamos Dona Vicência carinhosamente de “ioiô”, por ser a minha segunda avó. Dona Edite casou-se aos 18 anos de idade, no dia 15 de outubro de 1973 com o jovem Manoel Soares da Rocha, falecido no dia 26 de fevereiro de 2011. Com ele constituiu a sua nova família e, em 38 anos de casamento, tiveram 10 filhos. Entre eles, 5 meninos e 3 meninas estão vivos.

A vida de casada dela não foi fácil, rejeitada pela família do marido, foi vítima de vários tipos de agressões de alguns familiares do seu marido, além de Seu Manoel ter sido um homem muito tinoso em seu casamento com Dona Edite, com muitas traições durante parte de seu casamento. Ele só parou mesmo, de fato, desse vício do adultério, quando eles vieram morar em Brasília em dezembro de 1990.

Dona Edite veio para Brasília em busca de tratamento para um problema na saúde, pois na cidade de Bom Jesus da Lapa na Bahia era difícil fazer o tratamento nessa época. Como seu esposo e seus dois filhos já estavam trabalhando e morando na época na Vila Planalto, em Brasília, ela decidiu morar no DF mesmo. Voltou para Bom Jesus da Lapa na Bahia somente para buscar os outros filhos que ficaram por lá enquanto ela fazia o seu tratamento. Porém, no DF a vida não foi fácil naqueles primeiros anos morando de aluguel em um barraco de madeira pequeno na Ceilândia Norte. Ela e toda nossa família passamos muitos perrengues naquele período.

Dona Edite, sem estudo e sem experiência profissional, ficou totalmente dependente do esposo, que conseguiu trabalho de pedreiro no DF. Ela, que somente sabia cuidar de roça e da família, teve que reconstruir novas formas de aprendizado para a sua sobrevivência na capital do país. Dona Edite sempre foi muito comunicativa e esperta, não perdia chances. Mulher que encara qualquer coisa, se precisasse amansar cavalos bravos, ela saberia fazer. Se era para cuidar do gado ou da lavoura, ela também saberia fazer bem, pois era assim a vida de campesina que tinha antes.

Dona Edite, incansavelmente, nunca deixou os filhos passarem fome, sempre ela dava um jeito, era buscando cestas básicas nas igrejas, pegando verduras e frutas nas Centrais de Abastecimento do Distrito Federal – CEASA/DF. Ela conseguiu colocar todos os filhos na escola e o maior sonho dela era vê-los formados e com bom emprego.

No Distrito Federal seu esposo aumentou a dosagem das bebidas e se tornou um alcoólatra. O que dificultou muito para a família, que era grande. Além dos 7 filhos, ela trouxe da Bahia a única sobrinha dela e um primo que também morava com eles na Bahia. Então, encontrar barracos para alugar para 11 pessoas era muito difícil. E quando conseguia alugar, assim que os proprietários presenciavam as atitudes do Seu Manoel, alcoolizado com a família, pediam imediatamente o seu imóvel. Foram muitas mudanças naquele período. Recordo de um episódio no qual nos mudamos para um barraco em um dia pela manhã e, quando foi à noite, o dono do barraco nos colocou para fora. Passamos a noite encostados no muro de uma escola próxima por não ter onde dormir. Ao amanhecer minha mãe disse aos seus filhos: “Ainda hoje vocês dormirão em um barraco.” Ela saiu à procura de um lugar e bem rápido voltou e disse: “Encontrei”. Fomos para um barraco onde ficamos muito tempo, pois o proprietário era alcoólatra também. As duas famílias sofreram muito naquele espaço, com dois homens bêbados barulhando, xingando e as vezes agredindo as suas esposas fisicamente, porque psicologicamente agrediam todos os dias.

Dona Edite, mulher forte, não se deixava abalar. Seguia sempre lutando e enfrentando tantas dificuldades que conseguiu um outro barraco sozinho no lote. Foi o local que passamos mais tempo morando de aluguel, até ela conhecer um grupo de mulheres inquilinas, organizadas na época por um ex-deputado. O grupo logo se juntou na luta por moradia, até que em 1994, com outras pessoas espalhadas pelo DF morando de aluguel, ocuparam uma área conhecida na época, como “Lixão da Estrutural”. Esse local foi posteriormente regularizado e hoje se tornou a Cidade Estrutural. Foi onde Dona Edite conseguiu sua primeira moradia e ainda foi a

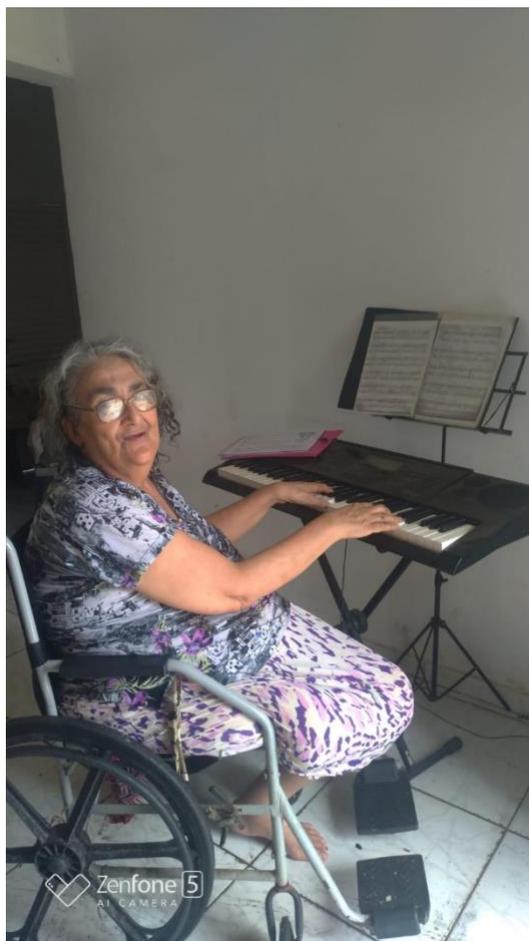
promissora, para que seus filhos, maiores de idade, também ali, conseguissem seus lotes e construíssem suas casas.

Dona Edite começou a trabalhar e alimentar seus filhos menores como “catadora do lixo”. Os filhos maiores já estavam morando no local que trabalhavam, no P Sul, bairro da cidade satélite da Ceilândia. Foi aí que esta autora saiu do aluguel também e acompanhou sua mãe na luta pela moradia na ocupação da Estrutural. A nossa cumplicidade é eterna. No final de 2010 ela entrou no MST e foi acampar na região de Brazlândia. Em 2011, após ela ficar viúva, fui acompanhá-la na luta pela terra, no primeiro momento, para não a deixar sozinha com tantas pessoas desconhecidas. Em 2012 saiu do Acampamento Canãa e foi ocupar a Fazenda da Toca da Raposa, eu a acompanhando.

A partir daí Dona Edite começou a me incentivar a participar da organização do movimento. E comecei a me desafiar a assumir as tarefas organizativas do MST, fazer cursos, viagens e me tornar militante, dirigente, mestranda, sempre com o apoio e ajuda dela. Dona Edite é uma mulher de oração, pela fé que tem e com os seus joelhos calejados, passa as madrugadas sempre orando pelas pessoas, pela família e pelos desconhecidos necessitados. Em 2010 ela se tornou evangélica e, no ano de 2015, foi ungida Pastora e Presidente fundadora da Igreja Pentecostal Ganhando Almas para Jesus na Cidade Estrutural.

Eu não poderia deixar de apresentar a minha querida Manuzita, na Figura 36, como a chamo respeitosamente e carinhosamente. Porém, ela é conhecida por todos como Manu. Ela teve o direito, depois de muitos anos de luta, de ter na sua Carteira de Identidade o nome de Manu Camile Gomes, solteira, mulher Sem Terra, assentada da Reforma Agrária no Assentamento Pequeno William, autista, cristã adventista, professora de história e filosofia, poetisa, artesã, flautista, tecladista e militante do MST. Ela tem 65 anos, nasceu no dia 02 de julho de 1956, em Caetité – BA. Em 2021, passou no vestibular e está fazendo mais uma faculdade, em Direito, à distância. Manu tem várias habilidades intelectuais, lê e escreve mais de quatro idiomas.

Figura 36 - Manu e seu sorriso discreto, em sua casa, cantando e poetizando



Fonte: Arquivo da interlocutora, Manu, 2021.

Manu é uma mulher Sem Terra apaixonada pela vida e pela simplicidade de ver a beleza das coisas. Em tudo ela pinta, cria e recria com a leveza de suas mãos. Ela sonha em ter um livro com os seus lindos poemas. Ela ama e é uma verdadeira protetora da natureza, é do tipo que conversa com os animais, com as plantas, respeita até as pulgas dos cachorrinhos. É do tipo que sente que tudo que tem vida precisa ser preservado. Manu fala que o vínculo dela com a luta pela reforma agrária foi desperto pelas ideias socialistas do seu pai que era apoiador do presidente deposto pela ditadura militar em 1964, João Goulart.

Manu pertencia à Comissão Pastoral da Terra (CPT) desde 1979. Os irmãos dela eram militantes do PCdoB da Bahia e participaram de manifestações na década de 1960 e essa trajetória militante de família acabou influenciando-a a participar das lutas sociais.

Manu estudou em um colégio de freiras na Bahia e, quando saiu, seu cunhado que era dirigente da CPT em Itamaraju – BA a inseriu na CPT em 1979. Quando ela saiu do convento das freiras conheceu e teve um relacionamento com um sociólogo italiano, militante do Partido

Comunista Italiano (PCI). Casou-se com ele e criaram juntos uma filha do coração. Segundo Manu, ela foi para o MST em 1986 por intermédio do seu ex-marido, que era colaborador e simpatizante da luta pela terra e especialmente do MST.

Manu sempre diz que sua filha é socióloga e casada com um turco e mora na Capadócia na Turquia. Ela diz que sua filha não é cristã e seguiu a religião do marido. Ela diz que sofreu um acidente de moto na Bahia e, por ficar com certa fragilidade no joelho, limitou-se um pouco para as lutas. Logo, veio para Brasília para fazer tratamento, pois tinha um irmão morando na Asa Norte. Em 2007, por indicação de um dirigente do MST da Bahia, ela entrou em contato com dirigente do movimento no Distrito Federal, amigo do dirigente baiano e ingressou na ocupação do Acampamento Pequeno William, na época instalado nos pinheiros próximos a Sobradinho.

Então, ela passou a contribuir no setor de cultura do MST/DF, depois foi contribuir na região de Brazlândia. Lá, Manu contribuiu no Gabriela Monteiro, Graziela Alves, Doroti e Canãa. Em 2012 foi contribuir na direção do setor de cultura da ocupação do Acampamento 8 de Março. Como artista plástica, pintou a bandeira do Acampamento 8 de Março em 2012, como mostra a Figura 37.

Figura 37 - Oficina do Raj no Acampamento 8 de Março com a Manuzita



Fonte: Arquivo de Kadja Cristina, 2016

A figura acima é uma fotografia retirada em atividade formativa do Projeto de Residência Agrária Jovem com os jovens educandos do Núcleo Territorial (NT) Planaltina da Faculdade UnB campus Planaltina (FUP), onde a Manu foi convidada pela coordenação do

projeto para realizar uma oficina com os jovens educandos no Acampamento 8 de Março. Eu a conheci em 2011 no Acampamento Canãa. Fomos para a região de Planaltina, onde selamos a nossa amizade. Manu, com a sua determinação e experiência, sempre foi inspiração de aprendizado sobre o movimento. Manu sempre foi carinhosa comigo e a considero como minha eterna incentivadora número 2 para as tarefas e estudos no movimento.

Em 2013 ela foi convidada a ir para o Pequeno William e lá foi assentada. Pouco mais de três anos atrás conhecemos uma irmã dela, advogada e anistiada, por ter participado da luta armada na ditadura. Ela veio morar no DF e isso foi muito bom para a Manu, pois ela passou um tempo morando e fazendo companhia para ela no assentamento, depois mudou-se para o centro de Planaltina, próxima da Manu.

Em 2020, em consequência do diabetes tipo 2, Manu teve parte de sua perna direita necrosada e por isso, teve que amputá-la. Ela é tão incrível que disse que não ficou assustada e que já se acostumou. Disse que a cadeira de rodas é o seu meio de transporte e acha o máximo essa nova rotina de aprendizado para se locomover. Para ela o autismo é uma coisa muito estranha, sente como uma fraqueza e que está sempre sonolenta e que tem como hábito a disciplina com os horários para comer, ler, escrever, criar, pintar, dormir e acordar. E que o canto da parede é o seu lugar preferido.

Ela gosta muito de receber elogios, atenção e ama ser uma Sem Terra do MST. Segundo a Manu, todo Sem Terra precisa participar de cursos de formações e ocupações de terra. Pela emoção que desperta no militante, que caminha para se forjar em novos quadros do movimento como dirigentes e intelectuais orgânicos da luta pela a terra. Manu é uma eterna admiradora das mulheres Sem Terra dirigentes do MST e de mulheres lutadoras como Olga Benário, Rosa Luxemburgo, Roseli Nunes, Margarida Alves. Ela é fã dos escritores brasileiros, militantes e amigos do MST, como Ademar Bogo e Roseli Caldart. Ela sempre faz referência às obras desses autores.

Com a Manu, o mundo torna-se mais compreensível. Ela sempre tem algo a nos ensinar, seja pela melodia de seus instrumentos musicais como a flauta, que tanto nos agracia com o som do hino do movimento e da internacional, seja pela letra de seus lindos poemas, seja pela leveza de seus artesanatos ou, simplesmente por sua voz suave e pelo seu olhar cativante. Sou super grata por ter a Manuzita em minha vida.

Neudair Ferreira Lima, (Neuda), na Figura 38, é mulher Sem Terra, militante, ex-dirigente, produtora agroecológica, componente da Brigada de Agitação e Propaganda

Semeadores, regularizada no Gabriela Monteiro na região de Brazlândia-DF, nasceu em São Francisco, no estado de Minas Gerais, no dia 02 de outubro de 1973, está com 47 anos, tem união estável com o militante do MST Augustinho Reis, tem dois filhos, cursou até a 8ª série e tem 18 anos no Movimento Sem Terra.

Figura 38 - Neuda em sua roça.



Fonte: Arquivo da interlocutora, Neudair, 2021.

Neuda conta que antes não conhecia o movimento e o que ouvia falar do MST, era pela televisão, como movimento desordeiro, violento, com militantes que entravam nas fazendas, batiam nos caseiros, destruíam e roubavam as coisas e os bens materiais dos fazendeiros. Neuda lembra que a mídia sempre colocava o latifundiário como vítima.

Ela fala que já estava cansada da cidade. Sempre foi da roça e criada na roça, mas seus pais nunca tiveram terras, trabalhavam como caseiros ou meeiros, nunca tiveram condições de terem uma terra deles mesmo. Neuda tinha um sonho de voltar para as suas origens e ter um pedacinho de terra para morar e trabalhar. Via isso como muita dificuldade, era um sonho bem longe de ter, pois ele estava trabalhando em Brasília e não conhecia nenhum movimento que pudesse dar essas condições para ela e sua família voltarem a trabalhar na terra.

Até que em 2004 um amigo do companheiro dela soube que tinha um acampamento no Pipiripau e os convidou para irem conhecer. Chegando lá o pessoal estava se mobilizando para fazer uma ocupação de terra. A conversa era que eles iriam ocupar uma nova área e iriam distribuir essas terras para o povo. Naquele sonho que tinha de conquistar um pedaço de chão, mais que depressa falaram: “Vamos sim!” Juntaram os meninos, gato e cachorros e foram pra essa nova ocupação. Eles já estavam acampados no Oziel Alves III na região de Planaltina/DF

e, de lá foram para essa ocupação na Chapadinha, Lago Oeste – DF. Como muitas famílias, aquela foi a sua primeira participação em uma ocupação.

Neuda conta que lá naquela área na Chapadinha houve vários conflitos com o fazendeiro e grileiro Mario Zinatto, que tinha jagunços bem preparados e armados para obedecer às ordens contra o povo Sem Terra. Ela diz que esse mesmo fazendeiro é o grileiro que se diz ser proprietário da Fazenda Toca da Raposa, onde está localizado o Acampamento 8 de Março. Neuda conta que ali teve vários conflitos, que eles ficaram isolados lá, e sendo ameaçados pelos jagunços durante 15 dias. Naquele período o superintendente do Incra entrou e fez uma intervenção a partir de acordos, com a liderança do movimento de forma a realocá-los em outro espaço chamado Radiobrás.

Neuda fala que quando entrou no movimento se apaixonou por tudo, pela organicidade, pela luta de todos, pelos setores organizativos do movimento e, principalmente, pelo setor de cultura, e que foi a partir do estudo e da participação que ela se identificou e se reencontrou consigo mesma. Então, ela falou: “Daqui eu não saio e nem ninguém me tira.” Ali ela aprendeu o que, e o porquê de estar ali lutando. Ela queria conquistar um pedaço de terra e só conseguiria com a luta coletiva.

Para Neuda o MST a formou politicamente e a preparou para o enfrentamento contra as injustiças. Ela participou de grandes processos de formações naquele período, onde forjaram vários militantes para compor as brigadas para fazerem várias ocupações no DFE e nas regiões do Noroeste Mineiro e Nordeste Goiano. Muitos militantes já ouviram muitas das histórias de luta que Neuda guarda em sua memória. Eu a conheci em 2011. Ela foi indicada para contribuir na direção regional do MST do DF. E a primeira vez que a vi foi atuando em uma mística, foi tão linda e emocionante que me arrepiei. Naquele momento pensei que era de verdade, a apresentação era muito real. Como eu não sabia e nunca tinha visto uma mística, fiquei muito encantada com ela recitando um poema.

Com a minha permanência no movimento e com minha jornada de militância, minha admiração por ela foi crescendo cada vez mais. Quando Neuda fazia suas intervenções, debates e místicas nos espaços políticos eu sentia e via a grandeza e a potencialidade que ela tinha. E foi dela que veio a minha inspiração pelos poemas da luta pela a terra. A contribuição dela para minha militância jamais será apagada das minhas memórias, e ela sempre fará parte da construção da minha história enquanto militante.

Rosalina Batista de Oliveira, presente na Figura 39, é mulher Sem Terra, mãe, avó, bisavó, cristã da Igreja Universal, produtora rural, solteira, 68 anos, nascida no dia 16 de janeiro de 1953, em Cotegipe, município de Barra no estado da Bahia, ensino fundamental incompleto. Ela aderiu ao MST pela primeira vez em 1997 no Acampamento 26 de Setembro, fez seu primeiro barraco lá, mas por estar trabalhando registrada na época, desistiu da luta pela terra naquele período. Em maio de 2011 Rosalina voltou a se inserir na luta pela terra no Acampamento Canaã na região de Brazlândia, organizado pelo MST.

Figura 39 - Rosalina, minha mãe do coração



Fonte: Arquivo pessoal da autora, 2021.

Conheci dona Rosalina nessa época no Canaã. Porém, nossos laços de amizade só ganharam intensidade na ocupação do Acampamento 8 de Março em 2012, na região de Planaltina DF. Quando minha mãe foi indicada para ser assentada no Assentamento Pequeno William, no ano de 2013, dona Rosalina me adotou como a filha que ela não tinha no acampamento com ela.

Naquele período ela passou a cuidar de mim com muito afeto, carinho e cumplicidade. A passar dos dias, em momentos difíceis quando ocorriam conflitos no acampamento, ela se

tornava uma leoa protetora da sua filhota, em minha defesa. O nosso afeto, respeito e amor foi a cada dia aumentando. Ela fala que ganhou uma filha no acampamento. Os cuidados dela para comigo não se diferenciam do cuidado da minha mãe biológica. Ela sorri comigo nos momentos alegres e chora comigo nos momentos precisos.

Este trabalho de dissertação tem muito da colaboração dela, pois nos momentos mais difíceis ela sempre me ligava e dizia: “Vem aqui, fiz um cafezinho e um cuscuz com ovos para você!” Em outros momentos ela mandava mensagem dizendo: “Olha, como você vai sair para a reunião, já adiantei o almoço para você ir com a barriguinha cheia!” Muitas das vezes eu me sentia doente e ela me enchia de remédios caseiros, sopinha e muito amor. Com ela ao meu lado me sinto mais forte e protegida na luta diária no acampamento em que vivemos.

No acampamento Dona Rosalina passa a ser a mãe de outros tantos. Dificilmente há alguém do acampamento não recebeu um prato de comida ou um copo de café ou suco dessa mulher mãezona. Ela mora sozinha em seu barraco, porém, nunca cozinha somente para ela. As panelas dela são do tamanho família.

Ela é uma mulher de muita fé e todos os acampados e acampadas do 8 de Março recebem diariamente sua oração nas madrugadas. Dona Rosalina é uma mulher que não se deixa abater com as dificuldades. Mesmo com tantos limites na saúde dela, não deixa de ir aos cultos em sua igreja, independente de dia e horário. Mesmo com tantas dores nas pernas e com a distância do acampamento para a parada de ônibus não há um limite para ela participar e ir resolver suas coisas na cidade.

Dona Rosalina é uma mulher de coragem. Baiana, não teve medo de sair de um relacionamento de anos com o pai de seus filhos na Bahia para vir para o DF, trabalhar e cuidar de seus seis filhos. Ela não deixa de cumprir com suas responsabilidades no acampamento. Dona Rosalina é uma mulher com um espírito de solidariedade enorme. Quando alguém está com dificuldades, ela é a primeira a se colocar a ajudar aquela pessoa e ainda mobiliza as pessoas do acampamento para ajudarem também. Nos trabalhos coletivos e mutirões, ela não deixa de contribuir, seja levando água, café ou uma panela com farofa. Ela é uma nucleada que nunca deixou de participar da organicidade do movimento para o Acampamento 8 de Março. Sua presença é sempre confirmada nas reuniões de núcleo, setores, coordenação e atividades.

Dona Rosalina é amante da luta e dos princípios organizativos do Movimento Sem Terra, ela sempre fala que as famílias do acampamento são a sua segunda família. E muitos do

acampamento a veem como a mãe do coração. Para mim ela é a mãe que ganhei diante da luta pela terra.

4.3 FORMAÇÃO E TRANSFORMAÇÃO: TODAS E TODOS PRECISAM!²¹

O Movimento Sem Terra tem se preocupado com a formação política e ideológica de sua militância. Os processos formativos do MST são um instrumento constitutivo e orgânico desde o surgimento de suas ações em 1984. Quando ocupamos uma terra estamos formando novas consciências, novos valores e novas formas de convivência entre tantas pessoas com culturas e saberes diferentes. Nos acampamentos Sem Terra toda ação tem formação. Foi a partir dos processos de formação que o movimento Sem Terra pensou na bandeira e no hino do MST, símbolos que representa a organização e a luta de homens e mulheres.

Entoar o Hino do MST é formativo, fazer uma animação com cantoria, proporciona formação, participar de mutirões nos trabalhos coletivos condicionam uma formação tremenda para os militantes, o fato de fazer a troca da bandeira é um processo organizativo e formativo, que renova a mística da luta pela a terra. A Figura 40 traz uma demonstração de disciplina e zelo pelas normas e princípios do MST.

Figura 40 - Mística de troca da bandeira no Acampamento 8 de Março



Foto: Kadja Cristina, 2019.

A organização e a formação da base, seja ela acampada, assentada ou não, é extremamente necessária para a continuidade da luta pela terra. Aprendemos no movimento que devemos manter viva a utopia e a mística da luta nas nossas ações individuais ou coletivas.

²¹ Para contribui nesta seção, entrevistamos mulheres Sem Terra, com tarefa de direção e coordenação no MST DFE e, citaremos aqui, trechos das entrevistas delas, procurando não as identifica-las, por motivos de segurança.

Para sobreviver a todas as mazelas e cooptações impostas pelo o capital. Nesse sentido, o Movimento Sem Terra nos conclama a dizer que:

Num país, onde o campo sempre foi relegado ao atraso, à pobreza material, estética e intelectual, nos orgulhamos de termos formados mais do que “pequenos proprietários de terra”: nossa luta formou homens e mulheres, que reconquistaram a própria cidadania como sujeitos de sua história e não como subalternos, condição essencial para construir os caminhos para a emancipação. (MST, 2015, s. p.).

Com o término do período de ditadura militar no Brasil e com os acúmulos históricos das lutas organizadas desde o processo de colonização do Brasil e pelas contradições resultantes do capitalismo e do patriarcado, o Movimento Sem Terra tornou possível a realização de seu I Congresso Nacional, em Curitiba, no Paraná, em 1985. Uma atividade organizativa com caráter formativo para o povo Sem Terra, onde permitiu que o MST criasse estratégias e táticas de lutas, no intuito de dar unidade da luta coletiva por reforma agrária nos estados brasileiros.

Do congresso saiu como estratégia para avançar na luta pela terra a palavra de ordem: “A ocupação é a única solução”. E para que homens e mulheres aderissem a essa luta de forma massiva, para atingir seus principais objetivos pela luta pela terra, por reforma agrária e por transformação da sociedade, o MST precisava pensar processos formativos que dessem conta e formassem consciência política e ideológica dos seus militantes atuais e que formassem novos quadros intelectuais e orgânicos para a organização.

Neste sentido, o MST, no decorrer de sua história, vem construindo processos formativos com a sua base social e para fora dela também. A formação da militância não se limita em cursos básicos, vem se projetando e reinventando com novas formas e estratégias de formação que alcancem a maior participação dos Sem Terra. No Acampamento 8 de Março, todas as pessoas passaram, por processos de formação interna, a Figura 41 representa um processo formativo sobre método de direção e os princípios organizativos do MST.

Figura 41 - Momento de estudo e formação

Fonte: Arquivo de Kadja Cristina, 2020.

A formação da militância se dá a partir do momento em que as famílias são conscientizadas a participar da luta pela terra, através do trabalho de base feito pelo movimento Sem Terra, para a tomada de decisão de novas pessoas que entram no movimento e realizam a ocupação em um acampamento Sem Terra. Esse processo de formação se inicia com a nucleação para a organicidade interna.

O movimento tem lutado e projetado alguns espaços que objetivam atender à necessidade intelectual no campo da educação e formação da militância Sem Terra, em espaços físicos como plenária, escolas, centros de formações do Movimento Sem Terra e parcerias com universidades. Totonha disse na entrevista concedida para esta pesquisa: “eu já participei de seminário, reunião, cursos aqui no Acampamento 8 de Março, lá na Gabriela Monteiro, no centro de formação do movimento, participo, dos encontros e também das marchas do MST”.

A maior conquista do MST no campo da formação foi a construção coletiva de muitas mãos de trabalhadores rurais de quase todos os estados brasileiros organizados, em brigadas, para construir a Escola Nacional Florestan Fernandes (ENFF), inaugurada no dia 23 de janeiro de 2005, em Guararema, São Paulo. A escola tornou-se referência internacional na formação política, unindo teoria e prática nos cursos formativos com militantes de diversos movimentos e organizações sociais do Brasil e de vários países.

A ENFF tem parcerias com diversas instituições formais de ensino superior na realização de cursos que abordam várias temáticas, possibilita cursos formais de caráter formativos com certificados de técnicos, graduação e pós-graduação. “Eu fiz a primeira escola estadual do MST/ DFE, participei do curso Formação de Formadores, de cursos de agitação e

propaganda e fui fazer cursos pela frente de massas na Escola Florestan Fernandes”. Andréia compartilha as oportunidades que teve em participar de processos formativos na entrevista concedida em 2021. O Movimento Sem Terra sempre se reinventa na área da educação e formação política da classe trabalhadora do campo. Por isso entra em lutas acirradas por políticas públicas que garantam a elevação do nível de consciência política de homens e mulheres, sem discriminação de raça, classe e gênero. “Acredito que a melhor forma de construção coletiva é a participação com bons debates. Por isso, não deixo de me posicionar nesses espaços”, relata a Guta em entrevista realizada em 2021.

Nesse sentido, o MST, com sua forma organizativa, tem em suas instâncias os setores que garantem suas respectivas linhas políticas. Por isto, existe o setor de formação no MST, que tem a tarefa de subsidiar os demais setores do movimento na formação da militância. O Movimento Sem Terra do Distrito Federal investe na formação de seus militantes. Na Figura 42 estão representadas as mulheres Sem Terra militantes do DF que viajaram para participar do Festival Internacional Literário da Utopia, em Maricá no Rio de Janeiro nos dias 22 a 26 de junho de 2016.

Figura 42 - Festival Internacional Literário da Utopia. Olha elas!



Fonte: Arquivo de Kadja Cristina, 2016.

Neste festival houve uma programação riquíssima com atividades formativas literárias, culturais e de troca de conhecimento. Foram cinco dias de muito estudo e aprendizados. O MST/DF mandou essas mulheres representando os setores de Formação, Direitos Humanos (DH), Frente de Massas (FM) e Direção Política (DP) para participar e depois compartilhar com a militância sua experiência e aprendizado. Com muitos desafios no campo da formação, o

movimento não se prende aos limites da destruição de políticas públicas voltadas para a formação e educação dos povos, imposta pela gestão dos últimos governos no âmbito federal, assim como, no âmbito estadual e municipal de algumas gestões. O MST sempre cria e busca formas e alternativas para a continuidade dos processos de formativos de sua base social.

Já participei de encontros de gênero, marxismo e feminismo em Mato Grosso, pelo movimento. Procuro participar das reuniões, onde debatemos e planejamos as ações de massa. Consegui participar em alguns dias do Encontro Nacional da Mulheres Sem Terra, realizado em 2020 no Parque da Cidade, na nossa Capital, em uma experiência linda, com debates e empoderamento político das mulheres Sem Terra e das convidadas de outras organizações nacionais e internacionais. (Andréia, em entrevista realizada em 2021).

Diante de muitos desafios, as mulheres Sem Terra começam a garantir os espaços de setores organizativos e de direções do MST. E tomam a frente na organização das lutas massivas e de enfrentamento às políticas estatais e neoliberais. Como os campos privilegiados de ação política, as mulheres entram na luta para romper com as fronteiras machistas e privilégios do gênero masculino sobre o feminino. Em prosa com uma dirigente do MST/DF, visando construir relações e ações de fortalecimento das mulheres é possível encontrar rico debate.

O MST realiza em 1996 o I Encontro de mulheres do MST, trazendo como pauta o debate de gênero e da luta de classe, com os temas: “as mulheres e o neoliberalismo; A mulher nos clássicos; Situação das mulheres no MST e a proposta da construção das linhas políticas em relação às mulheres. Naquele Encontro, as mulheres Sem Terra formaram o Coletivo Nacional de Mulheres e elaboraram o plano de trabalho para orientar as ações do coletivo. A partir do debate, analisaram a condição da mulher e as formas de discriminação e preconceito que se manifestam sobre elas na sociedade e âmbito do próprio movimento. Identificaram que a luta das mulheres no MST não era reconhecida socialmente e politicamente pelos seus dirigentes e nem se materializava nas instâncias organizativas. (Relato de uma dirigente do MST).

No Distrito Federal e Entorno não é diferente, o movimento dentro do contexto das linhas gerais do MST nacional vem quebrando paradigmas e colocando sua militância para estudar, se qualificar e contribuir nos setores das instâncias do movimento local. A participação de mulheres Sem Terra ainda é muito pequena nos cursos de formação a nível nacional, comparando a dimensão territorial que é o movimento no DF.

Porém, nesses mais de 26 anos de MST/DFE, o movimento tem forjado militantes, que tem o grande desafio de organizar processos de formação em seus acampamentos e

assentamento na região. Soma-se o deságio de formação de militantes que tenham a capacidade de fazer a leitura da realidade e projetar alternativas para as possíveis mudanças da realidade em relação às temáticas que se relacionam com a questão agrária. Conforme aponta uma dirigente do DF com tarefa no setor de produção nacional nos relata sobre a importância de participar e atuação em processos formativos do movimento.

A experiência de atuar nas equipes de coordenação dessas atividades ou como formadora com algum tema trazem muitos desafios. O primeiro é não desvincular dos princípios organizativos do MST, como a direção coletiva, a divisão de tarefas, a disciplina, o planejamento e a avaliação. O segundo é o próprio estudo para facilitar algum tema, além de pensar metodologias para que os processos formativos sejam mais fluidos. A formação desses temas não é tudo, são espaços de despertar interesse durante o processo de salto de qualidade no nível de consciência. Cada espaço de formação desses buscam dar conta de várias dimensões e cada espaço e tema estudado se dialogam, sempre prezando pela totalidade. Cada formação é um instrumento para que cada educand@ possa interpretar a realidade, a partir de suas contradições e possa atuar sobre elas no horizonte da estratégia política do MST. (Entrevista concedida em março de 2021).

O MST tem construído espaços de formação para seus militantes, de acordo com as realidades e necessidades das lutas em cada período histórico. O acampamento e o assentamento são espaços fundamentais para formar politicamente e ideologicamente os camponeses, com espaços de formação política que são históricos e fundamentais no movimento. Estes espaços vêm se adequando sem perder a sua essência no caráter formativo, como os cursos básicos, escolas estaduais de formação, marchas, encontros, cursos de formação de formadores, feiras da reforma agrária, ciranda infantil, seminários, dentre outros. Espaços formativos como estes abordam vários temas de estudo, que articulam com a pauta de homens, mulheres e a juventude do campo. De acordo com uma dirigente formadora e organizadora do MST/DF, os processos formativos precisam de motivações para o melhor aprendizado da militância.

A minha motivação vem do acreditar que é possível, acreditar na coletividade, no sonho que pode se tornar realidade. Dentro de todos os processos, cada um me trouxe realidades diferentes e grandes avanços, ganhos, que são os aprendizados. E aí são vários aprendizados bons e ruins. Aprendizados bons, da convivência, do saber coisas mesmo né, de saber lidar com situações de aprender a fazer algo, daquilo que você não está acostumado, que você não conhece. Então, é agregar mesmo conhecimentos. Você aprende a lidar com situações que te tiram da sua zona de conforto. Saber lidar com pessoas, que não é fácil, principalmente com uma pessoa como eu. Então, foi a experiência do crescimento, de formar pessoal, mas, principalmente, numa evolução coletiva. Porque o aprendizado se dá dessa forma, na troca de saberes, onde você escuta e absorve. Depois o movimento é o contrário. Então, nessa troca, ao mesmo tempo que você aprende, você também ensina. E quando você ensina, você também aprende. E isso, independente da classe social, da idade, a raça e da experiência de vida, do sexo. (Entrevista, concedida em março de 2021).

Nesse contexto da formação no MST/DFE, as mulheres Sem Terra vêm se desafiando a participar cada vez mais dos espaços e dos processos formativos. Uma realidade que vem se alterando ao logo dos tempos. Em tempos passados, a participação das mulheres era mínima por várias questões que as limitavam de participar e buscar novos conhecimentos, principalmente no campo da formação e da produção. Nesse sentido, a dirigente estadual do setor de produção afirma que essa realidade vem se transformando no Distrito Federal e Entorno.

Aqui no DF tivemos uma boa participação das mulheres Sem Terra em cursos e na organização do núcleo de produção e na comercialização, o que se percebe é que as mulheres acreditam mais nas propostas quando elas estão iniciando, por isso, acaba que elas participam mais das ações, acreditam e dedicam seu tempo pra que as coisas aconteçam. As mulheres participam das ações quando elas se iniciam por acreditarem nas possibilidades, pensando nisso se a organização percebe isso e assume isso, as mulheres se fortalecem e permanecem nas ações. (Entrevista concedida em março de 2021).

Diante da maior participação das mulheres Sem Terra, nos espaços formativos, são perceptíveis as mudanças não só no comportamento individual das mulheres, mas na coletividade, independentemente do local de atuação que elas se encontram. Isto as direciona para o fortalecimento delas dentro do movimento. A coordenadora, produtora e ex-dirigida da direção regional do MST/DF enfatiza a importância da luta e da formação na vida das mulheres.

A maior importância da gente estar nesse coletivo é porque a gente consegue trabalhar no coletivo, uma ajudando a outra, e no coletivo a gente avança. Eu vi e presenciei ao logo tempo que estou no coletivo que as mulheres conseguem avançar, pois uma mulher sozinha, trabalhando, cansa mais rápido e se desgasta mais, isso, possibilita não avançar, quanto no coletivo. A minha tarefa é apoiar, organizar, aprender, compartilhar e produzir nesse trabalho coletivo (Entrevista concedida em março 2021).

A formação política no movimento é o que direciona e reacende o povo para a luta, seja ela pela terra, seja por direitos sociais. Os avanços são coletivos, independentemente da bandeira em pauta do momento. No MST, todas e todos recebem a oportunidade de aprender, todos os dias, algo novo, basta se dispor a participar. A dirigente regional do setor de formação do MST/DF fala da importância da participação nos espaços de formação.

Desde que cheguei no movimento que me dispus a aprender e a compartilhar, e que a organicidade não é fácil de se manter, por isso, é necessário sempre, a atuação dos processos formativos e organizativos com a base para não perder a essência da mística e da luta. O nosso grande desafio é manter a viva a chama da luta pela terra nos militantes do movimento Sem Terra. [...] O processo formativo deve ser coletivo, assim, ficam mais fácil aumentarmos os nossos militantes e quadros orgânicos e intelectuais do MST. [...] Aprendi no setor de educação que até as crianças devem

estar organizadas e, por isso, os Sem Terrinhas iniciam seus processos formativos desde cedo na ciranda infantil, espaço organizado pelo o setor de educação do MST. [...] Assim como no espaço da EJA, onde somos alfabetizados e saímos da condição de analfabetos, com as aulas ministradas por educadores populares do movimento. [...] O importante é o movimento ter militantes preparados e formados para a luta política contra o sistema opressor do capitalismo e do patriarcado (Entrevista concedida em março 2021).

As mulheres Sem Terra vêm se organizando e se preparando ao longo dos anos para o enfrentamento ao sistema do patriarcado e do capital. Na década de 2000, as mulheres do movimento começaram a despertar de forma melhor organizada no combate as violências no campo. Perceberam o avanço do agronegócio sobre seus territórios, observaram as violências sofridas por elas e pela natureza em decorrência das ações impostas por estes sistemas. Sabendo da importância da formação política para os trabalhadores do campo e a partir desses processos formativos do movimento, elas percebem a necessidade de potencializar e ampliar a formação a todas as mulheres que se disponibilizarem a participar. Para reafirmar a questão anterior, a dirigente do coletivo nacional do setor de gênero do MST relata que:

O processo de formação é essencial para a projeção de todos os indivíduos enquanto sujeitos políticos assim e quando a gente fala que as mulheres têm uma presença e demarcou seu espaço enquanto sujeito político a gente fala também de um processo intenso de formação das mulheres desde a perspectiva da presença das mulheres nos movimentos revolucionário histórico, né. Do pensamento revolucionário das mulheres revolucionária e, também do pensamento feminista, dentro da perspectiva marxista e como isso foi importante para irmos demarcando esse espaço. É pensar na produção agroecológica, requer a gente pensar na formação, porque quando a gente fala que agroecologia é reconstruir as nossas relações com todas as esferas, é construir a nossa relação com a natureza, com o meio ambiente e com os demais seres humanos. É uma coisa que não está dado para ninguém. Então, são processos de formação, de repensar valores humanos, de repensar técnicas de trabalho, de repensar sistema produtivo de repensar cadeias produtivas. E para isso é fundamental a participação das mulheres nesses processos de formação. Tanto e porque se tem uma perspectiva de olhar o trabalho diferenciado por diversos fatores. Principalmente, porque é na participação se apropriar do conhecimento. E principalmente do debate que se é construído saídas essenciais para pensar a autonomia econômica e política das mulheres Sem Terra, entendendo que autonomia política, necessariamente já é parte da autonomia econômica. Pois, se as mulheres não tiverem condição mínima de se manter, de fazer sua produção, de acessar recursos, dificilmente elas vão conseguir construir processos de autonomies política. E o processo de formação é muito importante para a gente ir dando passos concreto nesse sentido. (Entrevista concedida em março de 2021).

A formação política é o que dá liga para despertar para a luta. E a luta organizada é o processo que caminha para avançar na transformação dos camponeses, camponesas e do meio ambiente. Entretanto, a dirigente do setor de formação sabe que:

As mulheres têm um potencial de construir experiências agroecológicas, pois somos criadas para termos uma visão mais holística sobre a vida. Quando dizemos que o veneno/agrotóxico faz mal pra saúde da família, pra natureza, essa mensagem é internalizada com mais facilidade. São práticas conservacionistas porque a agroecologia é uma outra forma de lidar com a terra, de lidar com a vida. (Entrevista concedida em março de 2021).

Pensando na importância da formação e da transformação das mulheres Sem Terra, o coletivo nacional do setor de gênero, dentro das linhas políticas do setor, tem pautado o debate nas questões de gênero e agroecologia, nos espaços formativos construídos para dentro e para fora do movimento Sem Terra. O maior espaço de formação construído por elas, ao longo dos 35 anos do MST, foi o Encontro Nacional das Mulheres Sem Terra.

4.4 I ENCONTRO NACIONAL DAS MULHERES SEM TERRA

As mulheres Sem Terra têm enfrentado grandes desafios políticos, econômicos e organizativos. Condição que exige estratégias de resistência e sobrevivência, que sejam capazes de preservar e avançar com novas conquistas por meio de um conjunto de ações coletivas, para a construção e o fortalecimento da luta contra tudo que as oprime.

Pra mim todo espaço é espaço político, onde a gente tem que debater sobre todos os assuntos, pra mim não existe preconceito e nem limite de assuntos, pra mim todos os assuntos precisam ser debatidos. Enquanto eu estiver viva e puder construir espaços formativos, vou provocar debate ou questionamentos, eu vou fazer sabe! Pra poder valer os processos de construção, por mais que a gente se constrói né, é pra sempre (ADRIANA FERNANDES, em entrevista, realizada em 2021).

Portanto, as mulheres das instâncias organizativas do MST de 24 estados brasileiros e do Distrito Federal se planejaram por mais de dois anos com trabalho de base e processos formativos, na mobilização de muitas Sem Terras e na articulação com muitos parceiros do movimento para construir e realizar o I Encontro Nacional das Mulheres Sem Terra.

Entre os dias 05 e 09 de março de 2020 as mulheres Sem Terra do Distrito Federal e Entorno tiveram a oportunidade de participar deste encontro, realizado no Parque da Cidade, em Brasília. Foi uma atividade massiva, formativa com grandes experiências de organização e debate para a vida das mulheres do campo e da cidade. A Figura 43 apresenta a ilustração da capa do caderno de orientações para o I Encontro Nacional das Mulheres Sem Terra.

Figura 43 - Capa do caderno de orientações para o I Encontro Nacional das Mulheres Sem Terra



Fonte: MST, 2020.

A programação do encontro foi planejada e construída pelo o coletivo nacional das mulheres Sem Terra e permeada pela definição política do Movimento Sem Terra do último período. Na Figura 44 está apresentada a programação do encontro.

Figura 44 - Programação do I Encontro Nacional das Mulheres Sem Terra

2. PROGRAMAÇÃO

	05/03 QUINTA	06/03 SEXTA	07/03 SÁBADO	08/03 DOMINGO	09/03 SEGUNDA
Coord. do dia e Mística	Centro Oeste	Sul	Sudeste	Nordeste	
Manhã 8h - 12h		Cartas Depoimento Mesa 01 - Análise da ofensiva do Capital e as Mulheres <i>Marina Gouveia</i> <i>Kelli Majort</i> Intervenções	Cartas Depoimento Mesa 03 - Feminismo Camponês Popular e Reforma Agrária Popular <i>Belvina Mastoli</i> <i>Deborah Nunes</i> Intervenções	Dia Internacional das Mulheres Marcha em Brasília com as mulheres urbanas	Passeio
12h - 14h		ALMOÇO	ALMOÇO	ALMOÇO	ALMOÇO
Tarde 14h - 16:30h	Chegada	Carta Depoimento Mesa 02 - Capitalismo, Patriarcado, Racismo e Violência <i>Divina Lopes</i> <i>Mirian Nobre</i> Debate em Núcleo	Oficinas de encantarias e Saber Fazer e Trocas de Experiências Balaio de Saberes	15h Mesa 04 - Mulheres construindo a Resistência Ativa <i>Rosana Fernandes</i> <i>Antonia Ivoneide</i>	Retorno
17h - 22h	Organização da Mostra da Reforma Agrária	Mostra da Reforma Agrária	Mostra da Reforma Agrária	Mostra da Reforma Agrária	
18h	JANTAR	JANTAR	JANTAR	JANTAR	
Noite 20h - 22h	Mística de abertura e Ato de abertura	Festival Cantando e Semeando a Resistência	19:00 as 20:30 Ato Político com as Aliadas/os 21:00 Mulheres em Festa	Festival Cantando e Semeando a Resistência	

Fonte: MST, 2020.

A metodologia do encontro contemplou todas as regiões do país em que o MST está organizado. Onde as mulheres dessas regiões todos os dias estavam envolvidas nas tarefas do encontro como as místicas apresentadas, debates, depoimentos, intervenções, oficinas de encantarias/ saber fazer, troca de experiências/ balaio de saberes, atividades culturais e feira para comercialização de produtos da reforma agraria, troca de sementes.

Foi a maior atividade formativa e presencial do último período que as mulheres Sem Terra participaram. Um espaço importante para as mulheres, que saíram do encontro fortalecidas para seguirem firmes na construção do MST, fazendo o enfrentamento às cercas do latifúndio, contra o machismo e pautando sempre o debate da agroecologia e gênero.

O encontro realizado foi um espaço de formação que possibilitou às mulheres da base, pela primeira vez, a participação em debates tão importantes para a construção do feminismo camponês popular. Um feminismo que a Via Campesina, vem construindo com as mulheres do campo.

4.5 FEMINISMO CAMPONÊS POPULAR: MULHERES SEM TERRA NESSE ENGAJAMENTO

O feminismo não é um movimento recente. Na história da humanidade, mulheres já se organizavam e travavam lutas por direitos. Moreira (2019) apresenta o feminismo e suas ondas a partir do debate de algumas autoras.

A primeira onda, do fim do século XIX até meados do século XX, foi marcada pelas reivindicações por igualdade de direitos, em especial os direitos civis e políticos, sendo a luta sufragista um de seus marcos. A segunda onda, dos anos 1960 até o final dos anos 1980, de marca a existência de uma dominação dos homens sobre as mulheres e das relações desiguais de gênero, para além, questão de classe; buscavam entender as causas das injustiças e desigualdades, a construção das subjetividades e da sexualidade feminina, marcadas pelas visões do feminismo da igualdade e da diferença. A terceira onda, no final dos anos 1980 até os dias atuais, vem sendo marcada tanto pelos estudos de gênero, com as teorias do patriarcado, as marxistas e as pós-estruturalistas, quanto pelos estudos pós-feministas ou pós-modernas e sua perspectiva culturalista (MOREIRA, 2019, P. 49-50).

Essa luta é histórica, uma vez que, bem antes do século XIX, em diversos países já existiam mulheres organizadas em movimentos socialistas, engajados nas lutas pela libertação das mulheres.

[...] foi um momento de grande confronto de classes, com a organização do movimento socialista em diversos países. É no marco desses debates e conflitos que as militantes socialistas se organizaram, buscando formar um movimento forte, capaz de combinar a luta pela a libertação das mulheres com a luta pela a transformação global da sociedade, com argumentos – e força - para convencer os camaradas homens que a opressão das mulheres, sua permanência no estreito círculo da família e do trabalho doméstico, era uma força contrária às propostas de igualdade defendida pelo o socialismo. (GONZÁLEZ, 2010, p. 10).

O feminismo no Brasil ganhou força na década de 1970 e a participação de mulheres em movimentos sociais no campo toma uma característica singular na década de 1980, quando foram realizados os primeiros encontros voltados para as demandas específicas das mulheres., com relatos específicos do cotidiano das mulheres no Brasil, no período da ditadura.

Enquanto em outros países as mulheres estavam unidas contra a discriminação sexual e pela igualdade de direitos, no Brasil, o movimento feminista teve marcas distintas e definitivas, pois a conjuntura histórica impôs que as mulheres se posicionassem também contra a ditadura militar e a censura, pela redemocratização do país, pela anistia e por melhores condições de vida (DUARTE, 2019, p. 42).

Os movimentos sociais do campo, através da Via Campesina, vêm fortalecendo o debate e criando materiais bibliográficos sobre o tema, sobre essa nova categoria de feminismo em seus espaços de luta. Há confirmações de que já não é tão difícil encontrar referências que abordem essa temática e que as mulheres agricultoras vêm assumindo uma nova postura no contexto do feminismo. A pesquisadora Maria Ignez Silveira Paulilo sinaliza as mudanças que estão ocorrendo no debate com relação ao feminismo.

As mudanças não param por aí. Em 2010, as militantes do MMC assumem publicamente uma postura feminista, o que não havia acontecido antes, durante um encontro realizado na cidade de Xaxim (Santa Catarina), cujo lema foi “Mulher camponesa e feminismo”. Com esse ponto de partida, as discussões sobre o que é ser camponesa e feminista foram crescendo e se aprofundando, o que resultou em textos militantes e também acadêmicos, pois mulheres oriundas do Movimento começaram a ingressar nas universidades, tanto para se graduarem como para se pós-graduarem. (PAULILO, 2021, P.254).

Nesse sentido, as mulheres dos movimentos feministas criam redes e articulações, participam de fóruns e congressos na busca de autonomia das mulheres. Nesse contexto Siliprandi (2009) relata sobre o movimento feminista.

Ganharam especial relevância os movimentos de mulheres agricultoras do terceiro mundo – camponesas e indígenas – envolvidas em conflitos pelo acesso aos recursos produtivos ameaçados pelo avanço de grandes empresas agroalimentares, especialmente de sementes, e em lutas por soberania alimentar; assim como os movimentos contra a mercantilização do corpo da mulher em suas várias acepções, levantando questões como os estereótipos da mulher objeto cotidianamente veiculados pelos meios de comunicação, até o recrudescimento da violência de gênero, o tráfico de mulheres e a prostituição internacional (SILIPRANDI, 2009. p. 89).

Paulilo (2021) enfatiza sobre os trabalhos de mulheres que abordam esse tema, com as três teses de doutorado elaboradas por Isaura Conte (2014), Catiana Cinelli (2016) e Sirlei Gaspareto (2017). A tese de Valdete Boni (2012) foge um pouco desse perfil, embora a autora seja filha de agricultores e ligada ao MMC, porque sua dedicação à vida acadêmica foi mais intensa. As duas outras teses, escritas por pesquisadoras com ampla experiência institucional relativa às agricultoras e suas organizações e movimentos, foram fundamentais: a de Vilênia Porto Aguiar (2015) e a de Andrea Lorena Butto Zarzar (2017). Inspiradora também foi a cartilha *Feminismo Camponês e Popular*, produzida pelo Movimento de Mulheres Camponesas em 2018 (PAULILO, 2021, P.295).

A autora salienta que as primeiras brasileiras se formaram em cursos universitários no exterior, fato que a imprensa feminista dava bastante destaque. Maria Ignez Silveira Paulilo (2021) afirma que a primeira brasileira a conseguir um diploma de ensino superior foi Maria Augusta Generoso Estrela, graduada em medicina em 1882 nos Estados Unidos.

Os trabalhos de gênero vêm ocupando as bibliotecas universitárias e as prateleiras das mulheres Sem Terra. Elas passam a ingressar na academia com mais frequência em períodos recentes. No MST, a inserção das mulheres nos movimentos sociais no campo realizava-se, normalmente, por meio da participação dos maridos ou de outros familiares homens.

O V Congresso Nacional do MST realizado em Brasília em 2007, foi um momento que as mulheres Sem Terra participaram ativamente e massivamente na construção e na realização. Segundo Witcel (2020, p.71) “Neste congresso, reconheceram-se novamente e realizaram sua IV Assembleia reafirmando o horizonte do socialismo como parte de sua luta”. A autora, ainda relata que as mulheres Sem Terra, mostra para o movimento Sem Terra e para fora dele que elas estão na luta tecendo novas relações de gênero.

As mulheres Sem Terra construíram o lema: “Sem a participação igualitária das mulheres não há socialismo!” naquele encontro. De acordo com Witcel, (2020, p. 73) “as lutas das mulheres do MST fazem enfrentamentos ao grande capital, mas sem deixarem de enfrentar as atitudes patriarcais herdadas milenarmente pelos homens e mulheres que naturalizam o machismo”. Para a Via Campesina, (2019, p.1) “Estamos construindo um feminismo que surge de nossa identidade camponesa e popular como uma contribuição para nossas organizações e os processos de emancipação social de homens e mulheres”.

Segundo Paulilo, (2021, p.9) o feminismo camponês popular tem a

semelhança maior é com o feminismo marxista dos anos 1970, principalmente quanto à importância dada ao conceito de “classe social”, que retorna com muita força. Mas não podemos falar apenas em retorno, porque há significativos elementos novos, entre eles, sendo os principais, a defesa da agroecologia e a igualdade em âmbito doméstico. (PAULILO, 2021, p. 09).

Nesse debate do feminismo camponês popular, as mulheres da Via Campesina afirmam que esse feminismo que defendemos reconhece nossa diversidade cultural e as condições muito diferentes que enfrentamos em cada região, país e localidade. Esse feminismo é construído a partir das lutas diárias que as mulheres desenvolvem em todo o mundo, por autonomia das mulheres, pelas transformações sociais, pela defesa e proteção da agricultura camponesa e pela soberania alimentar. E desse feminismo surgem novos homens e mulheres que emergirão em

novas relações de gênero, com base na igualdade, respeito mútuo, cooperação e reconhecimento. E ainda segundo a Via, “esse feminismo é transformador, insubordinado e autônomo, construído coletivamente na reflexão e nas ações concretas contra o capital e o patriarcado, que ele é solidário com as lutas de todas as mulheres e dos povos que lutam.

Pode-se dizer que é sobre as mulheres que recai a carga mais pesada dessas ações, pois elas, ao sofrerem as discriminações, agressões no local de sua habitação e trabalho, carregam consigo também a dor e a angústia das crianças que estão sob sua responsabilidade.

Ainda na última década do século XX, o movimento sofreu, seguindo uma tendência mais geral, um processo de Organização Não-governamental (ONGs) focadas, principalmente, na intervenção junto ao Estado, a fim de aprovar medidas protetoras para a sua maior participação política. Uma das questões centrais dessa época era luta contra a violência doméstica. Além das Delegacias Especiais da Mulher, espalhadas pelo o país, a maior conquista foi a Lei Maria da Penha (Lei n. 11.340, de 7 de agosto 2006), que criou mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher. (PINTO, 2010, p. 17).

As mulheres Sem Terra reconheciam a importância da sua luta junto aos homens e diante de cada realidade e suas diferentes especificidades, se faziam necessários, o debate de gênero e agroecologia, modo que possibilitam construir alternativas para as problemáticas que surgem no movimento, no trabalho ou na rua. Para Witcel (2020, p. 73) “Isso significa que elas travam também a luta dentro do próprio movimento que fazem parte, pois este não é uma ilha na sociedade”.

Os territórios ocupados pelo movimento Sem Terra de fato, possibilita novos aprendizados, novos caminhos para o processo de reconstrução de novas ideias e ideologias, por serem territórios ocupados por homens e mulheres que chegam carregados de vícios e desvios, construídos pela sociedade capitalista e machista ao longo da história.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho teve a intenção de apresentar mulheres Sem Terra como narradoras de suas próprias histórias de vida, quebrando o paradigma da invisibilidade e do anonimato, enquanto elas estão vivas. A pesquisa foi baseada na construção coletiva, com a contribuição de sete mulheres acampadas no Acampamento 8 de Março, seis assentadas no Assentamento Pequeno William e oito mulheres Sem Terra que integram os quadros do Movimento Sem Terra, como coordenadoras ou dirigentes.

Foi possível trazer um pouco do perfil dessas mulheres, uma oportunidade para visibilizar esse lugar do campo, na materialidade da sua vida e do ponto de vista da resistência, da dureza, que é um lugar de luta dos trabalhadores e trabalhadoras Sem Terra. Nesse processo de escrita, ao contar a história das mulheres Sem Terra me contemplo, ao ver na história de vida e luta delas a minha própria história. Um misto de pobreza, enfrentamento, migração, violência, mas também de muita luta, resistência e força se verifica no perfil das mulheres Sem Terra investigadas nesta pesquisa.

Este trabalho pôde contextualizar o lugar dos acampamentos e assentamentos no território de Planaltina/DF, a luta pela terra e os enfrentamentos nesses espaços a se constituir de luta pela sobrevivência, vida digna e do direito de produzir comida saudável. Esse contexto possibilita o desafio de entender um pouco do território do DF e nos mostra que a capital do país reproduz as exclusões sofridas pelos Sem Terra, Brasil afora. Este trabalho procura romper com o silenciamento do campo e visibilizar as sujeitas, aqui apresentadas como mulheres Sem Terra que migraram para o DF e ocuparam as periferias urbanas, para se reconstruírem no espaço rural do DF, na luta coletiva pela terra.

O Acampamento 8 de Março conta com um forte protagonismo de mulheres desde a quarta ocupação da área. A primeira ocupação ocorreu em 2004. A quarta ocupação ocorreu em 2012 e foi liderada pelas mulheres Sem Terra da direção do MST/DFE. O Assentamento Pequeno William, por sua vez, foi um espaço propulsor para o debate de gênero e agroecologia pelo MST/DFE. Foi ali onde o debate e a prática sobre gênero e agroecologia começaram a ganhar importância e serem internalizados na mente das famílias, a partir dos encontros, seminários e reuniões do Movimento Sem Terra desde a época em que esse assentamento ainda era um acampamento, em 2007.

Ambos os lugares passam por uma transição agroecológica que tem sido impulsionada por ações formativas, organizativas e produtivas do MST/DFE. O presente trabalho buscou apreender os efeitos desse processo sobre a contribuição para a luta do Movimento Sem Terra de 21 (vinte e uma) (treze) mulheres Sem Terra, entre acampadas, assentadas, coordenadoras e dirigentes do MST. Dentre essas 21 mulheres, apenas uma é nascida no DF, 13 dessas mulheres Sem Terra são moradores do Acampamento 8 de Março e do Assentamento Pequeno William. Elas são naturais de diferentes estados brasileiros, sendo a maioria mulheres nordestinas, principalmente da região centro oeste da Bahia. Assim, entre essas 13 mulheres Sem Terra, nenhuma é nascida no Distrito Federal, porém, todas migraram para o DF em busca de melhores condições de vida e aqui elas viram suas vidas carregadas de histórias jamais esquecidas em suas memórias.

São mulheres Sem Terra que foram se reconstruindo enquanto novas sujeitas do campo e da luta, baseada na conquista da terra como meio de sobrevivência. Elas saíram de seus estados para Brasília, sendo então jogadas nas periferias do DF. Na expectativa da conquista da terra, para a moradia e o trabalho, aqui se constituíram como sujeitas políticas, artífices de seu próprio destino, a partir dos processos formativos do MST.

Estamos falando de um espaço de campo esquecido e marginalizado pela ausência de um projeto que gere segurança, soberania e autonomia econômica, mas que, a partir de ocupações, vai se tornando um território de resistência pela ação de sujeitos e sujeitas até então invisibilizadas. A partir do debate, da formação, essas vidas são transformadas, por meio da elevação da consciência, em uma perspectiva política e econômica, uma questão desafiadora e central para a construção de conceitos e novas práticas que se contraponham ao modelo de morte do agronegócio.

Tendo participado das formações do MST, essas mulheres, quando perguntadas sobre o que significa para elas a reforma agrária, afirmaram ser a luta e a conquista da terra, para poderem produzir e criar os seus filhos. Para parte delas – sobretudo aquelas que estão há mais tempo no MST - a agroecologia está associada à reforma agrária, como bandeira de luta, modo de vida e um posicionamento político de contraposição ao modelo hegemônico de desenvolvimento. Assim, reforma agrária e agroecologia figuram nas respostas de parte dessas mulheres como elementos que não se dissociam um do outro.

Todas as 21 mulheres Sem Terra entrevistadas concordam que a agroecologia é também um modelo de produção com potencial para garantir a segurança alimentar e a sustentabilidade

para o meio ambiente. Elas destacam ainda ganhos com o aumento da diversidade de alimentos produzidos, sobretudo para a saúde da família e dos consumidores.

A agroecologia precisa ser vista como um projeto permanente e estruturante de um novo modelo que seja capaz de romper com o devastador modelo capitalista e que seja capaz de fortalecer a Reforma Agrária Popular, com implementação, de fato, nos grandes latifúndios e monocultivos do agronegócio. Afinal, a agroecologia precisa ser uma estratégia internalizada nas mentes da classe trabalhadora, do campo e da cidade, como projeto de desenvolvimento rural sustentável e de continuidade para a vida terrena.

Neste trabalho observa-se que as mulheres Sem Terra, que têm mais tempo de militância, tendo participado de um maior número de processos formativos e que estão nas tarefas de direção e coordenação diversos, apresentam uma perspectiva mais abrangente sobre os temas colocados durante as entrevistas, além de maior capacidade de leitura da realidade, do que as que têm menos tempo e participação nos processos formativos do Movimento Sem Terra. De todo modo, no conjunto, as percepções das mulheres Sem Terra se mostram muito próximas de definições correntes nos movimentos sociais da agroecologia, por se tratar de algo mais amplo que um mero sistema agrícola. Segundo Pádua (2001, p. 111), em documento preparatório ao primeiro encontro nacional de agroecologia, “a agroecologia é muito mais do que uma forma de gestão de recursos naturais, configurando-se como um novo modo de vida rural, capaz de conjugar valores, qualidade de vida, trabalho, renda, democracia, emancipação política, em um mesmo processo.”

Sem que fosse previsto (pois não havia uma pergunta específica sobre o tema no roteiro de entrevistas adotado), muitas mulheres relataram violências vivenciadas, desde a infância, pelo autoritarismo, pelo machismo de seus maridos (ou ex-maridos) e de outros homens próximos e familiares. Uma violência cotidiana, marcada nas atitudes e nas ações dos homens, e muito naturalizada no dia a dia das mulheres. As mulheres demonstraram em seus relatos o quanto essa violência está presente em suas vidas, desde expressões sutis ouvidas por elas a brincadeiras de crianças, mas sobretudo na violação do direito aos seus corpos, nas relações afetivo-sexuais com seus maridos e nas agressões físicas sofridas ao longo dos anos. Alguns dos relatos também revelam como essas mulheres vieram sendo afetadas pela violência contra os Trabalhadores Sem Terra, por conflitos fundiários, se vendo assim obrigadas a se deslocarem de um estado para o outro para se protegerem de ameaças e atentados. A luta pela terra e os processos formativos têm representado oportunidades de transformação desse quadro

representa uma ruptura das mulheres Sem Terra com relação à violência patriarcal que estrutura a sociedade.

Os processos formativos, organizativos e produtivos têm oferecido a essas mulheres espaços para se apoiarem umas das outras e perceberem que não estão sós. Seja em pequenas oficinas ou em um grande encontro, como o I Encontro Nacional de Mulheres Sem Terra (em 2020), os processos formativos ampliam os horizontes dessas mulheres e as projetam como novas sujeitas políticas, para participarem em processos de tomada de decisão, na demarcação de espaços políticos, de lutas revolucionárias e de conquistas por direitos.

As vinculações desse processo com a agroecologia ficam evidentes na expressão utilizada pelas mulheres Sem Terra: “não se produz alimentos saudáveis com relações doentes”. Assim, entendida como um modo de vida, a agroecologia implica em repensar as relações de forma geral, as relações da espécie humana com a natureza e as relações entre pessoas. As entrevistas revelam ainda que os processos formativos vêm contribuindo para a autonomia das mulheres Sem Terra, mas em sentido amplo. Não somente em uma perspectiva de obtenção da renda, mas principalmente pela autodeterminação para organizar e desenvolver o trabalho de forma semelhante ao relatado por Vale (2015) na análise do caso das mulheres quebradeiras de coco, no Maranhão.

Nesta pesquisa, o I Encontro Nacional das Mulheres Sem Terra foi visto pelas mulheres Sem Terra como um espaço formativo e organizativo de suma importância para elas. Uma organização de um espaço como este encontro demonstra a conquista da autonomia pelas mulheres, em âmbitos políticos e econômicos.

A agroecologia aponta assim para alternativas, gestadas e vivenciadas pelas mulheres no contexto da formação e da própria produção agroecológica, ou seja, por meio da articulação entre teoria e prática. É parte desse processo a quebra do silenciamento, para que elas se sintam prontas a partirem para a tomada de decisões e, assim, terem autonomia, seja política ou de renda.

A partir dos resultados das entrevistas, percebo que há um consenso entre as mulheres Sem Terra de que os processos de formação do Movimento Sem Terra tiveram um papel fundamental para suas vidas. Elas entendem a importância da agroecologia como instrumento de novas possibilidades de fortalecimento e libertação contra o sistema opressor do agronegócio e do machismo. Nesse aspecto, concluo que a participação das mulheres na luta pela terra e nos processos formativos do MST contribui para que tomem consciência das violências sofridas e

busquem construir coletivamente formas de romper com os esquemas de poder que as submetem. Dito de outro modo, são processos que fortalecem e transformam o modo de vida das mulheres acampadas e assentadas.

As histórias de luta das mulheres Sem Terra, acampadas ou assentadas, são bem parecidas. Elas também confirmam o enfrentamento que o MST trava contra esse latifúndio das violências e reafirmam que ainda é preciso persistir nesse esforço para que o patriarcado seja superado de fato, para que seus territórios se tornem livres das violências e do machismo. Embora o MST sempre reinvente as suas lutas em prol de bandeiras fundamentais para a reconstrução de novos sujeitos e sujeitas do campo, ainda falta muito para a transformação de novas consciências, principalmente nas mentes naturalizadas pelo machismo.

Para muitas mulheres Sem Terra, esse debate precisa enraizar-se nas bases do movimento, para que elas possam entender esse novo modo de feminismo camponês popular, que ainda é pouco compreendido pela maioria das mulheres Sem Terra acampadas e assentadas no 8 de Março e no Pequeno William. Apesar do debate e conceito advim de algum tempo, feitos pelas as mulheres camponesas e Sem Terra, principalmente nos espaços de debate, estudo e organizativos das instâncias nacionais e estaduais do MST. Observo que a maior compreensão do conceito do feminismo camponês popular está mais fortalecida entre as mulheres Sem Terra com tarefas de direção estadual do MST/DFE. Este trabalho, portanto, contribui para demonstrar que as mulheres Sem Terra aprendem e se formam a partir da luta coletiva do movimento e que essa formação possibilita caminhos para elas se reorganizarem diante das dificuldades e necessidades.

Assim, apesar do machismo autoritário, herdado do sistema patriarcal e do capital, mulheres Sem Terra do Acampamento 8 de Março e do Assentamento Pequeno William, em Planaltina – DF, têm encontrado espaço de formação para se fortalecerem, superarem o histórico de violência, produzirem alimentos saudáveis e atuarem politicamente na defesa de seus direitos, com o apoio do Movimento Sem Terra. É no âmbito dos processos formativos e produtivos que as Mulheres Sem Terra se organizam no intuito de terem autonomia na geração de renda, por meio da produção ou comercialização de sua produção agrícola, cultural, artesanal ou intelectual. Mas é também nesses espaços que descobrem que podem se apoiar mutuamente para mudar a sua realidade, pela ação política.

Ainda há desafios para os processos formativos dirigidos à base do MST, para o desenvolvimento de novas consciências e de novos militantes, capazes de fazerem a leitura da

realidade, assumirem seu lugar de fala e a defesa do território que ocupam, criando estratégias que garantam a conquista da terra, conforme o paradigma da Reforma Agrária Popular. Outro grande desafio é romper com as violências sofridas pelas mulheres Sem Terra.

No que se refere à agroecologia, ela precisa ser compreendida como condição de vida, independentemente de conceitos. É necessário que a agroecologia seja um instrumento de possibilidades e fortalecimentos da luta contra o sistema destruidor do agronegócio e do machismo na sociedade em geral. A certificação dos produtos agroecológicos, por exemplo, deve ser uma conquista, assim como a terra para todo o povo Sem Terra.

A trajetória das mulheres Sem Terra do Acampamento 8 de Março e do Assentamento Pequeno William é carregada de marcas, das migrações provocadas pela concentração de terras às diversas violências que caracterizam o capitalismo e o patriarcado e que as afetam de forma direta e indireta. Nesse contexto, o MST surge como um sujeito político, coletivo, aglutinador e transformador. O programa formativo do MST tem sido um instrumento que possibilita a promoção da autonomia política e econômica das mulheres Sem Terra, preparando-as para a disputa do modelo de desenvolvimento, mas também para romperem com o silenciamento das violências sofridas, tornando-se protagonistas na luta, como demonstrado neste trabalho.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALTIERI, Miguel. **Agroecologia: Bases científicas para uma agricultura sustentável**. São Paulo. Expressão Popular, 2012.
- BORGES, L, Barbara. **Reforma Agrária e Abastecimento: A agricultura Camponesa do Distrito Federal Construindo a Segurança e Soberania Alimentar**. Dissertação – (Programa de Pós-Graduação em Meio Ambiente e Desenvolvimento Rural PPG-Mader), Brasília, 2018.
- BOURDIEU, PIERRE. **O Poder Simbólico**. Lisboa: DIFEL; Rio de Janeiro. 1989.
- BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.
- CAMPOS, Neio; KRAHL, Maria Flora Lottici. Territorialidade: Elo entre o espaço rural e o espaço urbano. In: STEINBERG, Marília (Org.). **Território, ambiente e políticas públicas espaciais**. Brasília: LGE editora. V. 1, 2006.
- CARCANHOLO, Reinaldo (Org.). **Capital: essência e aparência**. Volume I. 1. Ed. Ed. Expressão popular. São Paulo. 2011.
- CARTER, Miguel; CARVALHO, Horacio Martins de. A luta na terra: fonte de crescimento, inovação e desafio constante ao MST. In: CARTER, Miguel (Org.). **Combatendo a desigualdade social: O MST e a Reforma Agrária no Brasil**. São Paulo: Ed. da UNESP, 2010.
- CARVALHO. Horácio Martins de. **As Lutas Sociais no Campo: modelos de produção em confronto**. São Paulo: Expressão Popular, 2014.
- CODEPLAN – Companhia de Planejamento do Distrito Federal. **Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílios - PDAD/DF**. Brasília, 2015. Disponível em: <https://www.codeplan.df.gov.br/wp-content/uploads/2018/02/PDAD-Distrito-Federal-1.pdf>. Acesso em 10 de outubro de 2021.
- CPT – **Conflitos no Campo – Brasil 2018**. O silenciamento das mulheres camponesas em situação de conflitos no campo e as sementes que anunciam suas resistências Goiânia: CPT Nacional – Brasil, 2019.
- DEERE, Carmem Diana. **Os direitos da mulher à terra e os movimentos sociais rurais na reforma agrária brasileira**. Estudos Feministas, Florianópolis, 12(1): 360, janeiro-abril/2004.
- DELGADO, Guilherme Costa. **Do capital financeiro na agricultura à economia do agronegócio: mudanças cíclicas em meio século (1965-2012)**. Porto Alegre: UFRGS, 2012.

- DUARTE, Constância Lima. **Feminismo**: uma história a ser contada. In: HOLLANDA, Heloisa Buarque de (Org.). *Pensamento feminista brasileiro: formação e contexto*. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019.
- DUARTE, Laura Maria Goulart, GUÉNEAU, Stéphane. DINIZ, Janaína Deane de Abreu; PASSOS, Carlos José Sousa. Valorización de los patrimonios alimentarios y productos agroextractivistas del Cerrado brasileño en la gastronomía: un estudio sobre el Festival Gastronómico Cerrado Week. In: REBAÏ, Nasser; BILHAUT, Anne-Gaël; DE SUREMAIN, Charles-Édouard; KATZ, Esther; PAREDES, Myrian (Org.). **Patrimonios alimentarios en América Latina: recursos locales, actores y globalización**. IRD Éditions/IFES, 2020, p. 109-136.
- FERNANDES, Bernardo Mançano. **A formação do MST no Brasil**. 2.ed. Petrópolis, Rio de Janeiro: Editora Vozes. 2001.
- FERNANDES, Bernardo Mançano. Território Camponês. In: CALDART, Roseli; PEREIRA, Isabel Brasil; ALENTEJANO, Paulo; FRIGOTTO, Gaudêncio (org.). **Dicionário da Educação do Campo**. Expressão popular: Rio de Janeiro. 2012.
- FIOCRUZ – Fundação Oswaldo Cruz. **Mapa de conflitos**: Injustiça ambiental e saúde no Brasil. Mapa de conflitos, 2005. Disponível em: <http://mapadeconflitos.ensp.fiocruz.br/conflito/df-trabalhadores-rurais-sem-terra-reivindicam-o-encaminhamento-de-terras-para-reforma-agraria/>. Acesso em: 15 de abril de 2020.
- FONSECA, Fernando Oliveira (Org.). **Águas Emendadas/Distrito Federal**. Brasília: SEDUMA, 2008.
- GASPARINI, Geraldo; NUNES, Debora. **Reforma Agrária Popular**. Guararema, São Paulo, 2020.
- GIL, ANTÔNIO CARLOS. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2008.
- GONZÁLEZ, Ana Isabel Álvarez. **As origens e a comemoração do Dia Internacional das Mulheres**. São Paulo: Expressão Popular, 2010.
- GÖTSCH, Ernst. **Homem e natureza**: cultura na agricultura. Recife: Centro de Desenvolvimento Agroecológico Sabiá, 1995.
- GLIESSMANN, Stephen Richard. **Agroecologia**: processos ecológicos em agricultura sustentável. 2. ed. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2001.
- GUÉNEAU, S.; DINIZ, J. D. A. S.; NOGUEIRA, M. C. R.. Alternativas para o desenvolvimento do bioma Cerrado: o uso sustentável da sociobiodiversidade pelas comunidades agroextrativistas. In: GUÉNEAU, Stéphane; DINIZ, Janaína D.A.S.; PASSOS, Carlos J. S. (Org.). *Alternativas para o bioma Cerrado: agroextrativismo e uso sustentável da sociobiodiversidade*. 1ed. Brasília: Mil Folhas, 2020, p. 21-75.

- GUZMÁN, Eduardo Sevilla. **Uma estratégia de sustentabilidade a partir da Agroecologia.** Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável. Porto Alegre, v. 2, n. 1, jan./mar.2001. Disponível em: <http://mapadeconflitos.ensp.fiocruz.br/?conflito=df-trabalhadores-rurais-sem-terra-reivindicam-o-encaminhamento-de-terras-para-reforma-agraria>. Acesso em 15 de abril de 2020.
- IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo agropecuário 2006.** Rio de Janeiro: IBGE, 2007.
- IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. IBGE Educa. Disponível em: <https://educa.ibge.gov.br/jovens/conheca-o-brasil/territorio/18307-biomas-brasileiros.html>. Acesso em 10 de abril de 2020.
- IBRAM – INSTITUTO BRASÍLIA AMBIENTAL. **Você conhece a história da Estação Ecológica Águas Emendadas?** IBRAM, 2020. Disponível em: <https://www.ibram.df.gov.br/voce-conhece-a-historia-da-estacao-ecologica-aguas-emendadas/>. Acesso em 10 de outubro de 2021.
- INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. **O que é um assentamento?** Antigo INCRA, 2020. Disponível em: <https://antigo.incra.gov.br/pt/assentamentos.html>. Acesso em 15 de abril de 2020.
- MACHADO, A, T; SANTILLI, J; MAGALHÃES, R. **A agrobiodiversidade com enfoque agroecológico: implicações conceituais e jurídicas.** EMBRAPA, Brasília. 2008.
- MELO, Teles João (Org.). **Reforma Agrária Quando?** CPI mostra as causas da luta pela terra no Brasil. Brasília. 2006.
- MEURER, Leila Denise; RAMALHO, Ana Isabel M; KRAUSER, Raul Ristow. A Trajetória Histórica das Mulheres no Movimento dos Pequenos ao Plano Camponês. Agricultores – MPA e Suas Contribuições. In: TAVARES, Joselita; COSTA, Josineide; FAGUNDES, Marli (Orgs.). **Diversidade produtiva das mulheres do MPA.** 1º ed. Expressão Popular. São Paulo. 2016.
- MOREIRA, Daniel Augusto. **O método fenomenológico na pesquisa.** São Paulo: Pioneira Thomson, 2002.
- MOREIRA, Sara Luiza de Souza. **A contribuição da marcha das margaridas na construção das políticas pública de agroecologia no Brasil.** Dissertação de mestrado do Programa de Pós-Graduação em Meio Ambiente e Desenvolvimento Rural da Faculdade UnB de Planaltina – Universidade de Brasília. 2019.
- MOREIRA, Silvana dos Santos. **Os processos de transição agroecológica no Centro sul do Paraná:** avanços e desafios vivenciados pelas famílias do Núcleo Monge João Maria. Tese de Doutorado em Ciências Sociais Aplicadas – Área de concentração: Cidadania e Políticas Públicas), Universidade Estadual de Ponta Grossa. 2020.
- MST, **Cartilha:** Normas Gerais e Princípios Organizativos do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. São Paulo, 2016.

- MST - Caderno de formação setor de gênero. **A conspiração dos gêneros elementos para o trabalho de base.** MST. Brasil. 2018.
- MST - ENGELMANN, I. Solange. **A mulher camponesa e a luta por trabalho e dignidade na agricultura.** Rev. Biodiversidad. 2018. Disponível em: <https://mst.org.br/2018/07/25//>Acessado em: 20/07/2019.
- MST, **História do MST:** A gente cultiva a terra e ela cultiva a gente. Veranópolis, RS, dezembro de 2015.
- MST, Caderno de formação nº 50 – Jornada Nacional de Formação e Trabalho de Base. 1º ed. São Paulo. 2021, p.54.
- MST, **Programa Agrário do MST: Texto em Construção para o VI congresso Nacional.** Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. São Paulo, 2013.
- MST, **Regras e normas: núcleo de produção Agroecológica Lobeira.** Setor produção cooperação e meio ambiente. Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. Brasília, 2020.
- PADUA, José Augusto. (Org.) **Seminário preparatório ao Encontro Nacional de Agroecologia.** Rio de Janeiro, 27 e 28 de julho de 2001. Rio de Janeiro, agosto de 2001.
- PAULILO, Maria Ignez Silveira. **Feminismo Camponês e Popular e Pós-modernismo.** Estudos e Sociedade Agricultura Vol. 29 p. 253-277 - jun. a set. 2021.
- PINTO, Céli Regina Jardim. **Feminismo, história e poder.** Rev. Sociol. Polít., Curitiba, v. 18, n. 36, jun. 2010.
- PRIMAVESI, Ana Maria. **Agroecologia e manejo do solo.** Rev. Agriculturas. v.5 nº 3 – setembro de 2008.
- SAFFIOTI, Heleith I. B. Rearticulando gênero e classe social. In: COSTA, Albertina de Oliveira; BRUSCHINI, Cristina. (Org.). **Uma questão de gênero.** Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos; São Paulo: Fundação Carlos Chagas, 1992.
- SARAIVA, R, C, F. **Território, patrimônio e identidade cultural na economia criativa em Planaltina- DF.** RELATÓRIO FINAL. Chamada CNPq/MinC/SEC Nº 80/2013. Brasília, 2015. p, 04.
- SAMPAIO JUNIOR, Plínio de Arruda. **Notas críticas sobre a atualidade e os desafios da questão agrária.** Mimeografado, 2012.
- SAUER, Sérgio; BALESTRO, Moisés Villamil (Orgs.) **Agroecologia e os desafios da transição agroecológica.** Ed. Expressão popular. 2º Ed. São Paulo. 2013.
- SAUER, S.; SARAIVA, R. C. F. (Re)construção da memória de repressão e resistências camponesas: reflexões sobre a Comissão Camponesa da Verdade. Anais do 39º Encontro Anual da ANPOCS, 2015, Caxambu - Minas Gerais, 2015, p. 1-15.

- SILIPRANDI, Emma. **Mulheres e agroecologia: a construção de novos sujeitos políticos na agricultura familiar**. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Sustentável) – CDS, UnB. Brasília. 2009.
- SILIPRANDI, Emma. **Mulheres agricultoras e a construção dos movimentos agroecológicos no Brasil**. In: NEVES, Delma Pessanha; MEDEIROS, Leonilde Servolo de Medeiros (Org.). *Mulheres camponesas: trabalho produtivo e engajamentos políticos*. Niterói: Alternativa, 2013, p. 329-343.
- SILVA, Marcio Gomes da. **Pedagogia do Movimento Agroecológico: Fundamentos teórico-metodológicos**. Tese (doutorado em educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal Fluminense. Niterói, 2020.
- SILVA, Marco Antonio Baratto Ribeiro da. **Questão agrária e luta pela terra: a consolidação os assentamentos de reforma agrária no Distrito Federal e Entorno**. (Tese de doutorado). UnB. Brasília. Brasília, 2017.
- SISAN, Caderno nº 1. **A Agroecologia e o direito humano à alimentação adequada**. Tradução do Relatório de Olivier de Schutter. Relator especial da ONG para o direito à alimentação. Brasília. MDS. 2012.
- STÉDILE, João Pedro (org.). **A questão agrária no Brasil: o debate tradicional-1500-1960**. Vol 1. São Paulo: Expressão Popular, 2005.
- STÉDILE, João Pedro (org.). **Experiências históricas de reforma agrária no mundo**. Vol 1. São Paulo: Expressão Popular, 2020.
- TARDIN, José Maria; GUHUR; Dominique Michèle Periotto. **Agroecologia: uma contribuição camponesa à emancipação humana e à restauração revolucionária da relação metabólica sociedade-natureza**. In: MOLINA, Mônica Castagna; SANTOS, Clarice Aparecida; MICHELOTTI, Fernando; SOUSA, Romier da Paixão (Orgs.). **Análise de práticas contra-hegemônicas na formação dos profissionais de Ciências Agrárias - Reflexões sobre o Programa Residência Agrária**. Volume II. Brasília: Ed. UnB, 2017.
- VALE, Scheila Regina Gomes Alves. **Avaliação do perfil das quebradeiras de coco babaçu e de suas condições de trabalho no município de Itapecuru - Mirim/MA**. Dissertação (Mestrado Interinstitucional em Saúde Pública e Meio Ambiente) Fundação Oswaldo Cruz, Escola Nacional de Saúde Pública Sérgio Arouca e Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão, Rio de Janeiro, 2015.
- VERGARA, Sylvia Constant. **Métodos de coletas e dados no campo**. São Paulo: Editora Atlas, 2009.
- VIA, Campesina. **Feminismo Camponês e Popular**. Reunião das Mulheres da Via Campesina Brasil Seberi, Rio Grande do Sul, 2019.
- WEZEL, A. et al. **Agroecology as a science, a movement and a practice: a review**. *Agronomy for Sustainable Development*, v. 29, n. 4, p. 503-515, 2009.

WITCEL, Rosmeri. **A luta do “Oito de março” como espacialização emancipatória do debate feminista no Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST).** Dissertação - UNESP, Guararema, 2020.

APÊNDICE I – Questionário semiestruturado



Universidade de Brasília - UNB
Faculdade UnB Planaltina - FUP
Programa de Pós-Graduação em Meio Ambiente e Desenvolvimento Rural.
PPG - MADER

O PAPEL DA FORMAÇÃO E DA PRODUÇÃO AGROECOLÓGICA NA PROMOÇÃO DA AUTONOMIA POLÍTICA E ECONÔMICA DE MULHERES SEM TERRA EM LUTA PELO TERRITÓRIO EM PLANALTINA, DISTRITO FEDERAL

Mestranda: Edineide Soares da Rocha
Orientadora: Monica Nogueira
Co-orientadora: Janaina Diniz

Entrevistada		
Nome:		
Estado civil:	Escolaridade:	Idade:
Assentamento/Acampamento:		
Nasceu em qual cidade?		Estado:
Tem filhos? Sim () Não ()		Quantos?
Quanto tempo participa do MST?		
Qual é a sua tarefa atual no Assentamento/acampamento pelo (a) MST/ Associação?		
Você já contribuiu pelo o movimento em quais setores, coletivos, coordenações, direções? Caso seja afirmativo, descreva.		

Linha de pesquisa: Desenvolvimento rural sustentável e sociobiodiversidade.

Questionário semiestruturado:

1. Pode falar resumidamente porque você decidiu participar da luta pela Terra no Movimento Sem Terra?

2. Você sabe o que é Reforma Agrária Popular e Agroecologia? Se for afirmativo. O que é?
Sim () Não ()
3. Você participa do planejamento na área de produção? Em caso negativo, o que impede sua participação?
4. O que motivou a sua escolha pelo manejo agroecológico?
5. Qual a importância do seu trabalho como agricultora para a segurança alimentar?
6. Na sua casa as tarefas domésticas são responsabilidade de quem?
7. Você concorda que as tarefas precisam ser divididas, no âmbito doméstico, do cuidado e trabalho produtivo?
Sim () Não ()
8. Você já participou de outros movimentos populares, associações, cooperativas antes do MST? Em caso afirmativo, relate sua experiência
Sim () Não ()
9. Você já participou ou participa das reuniões, cursos, seminários, encontros do MST (ou associação/órgãos públicos)? O que pode me dizer sobre o processo de formação do MST?
Sim () Não ()
10. Você costuma opinar, se expressar e debater durante as reuniões, seminários, encontros, cursos? Acha importante ou não e porquê?
Às vezes () Raramente () Sempre ()
11. As atividades organizadas pelo o MST que participou ajuda você a produzir comida saudável para atender a sua família? (Cite o que produz e quais está produzindo em maior quantidade depois da formação no quintal ou na sua parcela).
12. Participou de algum evento de mulheres nos últimos anos e do Encontro Nacional das Mulheres Sem Terra em 2020). Em caso afirmativo, relate sua experiência.
Sim () Não ()
13. Você acha que debater gênero/feminismo e agroecologia faz parte da luta e conquista da Terra e porquê?
14. O que você sugere para motivar a participação das mulheres Sem Terra nos espaços formativos organizados pelo o MST?
15. Você tem perspectivas futuras no âmbito, da produção agroecológicas para a sua autonomia política? Porque?

Sim () Não ()

APÊNDICE II – Roteiro de entrevistas



Universidade de Brasília - UNB
Faculdade UnB Planaltina - FUP
Programa de Pós-Graduação em Meio Ambiente e Desenvolvimento Rural.
PPG - MADER

**O PAPEL DA FORMAÇÃO E DA PRODUÇÃO AGROECOLÓGICA NA
 PROMOÇÃO DA AUTONOMIA POLÍTICA E ECONÔMICA DE MULHERES SEM
 TERRA EM LUTA PELO TERRITÓRIO EM PLANALTINA, DISTRITO FEDERAL**

Mestranda: Edineide Soares da Rocha.

Roteiro 01: Dirigentas e coordenadoras formadoras, organizadoras das ações formativas, organizativas e produtivas

Identificação

Nome: _____ sexo: _____
 Idade: _____ escolaridade: _____ estado civil: _____
 Origem: cidade e estado: _____
 Função que exerce no MST: _____
 Assentamento: _____
 Tempo que participa do MST: _____
 Locais onde já atuou pelo MST: _____

Quais motivos levaram a organização das ações/processos

- 1 - Ações, processos formativos, organizativos ou produtivos voce participou? Exemplos: encontros, marchas, seminários, cursos, escolas estaduais, mutirões, ENFF, Centro de formação. etc.
- 2 - Há quanto tempo organizaram essas ações
- 3 - Que dificuldades enfrentaram e enfrentam para manter as ações/processos
- 4 - Informar sobre as ações/processos que existem na atualidade.
- 5 - Falar como pensaram e formalizaram a articulação entre gênero e agroecologia nas ações/processos de formação e organização das mulheres Sem Terra
- 6 - Como percebem a participação das Mulheres Sem Terra nas ações?
 da participação nas ações (pedir para falar sobre as mudanças, caso percebidas).

- 7 - Se as mudanças observadas ajudam na promoção da conservação do meio ambiente (solicitar que explicita as mudanças e as razões pelas quais acreditam ser conservacionistas).
- 8 - Se a participação nos processos têm motivado práticas que fomentem a segurança alimentar das famílias e comunidades? (solicitar que explicitem essas práticas)
- 9 - Se a participação nas ações/processos tem promovido autonomia política e econômica das mulheres? (solicitar que de exemplos do que percebe como maior autonomia política e econômica das mulheres que participaram/participam das ações)
- 10 - Índices de desistências da participação das mulheres nas ações/processos formativos (ver se conhecem as razões dessas desistências e solicitar que falem sobre essas mudanças)
- 11 - Dificuldades para manter a participação das Mulheres Sem Terra nas ações propostas (explicitar as dificuldades)
- 12 - Comparar as atitudes práticas entre mulheres que participam das ações e aquelas que não participam das ações?
- 13 - Compare a visibilidade da mulher que participa das ações com aquelas que não participam das ações? (aponte elementos práticos)
- 14 - O que é feminismo camponês popular e como as mulheres Sem Terra estão nesse engajamento?

APÊNDICE III – Termos de consentimento: modelo e assinaturas

**UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA - UNB
FACULDADE DE PLANALTINA – FUP
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM MEIO AMBIENTE E
DESENVOLVIMENTO RURAL – PPG-MADER**

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Concordo em participar, como voluntário, do estudo que tem como pesquisadora responsável a aluna de pós-graduação EDINEIDE SOARES DA ROCHA, do curso de MESTRADO da Universidade de BRASÍLIA - UNB, que pode ser contatado pelo e-mail rochaedineide@hotmail.com e pelo telefone (61) 986099996. Tenho ciência de que o estudo tem em vista realizar entrevistas com mulheres Sem Terra acampadas e assentadas do 8 de Março e do Pequeno William e dirigentes e coordenadoras do MST/DFE, visando, por parte do(a) referido(a) aluna a realização de um trabalho de conclusão de mestrado do Programa de pós - graduação em Meio Ambiente e Desenvolvimento Rural (PPG-Mader), intitulada “O papel da formação e da produção agroecológica na promoção da autonomia política e econômica de mulheres Sem Terra em luta pelo território em Planaltina, Distrito Federal”. Minha participação consistirá em conceder uma entrevista que será gravada e transcrita. Entendo que esse estudo possui finalidade de pesquisa acadêmica, que os dados obtidos serão divulgados, com minha autorização, e que nesse caso será preservado o anonimato das participantes, assegurando assim minha privacidade. A mestranda providenciará uma cópia da transcrição da entrevista para meu conhecimento. Além disso, sei que posso abandonar minha participação na pesquisa quando quiser e que não receberei nenhum pagamento por esta participação.

Assinatura

Planaltina-DF, 10 de fevereiro de 2021



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA - UNB
FACULDADE DE PLANALTINA - FUP
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM MEIO AMBIENTE E
DESENVOLVIMENTO RURAL - PPG-MADER

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Concordo em participar, como voluntário, do estudo que tem como pesquisadora responsável a aluna de pós-graduação EDINEIDE SOARES DA ROCHA, do curso de MESTRADO da Universidade de BRASÍLIA - UNB, que pode ser contatado pelo e-mail rochaedineide@hotmail.com e pelo telefone (61) 986099996. Tenho ciência de que o estudo tem em vista realizar entrevistas com mulheres Sem Terra acampadas e assentadas do 8 de Março e do Pequeno William e dirigentes e coordenadoras do MST/DFE, visando, por parte do(a) referido(a) aluna a realização de um trabalho de conclusão de mestrado do Programa de pós - graduação em Meio Ambiente e Desenvolvimento Rural (PPG-Mader), intitulada "O papel da formação e da produção agroecológica na promoção da autonomia política e econômica de mulheres Sem Terra em luta pelo território em Planaltina, Distrito Federal". Minha participação consistirá em conceder uma entrevista que será gravada e transcrita. Entendo que esse estudo possui finalidade de pesquisa acadêmica, que os dados obtidos serão divulgados, com minha autorização, e que nesse caso será preservado o anonimato das participantes, assegurando assim minha privacidade. A mestrandia providenciará uma cópia da transcrição da entrevista para meu conhecimento. Além disso, sei que posso abandonar minha participação na pesquisa quando quiser e que não receberei nenhum pagamento por esta participação.

Maria Bárbara Pereira Santos
Assinatura

Planaltina-DF, 10 de fevereiro de 2021



**UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA - UNB
FACULDADE DE PLANALTINA - FUP
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM MEIO AMBIENTE E
DESENVOLVIMENTO RURAL - PPG-MADER**

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Concordo em participar, como voluntário, do estudo que tem como pesquisadora responsável a aluna de pós-graduação EDINEIDE SOARES DA ROCHA, do curso de MESTRADO da Universidade de BRASÍLIA - UNB, que pode ser contatado pelo e-mail rochaedineide@hotmail.com e pelo telefone (61) 986099996. Tenho ciência de que o estudo tem em vista realizar entrevistas com mulheres Sem Terra acampadas e assentadas do 8 de Março e do Pequeno William e dirigentes e coordenadoras do MST/DFE, visando, por parte do(a) referido(a) aluna a realização de um trabalho de conclusão de mestrado do Programa de pós - graduação em Meio Ambiente e Desenvolvimento Rural (PPG-Mader), intitulada "O papel da formação e da produção agroecológica na promoção da autonomia política e econômica de mulheres Sem Terra em luta pelo território em Planaltina, Distrito Federal". Minha participação consistirá em conceder uma entrevista que será gravada e transcrita. Entendo que esse estudo possui finalidade de pesquisa acadêmica, que os dados obtidos serão divulgados, com minha autorização, e que nesse caso será preservado o anonimato das participantes, assegurando assim minha privacidade. A mestrandia providenciará uma cópia da transcrição da entrevista para meu conhecimento. Além disso, sei que posso abandonar minha participação na pesquisa quando quiser e que não receberei nenhum pagamento por esta participação.

Antonia Coussa Alves
Assinatura

Planaltina-DF, 10 de fevereiro de 2021



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA - UNB
FACULDADE DE PLANALTINA - FUP
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM MEIO AMBIENTE E
DESENVOLVIMENTO RURAL - PPG-MADER

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Concordo em participar, como voluntário, do estudo que tem como pesquisadora responsável a aluna de pós-graduação EDINEIDE SOARES DA ROCHA, do curso de MESTRADO da Universidade de BRASÍLIA - UNB, que pode ser contatado pelo e-mail rochaedineide@hotmail.com e pelo telefone (61) 986099996. Tenho ciência de que o estudo tem em vista realizar entrevistas com mulheres Sem Terra acampadas e assentadas do 8 de Março e do Pequeno William e dirigentes e coordenadoras do MST/DFE, visando, por parte do(a) referido(a) aluna a realização de um trabalho de conclusão de mestrado do Programa de pós - graduação em Meio Ambiente e Desenvolvimento Rural (PPG-Mader), intitulada "O papel da formação e da produção agroecológica na promoção da autonomia política e econômica de mulheres Sem Terra em luta pelo território em Planaltina, Distrito Federal". Minha participação consistirá em conceder uma entrevista que será gravada e transcrita. Entendo que esse estudo possui finalidade de pesquisa acadêmica, que os dados obtidos serão divulgados, com minha autorização, e que nesse caso será preservado o anonimato das participantes, assegurando assim minha privacidade. A mestrande providenciará uma cópia da transcrição da entrevista para meu conhecimento. Além disso, sei que posso abandonar minha participação na pesquisa quando quiser e que não receberei nenhum pagamento por esta participação.

Maria das graças de Jesus Santana

Assinatura

Planaltina-DF, 10 de fevereiro de 2021



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA - UNB
FACULDADE DE PLANALTINA - FUP
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM MEIO AMBIENTE E
DESENVOLVIMENTO RURAL - PPG-MADER

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Concordo em participar, como voluntário, do estudo que tem como pesquisadora responsável a aluna de pós-graduação EDINEIDE SOARES DA ROCHA, do curso de MESTRADO da Universidade de BRASÍLIA - UNB, que pode ser contatado pelo e-mail rochaedineide@hotmail.com e pelo telefone (61) 986099996. Tenho ciência de que o estudo tem em vista realizar entrevistas com mulheres Sem Terra acampadas e assentadas do 8 de Março e do Pequeno William e dirigentes e coordenadoras do MST/DFE, visando, por parte do(a) referido(a) aluna a realização de um trabalho de conclusão de mestrado do Programa de pós - graduação em Meio Ambiente e Desenvolvimento Rural (PPG-Mader), intitulada "O papel da formação e da produção agroecológica na promoção da autonomia política e econômica de mulheres Sem Terra em luta pelo território em Planaltina, Distrito Federal". Minha participação consistirá em conceder uma entrevista que será gravada e transcrita. Entendo que esse estudo possui finalidade de pesquisa acadêmica, que os dados obtidos serão divulgados, com minha autorização, e que nesse caso será preservado o anonimato das participantes, assegurando assim minha privacidade. A mestrandia providenciará uma cópia da transcrição da entrevista para meu conhecimento. Além disso, sei que posso abandonar minha participação na pesquisa quando quiser e que não receberei nenhum pagamento por esta participação.

Waldenir Lima de Souza Bispo
Assinatura

Planaltina-DF, 10 de fevereiro de 2021



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA - UNB
FAÇULDADE DE PLANALTINA - FUP
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM MEIO AMBIENTE E
DESENVOLVIMENTO RURAL - PPG-MADER

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Concordo em participar, como voluntário, do estudo que tem como pesquisadora responsável a aluna de pós-graduação EDINEIDE SOARES DA ROCHA, do curso de MESTRADO da Universidade de BRASÍLIA - UNB, que pode ser contatado pelo e-mail rochaedineide@hotmail.com e pelo telefone (61) 986099996. Tenho ciência de que o estudo tem em vista realizar entrevistas com mulheres Sem Terra acampadas e assentadas do 8 de Março e do Pequeno William e dirigentes e coordenadoras do MST/DFE, visando, por parte do(a) referido(a) aluna a realização de um trabalho de conclusão de mestrado do Programa de pós - graduação em Meio Ambiente e Desenvolvimento Rural (PPG-Mader), intitulada "O papel da formação e da produção agroecológica na promoção da autonomia política e econômica de mulheres Sem Terra em luta pelo território em Planaltina, Distrito Federal". Minha participação consistirá em conceder uma entrevista que será gravada e transcrita. Entendo que esse estudo possui finalidade de pesquisa acadêmica, que os dados obtidos serão divulgados, com minha autorização, e que nesse caso será preservado o anonimato das participantes, assegurando assim minha privacidade. A mestrandia providenciará uma cópia da transcrição da entrevista para meu conhecimento. Além disso, sei que posso abandonar minha participação na pesquisa quando quiser e que não receberei nenhum pagamento por esta participação.

Rosalina Batista de Oliveira
Assinatura

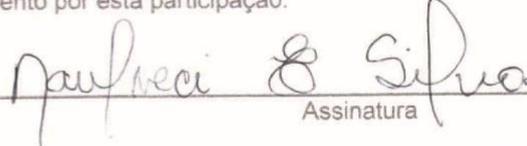
Planaltina-DF, 10 de fevereiro de 2021



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA - UNB
FACULDADE DE PLANALTINA - FUP
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM MEIO AMBIENTE E
DESENVOLVIMENTO RURAL - PPG-MADER

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Concordo em participar, como voluntário, do estudo que tem como pesquisadora responsável a aluna de pós-graduação EDINEIDE SOARES DA ROCHA, do curso de MESTRADO da Universidade de BRASÍLIA - UNB, que pode ser contatado pelo e-mail rochaedineide@hotmail.com e pelo telefone (61) 986099996. Tenho ciência de que o estudo tem em vista realizar entrevistas com mulheres Sem Terra acampadas e assentadas do 8 de Março e do Pequeno William e dirigentes e coordenadoras do MST/DFE, visando, por parte do(a) referido(a) aluna a realização de um trabalho de conclusão de mestrado do Programa de pós - graduação em Meio Ambiente e Desenvolvimento Rural (PPG-Mader), intitulada "O papel da formação e da produção agroecológica na promoção da autonomia política e econômica de mulheres Sem Terra em luta pelo território em Planaltina, Distrito Federal". Minha participação consistirá em conceder uma entrevista que será gravada e transcrita. Entendo que esse estudo possui finalidade de pesquisa acadêmica, que os dados obtidos serão divulgados, com minha autorização, e que nesse caso será preservado o anonimato das participantes, assegurando assim minha privacidade. A mestrandia providenciará uma cópia da transcrição da entrevista para meu conhecimento. Além disso, sei que posso abandonar minha participação na pesquisa quando quiser e que não receberei nenhum pagamento por esta participação.


Assinatura

Planaltina-DF, 10 de fevereiro de 2021



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA - UNB
FACULDADE DE PLANALTINA - FUP
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM MEIO AMBIENTE E
DESENVOLVIMENTO RURAL - PPG-MADER

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Concordo em participar, como voluntário, do estudo que tem como pesquisadora responsável a aluna de pós-graduação EDINEIDE SOARES DA ROCHA, do curso de MESTRADO da Universidade de BRASÍLIA - UNB, que pode ser contatado pelo e-mail rochaedineide@hotmail.com e pelo telefone (61) 986099996. Tenho ciência de que o estudo tem em vista realizar entrevistas com mulheres Sem Terra acampadas e assentadas do 8 de Março e do Pequeno William e dirigentes e coordenadoras do MST/DFE, visando, por parte do(a) referido(a) aluna a realização de um trabalho de conclusão de mestrado do Programa de pós - graduação em Meio Ambiente e Desenvolvimento Rural (PPG-Mader), intitulada "O papel da formação e da produção agroecológica na promoção da autonomia política e econômica de mulheres Sem Terra em luta pelo território em Planaltina, Distrito Federal". Minha participação consistirá em conceder uma entrevista que será gravada e transcrita. Entendo que esse estudo possui finalidade de pesquisa acadêmica, que os dados obtidos serão divulgados, com minha autorização, e que nesse caso será preservado o anonimato das participantes, assegurando assim minha privacidade. A mestrandia providenciará uma cópia da transcrição da entrevista para meu conhecimento. Além disso, sei que posso abandonar minha participação na pesquisa quando quiser e que não receberei nenhum pagamento por esta participação.

Francisca dos Anjos Costa Sousa
Assinatura

Planaltina-DF, 10 de fevereiro de 2021



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA - UNB
FACULDADE DE PLANALTINA - FUP
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM MEIO AMBIENTE E
DESENVOLVIMENTO RURAL - PPG-MADER

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Concordo em participar, como voluntário, do estudo que tem como pesquisadora responsável a aluna de pós-graduação EDINEIDE SOARES DA ROCHA, do curso de MESTRADO da Universidade de BRASÍLIA - UNB, que pode ser contatado pelo e-mail rochaedineide@hotmail.com e pelo telefone (61) 986099996. Tenho ciência de que o estudo tem em vista realizar entrevistas com mulheres Sem Terra acampadas e assentadas do 8 de Março e do Pequeno William e dirigentes e coordenadoras do MST/DFE, visando, por parte do(a) referido(a) aluna a realização de um trabalho de conclusão de mestrado do Programa de pós - graduação em Meio Ambiente e Desenvolvimento Rural (PPG-Mader), intitulada "O papel da formação e da produção agroecológica na promoção da autonomia política e econômica de mulheres Sem Terra em luta pelo território em Planaltina, Distrito Federal". Minha participação consistirá em conceder uma entrevista que será gravada e transcrita. Entendo que esse estudo possui finalidade de pesquisa acadêmica, que os dados obtidos serão divulgados, com minha autorização, e que nesse caso será preservado o anonimato das participantes, assegurando assim minha privacidade. A mestranda providenciará uma cópia da transcrição da entrevista para meu conhecimento. Além disso, sei que posso abandonar minha participação na pesquisa quando quiser e que não receberei nenhum pagamento por esta participação.

Edineide Soares da Rocha
Assinatura

Planaltina-DF, 10 de fevereiro de 2021



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA - UNB
FACULDADE DE PLANALTINA - FUP
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM MEIO AMBIENTE E
DESENVOLVIMENTO RURAL - PPG-MADER

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Concordo em participar, como voluntário, do estudo que tem como pesquisadora responsável a aluna de pós-graduação EDINEIDE SOARES DA ROCHA, do curso de MESTRADO da Universidade de BRASÍLIA - UNB, que pode ser contatado pelo e-mail rochaedineide@hotmail.com e pelo telefone (61) 986099996. Tenho ciência de que o estudo tem em vista realizar entrevistas com mulheres Sem Terra acampadas e assentadas do 8 de Março e do Pequeno William e dirigentes e coordenadoras do MST/DFE, visando, por parte do(a) referido(a) aluna a realização de um trabalho de conclusão de mestrado do Programa de pós - graduação em Meio Ambiente e Desenvolvimento Rural (PPG-Mader), intitulada "O papel da formação e da produção agroecológica na promoção da autonomia política e econômica de mulheres Sem Terra em luta pelo território em Planaltina, Distrito Federal". Minha participação consistirá em conceder uma entrevista que será gravada e transcrita. Entendo que esse estudo possui finalidade de pesquisa acadêmica, que os dados obtidos serão divulgados, com minha autorização, e que nesse caso será preservado o anonimato das participantes, assegurando assim minha privacidade. A mestrandia providenciará uma cópia da transcrição da entrevista para meu conhecimento. Além disso, sei que posso abandonar minha participação na pesquisa quando quiser e que não receberei nenhum pagamento por esta participação.

Justina Alves da Silva
Assinatura

Planaltina-DF, 10 de fevereiro de 2021



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA - UNB
FACULDADE DE PLANALTINA - FUP
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM MEIO AMBIENTE E
DESENVOLVIMENTO RURAL - PPG-MADER

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Concordo em participar, como voluntário, do estudo que tem como pesquisadora responsável a aluna de pós-graduação EDINEIDE SOARES DA ROCHA, do curso de MESTRADO da Universidade de BRASÍLIA - UNB, que pode ser contatado pelo e-mail rochaedineide@hotmail.com e pelo telefone (61) 986099996. Tenho ciência de que o estudo tem em vista realizar entrevistas com mulheres Sem Terra acampadas e assentadas do 8 de Março e do Pequeno William e dirigentes e coordenadoras do MST/DFE, visando, por parte do(a) referido(a) aluna a realização de um trabalho de conclusão de mestrado do Programa de pós - graduação em Meio Ambiente e Desenvolvimento Rural (PPG-Mader), intitulada "O papel da formação e da produção agroecológica na promoção da autonomia política e econômica de mulheres Sem Terra em luta pelo território em Planaltina, Distrito Federal". Minha participação consistirá em conceder uma entrevista que será gravada e transcrita. Entendo que esse estudo possui finalidade de pesquisa acadêmica, que os dados obtidos serão divulgados, com minha autorização, e que nesse caso será preservado o anonimato das participantes, assegurando assim minha privacidade. A mestrandia providenciará uma cópia da transcrição da entrevista para meu conhecimento. Além disso, sei que posso abandonar minha participação na pesquisa quando quiser e que não receberei nenhum pagamento por esta participação.

Andréia A. Santos

Assinatura

Planaltina-DF, 10 de fevereiro de 2021



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA - UNB
FACULDADE DE PLANALTINA - FUP
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM MEIO AMBIENTE E
DESENVOLVIMENTO RURAL - PPG-MADER

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Concordo em participar, como voluntário, do estudo que tem como pesquisadora responsável a aluna de pós-graduação EDINEIDE SOARES DA ROCHA, do curso de MESTRADO da Universidade de BRASÍLIA - UNB, que pode ser contatado pelo e-mail rochaedineide@hotmail.com e pelo telefone (61) 986099996. Tenho ciência de que o estudo tem em vista realizar entrevistas com mulheres Sem Terra acampadas e assentadas do 8 de Março e do Pequeno William e dirigentes e coordenadoras do MST/DFE, visando, por parte do(a) referido(a) aluna a realização de um trabalho de conclusão de mestrado do Programa de pós - graduação em Meio Ambiente e Desenvolvimento Rural (PPG-Mader), intitulada "O papel da formação e da produção agroecológica na promoção da autonomia política e econômica de mulheres Sem Terra em luta pelo território em Planaltina, Distrito Federal". Minha participação consistirá em conceder uma entrevista que será gravada e transcrita. Entendo que esse estudo possui finalidade de pesquisa acadêmica, que os dados obtidos serão divulgados, com minha autorização, e que nesse caso será preservado o anonimato das participantes, assegurando assim minha privacidade. A mestrandia providenciará uma cópia da transcrição da entrevista para meu conhecimento. Além disso, sei que posso abandonar minha participação na pesquisa quando quiser e que não receberei nenhum pagamento por esta participação.


Assinatura

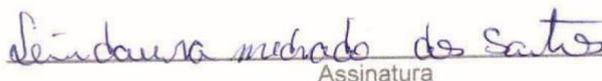
Planaltina-DF, 10 de fevereiro de 2021



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA - UNB
FACULDADE DE PLANALTINA - FUP
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM MEIO AMBIENTE E
DESENVOLVIMENTO RURAL - PPG-MADER

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Concordo em participar, como voluntário, do estudo que tem como pesquisadora responsável a aluna de pós-graduação EDINEIDE SOARES DA ROCHA, do curso de MESTRADO da Universidade de BRASÍLIA - UNB, que pode ser contatado pelo e-mail rochaedineide@hotmail.com e pelo telefone (61) 986099996. Tenho ciência de que o estudo tem em vista realizar entrevistas com mulheres Sem Terra acampadas e assentadas do 8 de Março e do Pequeno William e dirigentes e coordenadoras do MST/DFE, visando, por parte do(a) referido(a) aluna a realização de um trabalho de conclusão de mestrado do Programa de pós - graduação em Meio Ambiente e Desenvolvimento Rural (PPG-Mader), intitulada "O papel da formação e da produção agroecológica na promoção da autonomia política e econômica de mulheres Sem Terra em luta pelo território em Planaltina, Distrito Federal". Minha participação consistirá em conceder uma entrevista que será gravada e transcrita. Entendo que esse estudo possui finalidade de pesquisa acadêmica, que os dados obtidos serão divulgados, com minha autorização, e que nesse caso será preservado o anonimato das participantes, assegurando assim minha privacidade. A mestrandia providenciará uma cópia da transcrição da entrevista para meu conhecimento. Além disso, sei que posso abandonar minha participação na pesquisa quando quiser e que não receberei nenhum pagamento por esta participação.



Assinatura

Planaltina-DF, 10 de fevereiro de 2021



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA - UNB
FACULDADE DE PLANALTINA - FUP
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM MEIO AMBIENTE E
DESENVOLVIMENTO RURAL - PPG-MADER

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Concordo em participar, como voluntário, do estudo que tem como pesquisadora responsável a aluna de pós-graduação EDINEIDE SOARES DA ROCHA, do curso de MESTRADO da Universidade de BRASÍLIA - UNB, que pode ser contatado pelo e-mail rochaedineide@hotmail.com e pelo telefone (61) 986099996. Tenho ciência de que o estudo tem em vista realizar entrevistas com mulheres Sem Terra acampadas e assentadas do 8 de Março e do Pequeno William e dirigentes e coordenadoras do MST/DFE, visando, por parte do(a) referido(a) aluna a realização de um trabalho de conclusão de mestrado do Programa de pós - graduação em Meio Ambiente e Desenvolvimento Rural (PPG-Mader), intitulada "O papel da formação e da produção agroecológica na promoção da autonomia política e econômica de mulheres Sem Terra em luta pelo território em Planaltina, Distrito Federal". Minha participação consistirá em conceder uma entrevista que será gravada e transcrita. Entendo que esse estudo possui finalidade de pesquisa acadêmica, que os dados obtidos serão divulgados, com minha autorização, e que nesse caso será preservado o anonimato das participantes, assegurando assim minha privacidade. A mestranda providenciará uma cópia da transcrição da entrevista para meu conhecimento. Além disso, sei que posso abandonar minha participação na pesquisa quando quiser e que não receberei nenhum pagamento por esta participação.


Assinatura

Planaltina-DF, 10 de fevereiro de 2021



**UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA - UNB
FACULDADE DE PLANALTINA - FUP
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM MEIO AMBIENTE E
DESENVOLVIMENTO RURAL - PPG-MADER**

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Concordo em participar, como voluntário, do estudo que tem como pesquisadora responsável a aluna de pós-graduação EDINEIDE SOARES DA ROCHA, do curso de MESTRADO da Universidade de BRASÍLIA - UNB, que pode ser contatado pelo e-mail rochaedineide@hotmail.com e pelo telefone (61) 986099996. Tenho ciência de que o estudo tem em vista realizar entrevistas com mulheres Sem Terra acampadas e assentadas do 8 de Março e do Pequeno William e dirigentes e coordenadoras do MST/DFE, visando, por parte do(a) referido(a) aluna a realização de um trabalho de conclusão de mestrado do Programa de pós - graduação em Meio Ambiente e Desenvolvimento Rural (PPG-Mader), intitulada "O papel da formação e da produção agroecológica na promoção da autonomia política e econômica de mulheres Sem Terra em luta pelo território em Planaltina, Distrito Federal". Minha participação consistirá em conceder uma entrevista que será gravada e transcrita. Entendo que esse estudo possui finalidade de pesquisa acadêmica, que os dados obtidos serão divulgados, com minha autorização, e que nesse caso será preservado o anonimato das participantes, assegurando assim minha privacidade. A mestrandia providenciará uma cópia da transcrição da entrevista para meu conhecimento. Além disso, sei que posso abandonar minha participação na pesquisa quando quiser e que não receberei nenhum pagamento por esta participação.

Maria de Jesus Silva
Assinatura

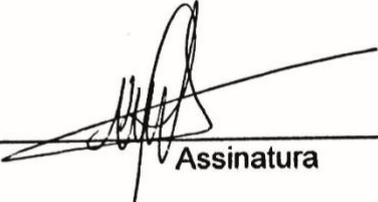
Planaltina-DF, 10 de fevereiro de 2021



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA - UNB
FACULDADE DE PLANALTINA - FUP
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM MEIO AMBIENTE E
DESENVOLVIMENTO RURAL - PPG-MADER

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Concordo em participar, como voluntário, do estudo que tem como pesquisadora responsável a aluna de pós-graduação EDINEIDE SOARES DA ROCHA, do curso de MESTRADO da Universidade de BRASÍLIA - UNB, que pode ser contatado pelo e-mail rochaedineide@hotmail.com e pelo telefone (61) 986099996. Tenho ciência de que o estudo tem em vista realizar entrevistas com mulheres Sem Terra acampadas e assentadas do 8 de Março e do Pequeno William e dirigentas e coordenadoras do MST/DFE, visando, por parte do(a) referido(a) aluna a realização de um trabalho de conclusão de mestrado do Programa de pós - graduação em Meio Ambiente e Desenvolvimento Rural (PPG-Mader), intitulada "O papel da formação e da produção agroecológica na promoção da autonomia política e econômica de mulheres Sem Terra em luta pelo território em Planaltina, Distrito Federal". Minha participação consistirá em conceder uma entrevista que será gravada e transcrita. Entendo que esse estudo possui finalidade de pesquisa acadêmica, que os dados obtidos serão divulgados, com minha autorização, e que nesse caso será preservado o anonimato das participantes, assegurando assim minha privacidade. A mestranda providenciará uma cópia da transcrição da entrevista para meu conhecimento. Além disso, sei que posso abandonar minha participação na pesquisa quando quiser e que não receberei nenhum pagamento por esta participação.


Assinatura

Planaltina-DF, 10 de fevereiro de 2021



**UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA - UNB
FACULDADE DE PLANALTINA – FUP
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM MEIO AMBIENTE E
DESENVOLVIMENTO RURAL – PPG-MADER**

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Concordo em participar, como voluntário, do estudo que tem como pesquisadora responsável a aluna de pós-graduação EDINEIDE SOARES DA ROCHA, do curso de MESTRADO da Universidade de BRASÍLIA - UNB, que pode ser contatado pelo e-mail rochaedineide@hotmail.com e pelo telefone (61) 986099996. Tenho ciência de que o estudo tem em vista realizar entrevistas com mulheres Sem Terra acampadas e assentadas do 8 de Março e do Pequeno William e dirigentes e coordenadoras do MST/DFE, visando, por parte do(a) referido(a) aluna a realização de um trabalho de conclusão de mestrado do Programa de pós - graduação em Meio Ambiente e Desenvolvimento Rural (PPG-Mader), intitulada “O papel da formação e da produção agroecológica na promoção da autonomia política e econômica de mulheres Sem Terra em luta pelo território em Planaltina, Distrito Federal”. Minha participação consistirá em conceder uma entrevista que será gravada e transcrita. Entendo que esse estudo possui finalidade de pesquisa acadêmica, que os dados obtidos serão divulgados, com minha autorização, e que nesse caso será preservado o anonimato das participantes, assegurando assim minha privacidade. A mestranda providenciará uma cópia da transcrição da entrevista para meu conhecimento. Além disso, sei que posso abandonar minha participação na pesquisa quando quiser e que não receberei nenhum pagamento por esta participação.

Sabrina M. Pereira

Assinatura

Planaltina-DF, 10 de fevereiro de 2021



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA - UNB
FACULDADE DE PLANALTINA - FUP
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM MEIO AMBIENTE E
DESENVOLVIMENTO RURAL - PPG-MADER

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Concordo em participar, como voluntário, do estudo que tem como pesquisadora responsável a aluna de pós-graduação EDINEIDE SOARES DA ROCHA, do curso de MESTRADO da Universidade de BRASÍLIA - UNB, que pode ser contatado pelo e-mail rochaedineide@hotmail.com e pelo telefone (61) 986099996. Tenho ciência de que o estudo tem em vista realizar entrevistas com mulheres Sem Terra acampadas e assentadas do 8 de Março e do Pequeno William e dirigentes e coordenadoras do MST/DFE, visando, por parte do(a) referido(a) aluna a realização de um trabalho de conclusão de mestrado do Programa de pós - graduação em Meio Ambiente e Desenvolvimento Rural (PPG-Mader), intitulada "O papel da formação e da produção agroecológica na promoção da autonomia política e econômica de mulheres Sem Terra em luta pelo território em Planaltina, Distrito Federal". Minha participação consistirá em conceder uma entrevista que será gravada e transcrita. Entendo que esse estudo possui finalidade de pesquisa acadêmica, que os dados obtidos serão divulgados, com minha autorização, e que nesse caso será preservado o anonimato das participantes, assegurando assim minha privacidade. A mestranda providenciará uma cópia da transcrição da entrevista para meu conhecimento. Além disso, sei que posso abandonar minha participação na pesquisa quando quiser e que não receberei nenhum pagamento por esta participação.

Aldenora Pimentel Batista da Silva

Assinatura
Planaltina-DF, 10 de fevereiro de 2021



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA - UNB
FACULDADE DE PLANALTINA - FUP
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM MEIO AMBIENTE E
DESENVOLVIMENTO RURAL - PPG-MADER

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Concordo em participar, como voluntário, do estudo que tem como pesquisadora responsável a aluna de pós-graduação EDINEIDE SOARES DA ROCHA, do curso de MESTRADO da Universidade de BRASÍLIA - UNB, que pode ser contatado pelo e-mail rochaedineide@hotmail.com e pelo telefone (61) 986099996. Tenho ciência de que o estudo tem em vista realizar entrevistas com mulheres Sem Terra acampadas e assentadas do 8 de Março e do Pequeno William e dirigentes e coordenadoras do MST/DFE, visando, por parte do(a) referido(a) aluna a realização de um trabalho de conclusão de mestrado do Programa de pós - graduação em Meio Ambiente e Desenvolvimento Rural (PPG-Mader), intitulada "O papel da formação e da produção agroecológica na promoção da autonomia política e econômica de mulheres Sem Terra em luta pelo território em Planaltina, Distrito Federal". Minha participação consistirá em conceder uma entrevista que será gravada e transcrita. Entendo que esse estudo possui finalidade de pesquisa acadêmica, que os dados obtidos serão divulgados, com minha autorização, e que nesse caso será preservado o anonimato das participantes, assegurando assim minha privacidade. A mestranda providenciará uma cópia da transcrição da entrevista para meu conhecimento. Além disso, sei que posso abandonar minha participação na pesquisa quando quiser e que não receberei nenhum pagamento por esta participação.

Assinatura

Planaltina-DF, 10 de fevereiro de 2021



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA - UNB
FACULDADE DE PLANALTINA - FUP
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM MEIO AMBIENTE E
DESENVOLVIMENTO RURAL - PPG-MADER

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Concordo em participar, como voluntário, do estudo que tem como pesquisadora responsável a aluna de pós-graduação EDINEIDE SOARES DA ROCHA, do curso de MESTRADO da Universidade de BRASÍLIA - UNB, que pode ser contatado pelo e-mail rochaedineide@hotmail.com e pelo telefone (61) 986099996. Tenho ciência de que o estudo tem em vista realizar entrevistas com mulheres Sem Terra acampadas e assentadas do 8 de Março e do Pequeno William e dirigentes e coordenadoras do MST/DFE, visando, por parte do(a) referido(a) aluna a realização de um trabalho de conclusão de mestrado do Programa de pós - graduação em Meio Ambiente e Desenvolvimento Rural (PPG-Mader), intitulada "O papel da formação e da produção agroecológica na promoção da autonomia política e econômica de mulheres Sem Terra em luta pelo território em Planaltina, Distrito Federal". Minha participação consistirá em conceder uma entrevista que será gravada e transcrita. Entendo que esse estudo possui finalidade de pesquisa acadêmica, que os dados obtidos serão divulgados, com minha autorização, e que nesse caso será preservado o anonimato das participantes, assegurando assim minha privacidade. A mestrandia providenciará uma cópia da transcrição da entrevista para meu conhecimento. Além disso, sei que posso abandonar minha participação na pesquisa quando quiser e que não receberei nenhum pagamento por esta participação.


Assinatura

Planaltina-DF, 10 de fevereiro de 2021



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA - UNB
FACULDADE DE PLANALTINA - FUP
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM MEIO AMBIENTE E
DESENVOLVIMENTO RURAL - PPG-MADER

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Concordo em participar, como voluntário, do estudo que tem como pesquisadora responsável a aluna de pós-graduação EDINEIDE SOARES DA ROCHA, do curso de MESTRADO da Universidade de BRASÍLIA - UNB, que pode ser contatado pelo e-mail rochaedineide@hotmail.com e pelo telefone (61) 986099996. Tenho ciência de que o estudo tem em vista realizar entrevistas com mulheres Sem Terra acampadas e assentadas do 8 de Março e do Pequeno William e dirigentes e coordenadoras do MST/DFE, visando, por parte do(a) referido(a) aluna a realização de um trabalho de conclusão de mestrado do Programa de pós - graduação em Meio Ambiente e Desenvolvimento Rural (PPG-Mader), intitulada "O papel da formação e da produção agroecológica na promoção da autonomia política e econômica de mulheres Sem Terra em luta pelo território em Planaltina, Distrito Federal". Minha participação consistirá em conceder uma entrevista que será gravada e transcrita. Entendo que esse estudo possui finalidade de pesquisa acadêmica, que os dados obtidos serão divulgados, com minha autorização, e que nesse caso será preservado o anonimato das participantes, assegurando assim minha privacidade. A mestrandia providenciará uma cópia da transcrição da entrevista para meu conhecimento. Além disso, sei que posso abandonar minha participação na pesquisa quando quiser e que não receberei nenhum pagamento por esta participação.

Zulândia maria de Jesus

Assinatura

Planaltina-DF, 10 de fevereiro de 2021



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA - UNB
FACULDADE DE PLANALTINA - FUP
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM MEIO AMBIENTE E
DESENVOLVIMENTO RURAL - PPG-MADER

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Concordo em participar, como voluntário, do estudo que tem como pesquisadora responsável a aluna de pós-graduação EDINEIDE SOARES DA ROCHA, do curso de MESTRADO da Universidade de BRASÍLIA - UNB, que pode ser contatado pelo e-mail rochaedineide@hotmail.com e pelo telefone (61) 986099996. Tenho ciência de que o estudo tem em vista realizar entrevistas com mulheres Sem Terra acampadas e assentadas do 8 de Março e do Pequeno William e dirigentes e coordenadoras do MST/DFE, visando, por parte do(a) referido(a) aluna a realização de um trabalho de conclusão de mestrado do Programa de pós - graduação em Meio Ambiente e Desenvolvimento Rural (PPG-Mader), intitulada "O papel da formação e da produção agroecológica na promoção da autonomia política e econômica de mulheres Sem Terra em luta pelo território em Planaltina, Distrito Federal". Minha participação consistirá em conceder uma entrevista que será gravada e transcrita. Entendo que esse estudo possui finalidade de pesquisa acadêmica, que os dados obtidos serão divulgados, com minha autorização, e que nesse caso será preservado o anonimato das participantes, assegurando assim minha privacidade. A mestranda providenciará uma cópia da transcrição da entrevista para meu conhecimento. Além disso, sei que posso abandonar minha participação na pesquisa quando quiser e que não receberei nenhum pagamento por esta participação.

Assinatura

Planaltina-DF, 10 de fevereiro de 2021